

**Sandra Patrícia de Cercas Rosa Nunes**

A relação entre os intervenientes em  
Intervenção Precoce:  
O olhar dos Profissionais e da Família



UNIVERSIDADE DO ALGARVE  
Escola Superior de Educação e Comunicação  
2021



# **Sandra Patrícia de Cercas Rosa Nunes**

Mestrado em Educação Especial:

Domínio Cognitivo e Motor

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Maria Helena Martins



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Escola Superior de Educação e Comunicação

2021



A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce:  
O olhar dos Profissionais e da Família

**Declaração de autoria de trabalho:**

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluída.

---

Copyright © 2021 Sandra Patrícia de Cercas Rosa Nunes. Universidade do Algarve.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## Agradecimentos

Ao longo destes 2 anos de mestrado, muito aprendi, vivenciei, partilhei e adquiri conhecimentos que levo para a minha vida pessoal e profissional.

Todo este percurso só foi possível com o apoio de pessoas importantes, que me motivaram nos momentos mais solitários e de desânimo. Todas as palavras serão poucas, para lhes agradecer toda a ajuda na realização deste meu sonho.

Um agradecimento especial:

À minha orientadora Professora Doutora Maria Helena Martins, um muito obrigada, por todos os conselhos, orientações e ensinamentos que me transmitiu, nunca deixando que eu desistisse de seguir em frente.

Ao meu filho, marido e pais, que me apoiam incondicionalmente, mostrando-me que confiam plenamente no meu trabalho e que estarão sempre comigo na realização dos meus sonhos.

A todas as educadoras de infância, à educadora de Intervenção Precoce e a todas as famílias, que gentilmente aceitaram colaborar nesta investigação e que tiveram um papel fundamental na concretização deste estudo.

Ao responsável da Instituição pela autorização do estudo e pelo apoio demonstrado.

A todos os professores que leccionaram as unidades curriculares deste mestrado, transmitindo-me conhecimentos e valores que sempre me acompanharão.

Às minhas colegas do curso pelo apoio mútuo para prosseguirmos em frente juntas.

À minha sempre amiga e colega do mestrado, pelo apoio e companheirismo nos trabalhos conjuntos e nos momentos mais difíceis, incentivando-me a nunca desistir.

A todos os que estiveram ao meu lado neste percurso: Muito Obrigado!

Os meus mais sinceros agradecimentos!



“Toda a teoria e investigação do desenvolvimento humano reforça a ideia de que na ajuda prestada para um desenvolvimento saudável, a longo prazo, as relações contam mais: as coisas contam menos.”

Pharis & Levin (1991, cit. in Serrano & Abreu, 2010)



## Resumo

A Intervenção Precoce é uma área atual, desempenhando um papel fundamental na educação das crianças, potencializando o seu desenvolvimento global, nos diversos domínios: cognitivo, motor, social e emocional. Esta intervenção requer responsabilidade e dedicação, não só dos profissionais, como das famílias. Pretendeu-se, como objetivo principal conhecer e analisar a articulação entre os intervenientes que desenvolvem a sua atuação na Intervenção Precoce na Infância, através dos seus testemunhos. Considerou-se importante perceber se estes mantêm uma relação de harmonia, uma equipa coesa, tendo em vista o desenvolvimento integral da criança. Visou analisar-se de que forma a família é inserida no processo educativo dos seus educandos e perceber o que poderá melhorar visando uma intervenção de qualidade destas crianças. Para a realização da investigação optou-se por uma metodologia de carácter qualitativo, com entrevistas semiestruturadas a três educadoras de infância e a uma educadora de Intervenção Precoce. Participaram ainda no estudo cinco famílias de cinco crianças apoiadas, sendo que mãe e pai responderam em conjunto aos inquéritos. Foram ainda utilizadas a pesquisa documental e o diário de campo. Os resultados, analisados através de análise de conteúdo, permitiram concluir que, no geral a relação entre os intervenientes é boa, existe comunicação e partilha de ideias e sugestões, embora os pais sintam uma maior ligação com a educadora de infância. Os profissionais referiram que a pandemia tornou difícil o trabalho conjunto entre as educadoras de infância e a educadora de Intervenção Precoce, levando a uma separação entre a criança a intervir e o restante grupo, aquando da intervenção. É referido por todos os entrevistados que deveria haver mais tempo semanal de intervenção. As conclusões foram positivas, embora ainda exista trabalho e esforço a fazer para uma melhor articulação, nomeadamente, com as famílias para a sua total inclusão em todo o processo.

**Palavras-chave:** Intervenção Precoce; educadora de Intervenção Precoce; educadora de infância; família; articulação.



### **Abstract:**

As Early Intervention is a current issue, it plays a fundamental role in the education of children, enhancing their global development, in different domains: cognitive, motor, social and emotional. The intervention requires responsibility and dedication, not only from professionals, but also from families.

The main objective was to know and analyze the relation between the participants who develop their role in Early Childhood Intervention, through their testimonies. It was important to understand if they maintain a harmonious relationship, a cohesive group, having in mind the integral development of the child. The study also aimed to analyze how the family is embedded in the educational process of their children and understand what can improve, purposing of a better intervention. To carry out this investigation, a qualitative methodology was chosen, with semi-structured interviews to three kindergarten teachers and also to an Early Intervention educator. Five families of five special need children also participated in the study, in which both parents answered a questionnaire. Researches were done and a field diary was also written.

The content analysis and its results allowed us to conclude that, in general, the relationship between the participants is good, there is communication and sharing of ideas and suggestions, although parents feel a higher connection with the kindergarten teacher.

The professionals reported that the pandemic made it difficult for the kindergarten educators and the Early Intervention educator to work together leading to a separation between the child to intervene and the group, at the time of the intervention. It is mentioned by all interviewees that there should be more weekly intervention hours. . The conclusions were positive, however, there is still work and effort to be made in order to better bonds, namely, with the families for total inclusion in the whole process.

**Keywords:** Early Intervention; Early Intervention educator; kindergarten teacher; family; articulation.



## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	vii
Resumo	xi
Abstract	xiii
Introdução	1
Parte I - Enquadramento Conceptual/teórico	5
Capítulo 1. A Intervenção Precoce na Infância	7
1.1. A Intervenção Precoce na Infância como conceito	7
1.2. A Evolução da Intervenção Precoce na Infância	9
1.2.1. A evolução da Intervenção Precoce no Mundo	9
1.2.2. A evolução da Intervenção Precoce em Portugal	14
1.3. A Articulação entre os Intervenientes em Intervenção Precoce na Infância	16
1.4. O Papel do Educador de Infância	22
1.5. O Papel do Educador de Intervenção Precoce	25
1.6. O Papel da Família	27
Parte II – Estudo Empírico	31
Capítulo 2. Metodologia e Procedimentos	33
2.1. Tipo de Investigação	33
2.2. Questão de Pesquisa	34
2.3. Objetivo geral e objetivos específicos	34
2.4. Participantes/Amostra	35
2.4.1. Caraterização da amostra	36
2.4.1.1. Caraterização das Educadoras de Infância e da Educadora de Intervenção Precoce	36
2.4.1.2. Caraterização dos pais	37
2.4.1.3. Caraterização das crianças	39
2.5. Instrumentos de Recolha de Dados	40
2.5.1. Entrevista	40
2.5.2. Inquéritos por questionário	42
2.5.3. Pesquisa documental	43
2.5.4. Diário de campo	43
2.6. Procedimentos de Recolha e Análise dos Resultados	44

2.7. Procedimentos éticos	45
Parte III – Apresentação dos Dados	47
Capítulo 3. Resultados	49
3.1. Apresentação dos dados relativos às Educadoras de Infância, à Educadora de Intervenção Precoce e às Famílias	49
3.1.1. Articulação entre a Educadora de Infância, a Educadora de Intervenção Precoce e a Família/Pais na Intervenção Precoce na Infância	49
3.1.2. Opinião dos profissionais sobre a importância da Intervenção Precoce na Infância	61
3.1.3. Opinião dos Pais sobre a importância da Intervenção Precoce na Infância e o seu envolvimento no processo	62
3.1.4. O que poderá ser melhorado na relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce na Infância	65
Capítulo 4. Discussão dos resultados	69
Considerações Finais	75
Referências Bibliográficas	79
Apêndices	83
Anexos	163

## Índice de Figuras

Figura 1.1 – Orientação à família	17
Figura 1.2 – Processo de interação e comunicação intra e inter-equipa	20
Figura 1.3 – Modelo em triângulo da Intervenção Precoce	21
Figura 1.4 – Organização do SNIPI	25

## Índice de Tabelas

Tabela 3.1 – Relação das educadoras com as famílias	49
Tabela 3.2 – Relação das Educadoras de Infância com a Educadora de Intervenção Precoce	50
Tabela 3.3 – Tipo de apoio e orientação prestada às famílias	51
Tabela 3.4 – Questões colocadas à Educadora de Intervenção Precoce quando os pais solicitam apoio e atendimento.	52
Tabela 3.5 – Frequência de reuniões dos profissionais com as famílias	54
Tabela 3.6 – Planeamento e realização de atividades das Educadoras de Infância em conjunto com a Educadora de Intervenção Precoce	55
Tabela 3.7 – Articulação da prática da Educadora de Infância com a prática da Educadora de Intervenção Precoce	56
Tabela 3.8 – Pedido de apoio e ajuda à Educadora de Intervenção Precoce, por parte da Educadora de Infância	56
Tabela 3.9 – Quem recorre mais à ajuda da Educadora de IP	57
Tabela 3.10 – Procedimento das educadoras quando a família não está de acordo com o seu trabalho	57

Tabela 3.11 - Procedimento dos pais quando não estão de acordo com o seu trabalho desenvolvido pelas educadoras	58
Tabela 3.12 – Opinião dos profissionais acerca da inclusão das famílias no processo de IPI	59
Tabela 3.13 – Relação existente entre a Educadora de Infância, Educadora de Intervenção Precoce e as famílias	60
Tabela 3.14 – Importância da Intervenção Precoce	61
Tabela 3.15 – Opinião dos profissionais acerca do que deveria ser melhorado para fortalecer a relação entre os intervenientes em IPI.	66
Tabela 3.16 - Opinião das famílias acerca do que deveria ser melhorado para fortalecer a relação entre os intervenientes em IPI.	67

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 2.1 – Anos de serviço das Educadoras de Infância	36
Gráfico 2.2 – Participação em palestras/formações ou congressos sobre Intervenção Precoce, por parte das Educadoras	37
Gráfico 2.3 – Habilitações académicas dos pais	38
Gráfico 2.4 – Situação profissional dos pais	38
Gráfico 2.5 - Diagnóstico das crianças	39
Gráfico 2.6 – Duração do acompanhamento da criança em Intervenção Precoce na Infância	40
Gráfico 3.1 – Solicitação de apoio e atendimento, por parte dos pais	51
Gráfico 3.2 – Partilha de estratégias com as famílias, por parte da Educadora de Intervenção Precoce	52
Gráfico 3.3 - Partilha de estratégias com as famílias, por parte da Educadora de Infância	53

Gráfico 3.4 – Existência de uma boa relação/comunicação entre todos os intervenientes em Intervenção Precoce na Infância	60
Gráfico 3.5 – Satisfação quanto à periodicidade da Intervenção Precoce na Infância, por parte dos profissionais	62
Gráfico 3.6 – Importância da Intervenção Precoce na Infância, por parte das famílias	62
Gráfico 3.7 – Satisfação das famílias quanto ao apoio prestado pelos restantes intervenientes	64
Gráfico 3.8 – Opinião das famílias quanto à sua integração e inclusão no processo de Intervenção Precoce na Infância	65

## **Apêndices**

Apêndice 1 – Carta de apresentação ao Responsável da Instituição	85
Apêndice 2 – Consentimento Informado às Educadoras de Infância	89
Apêndice 3 – Consentimento Informado à Educadora de Intervenção Precoce	93
Apêndice 4 – Consentimento Informado aos pais	97
Apêndice 5 – Guião de entrevista às Educadoras de Infância	101
Apêndice 6 – Guião de entrevista à Educadora de Intervenção Precoce	107
Apêndice 7 – Inquérito por questionário aos pais	113
Apêndice 8 – Transcrição das entrevistas às Educadoras de Infância	119
Apêndice 9 – Transcrição da entrevista à Educadora de Intervenção Precoce	143
Apêndice 10 – Diário de campo	159

## **Anexos**

Anexo 1 – Declaração de conformidade	165
Anexo 2 – Carta de compromisso	169
Anexo 3 – Informação de Requisitos de Privacidade de Dados – entrevista	173
Anexo 4 - Informação de Requisitos de Privacidade de Dados – inquéritos por questionário	177

## **Abreviaturas**

IPI – Intervenção Precoce na Infância

IP – Intervenção Precoce

ELI – Equipa Local de Intervenção

NEE – Necessidades Especiais Específicas

SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

PIIP – Plano Individual de Intervenção Precoce

PIAF – Plano Individual de Apoio à Família

OD – Orientação Domiciliária

DSOIP – Direção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica

## Introdução

A Intervenção Precoce é uma prestação de serviços que permite a identificação, a avaliação e o acompanhamento das crianças com algum atraso no desenvolvimento ou em situação de risco e/ou vulnerabilidade. Esta deve primar pela responsabilidade, rigor, sensibilidade e ser flexível, pois as famílias estão em constante mudança.

Tanto os profissionais envolvidos no processo de Intervenção Precoce, como a família têm um papel importante na vida e na educação destas crianças. É importante que os pais destas crianças tenham “o direito de participar no desenvolvimento do seu percurso pedagógico (...) tendo também oportunidade de dar contributos que enriqueçam o planeamento e a avaliação da prática educativa” (Silva et al., 2016, p. 16).

Deste modo deve haver aceitação e cooperação com as famílias, sendo que os profissionais a trabalharem em Intervenção Precoce devem “trabalhar com a família como um parceiro essencial a ser completamente implicado em todo o processo” (*European Agency for Development in Special Needs Education*, 2005, p. 28). É ainda fundamental ter em atenção o contexto da criança, a sua vida familiar e na comunidade, para que todos, em conjunto possam auxiliar e apoiar o seu desenvolvimento, de modo, a minimizar as suas dificuldades e potenciar o seu desenvolvimento. A Intervenção Precoce é uma intervenção que engloba várias áreas, e atendendo a que é nos primeiros tempos de vida que as crianças formam a sua estrutura educacional e de desenvolvimento, é crucial que possam desenvolver nesta etapa os seus alicerces para a vida, sendo que para tal, é necessária toda uma abertura e boa relação entre todos que participam no seu desenvolvimento, enquanto indivíduos de uma sociedade.

Para além de promover o desenvolvimento das crianças com necessidades específicas, a Intervenção Precoce na Infância, ajuda na prevenção de situações de risco e vulnerabilidade, bem assim como na identificação de necessidades da família, o que terá também um impacto positivo na vida familiar e social, sendo mais uma das razões para que a família seja motivada para desempenhar um papel ativo no processo de intervenção. De facto, são as famílias quem melhor conhece as suas crianças, pelo que é extremamente importante que estas percebam o quão crucial é a sua função e queiram pertencer e fazer parte da intervenção. Particularmente importante que nesta relação de colaboração exista respeito mútuo entre os participantes, devendo para tal os profissionais incentivarem a família a participar respeitando as suas necessidades. Esta

intervenção é realizada em tenras idades, abrangendo crianças dos 0 aos 6 anos de idade, o que torna ainda mais importante o seu papel. Devem ser conjugadas a experiência, a sabedoria e a prática dos profissionais com o talento, o conhecimento e o afeto das famílias das crianças.

A presente dissertação está integrada no âmbito do Mestrado de Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Atendendo a que a Intervenção Precoce na Infância é uma intervenção que cada vez mais está presente na vida dos profissionais de educação e de muitas famílias, esta problemática surgiu da curiosidade e interesse em compreender como é na prática vivenciada esta relação entre os profissionais que intervêm com a criança, nomeadamente a Educadora de Infância e a Educadora de Intervenção Precoce, com as famílias das crianças. Da análise à literatura constatamos que esta temática é ainda pouco estudada e investigada, o que poderá ser uma das causas, da ainda, frágil articulação entre todos os intervenientes. É importante que a comunidade educativa, não apenas os intervenientes em IPI, mas toda a sociedade em geral, perceba que o caminho é feito de cooperação, ajuda e respeito entre todos. Assim, e do ponto de vista científico, pensamos que investigar, ainda mais, esta temática, percebendo realmente como atuam os profissionais e as famílias em todo o processo e onde se poderá melhorar as práticas, suscitará em todos os intervenientes a vontade de fazer cada vez mais e melhor, de modo, a que todos juntos, consigam estabelecer uma maior ligação entre todos e fortalecer o trabalho de equipa, que é necessário existir para otimizar o desenvolvimento das crianças que são apoiadas.

Consistindo o objetivo geral da presente investigação, conhecer e analisar a articulação entre os intervenientes que desenvolvem a sua atuação na Intervenção Precoce na Infância, é do nosso interesse conhecer se existe uma comunicação positiva entre todos e se as ideias, sugestões e atividades são partilhadas entre todos, para que a intervenção seja um trabalho conjunto e harmonioso. É também fundamental perceber se as famílias integram e estão totalmente incluídas em todo o processo.

De facto, a família é o pilar mais importante na vida de qualquer indivíduo, é fundamental, que as famílias das crianças em Intervenção Precoce sejam ouvidas, sendo que muitas investigações relatam as inúmeras dificuldades que acontecem, referenciando muitas famílias que, por vezes se sentem excluídas e impossibilitadas de

terem um papel mais ativo na intervenção dos seus educandos que usufruem de apoio a nível da Intervenção Precoce.

Através dos testemunhos dos intervenientes, pretende-se, igualmente, conhecer o que consideram que deverá ser feito ou melhorado, de modo, a que esta articulação seja mais positiva e adequada ao desenvolvimento destas crianças.

Este estudo está dividido em três partes, nomeadamente o enquadramento conceptual/teórico, o estudo empírico e os resultados. Na primeira parte, constituída por um capítulo que versa sobre a Intervenção Precoce na Infância, é feita uma apresentação do conceito e faz-se referência à evolução da Intervenção Precoce no mundo e em Portugal. Apresenta-se a importante questão da articulação entre os intervenientes em Intervenção Precoce na Infância, o papel do Educador de Infância que trabalho no ensino regular e o papel do Educador de Intervenção Precoce. É também focalizada a questão do importante papel da Família. A segunda parte tem como fundamento realçar a metodologia utilizada, assim como os objetivos e a caracterização dos participantes. Na terceira parte, constituída por dois capítulos, procede-se à apresentação dos resultados obtidos na investigação desenvolvida e à sua análise e discussão. No final do trabalho são apresentadas as considerações finais e reflexões acerca desta temática, referenciando ainda as limitações do presente estudo, acreditando que estas possam contribuir e servir de suporte para futuras investigações nesta área, de forma, a que profissionais, famílias e a comunidade, percebam o que é necessário fazer para que todos se sintam incluídos e que a articulação positiva entre todos seja uma constante em Intervenção Precoce na Infância.



---

## PARTE I - Enquadramento

Conceptual/teórico



## **Capítulo 1. A Intervenção Precoce na Infância**

### **1.1. A Intervenção Precoce na Infância como Conceito**

A conceito de Intervenção Precoce (IP) representa uma área que tem como prioridade principal responder aos direitos das crianças e das suas famílias, e através da qual se visa desenvolver um conjunto de medidas de apoio face às suas necessidades, sendo que esse apoio deverá acontecer tão cedo quanto possível. Na opinião de Carvalho (2011)

o termo I.P. refere-se a um vasto número de diferentes tipos de prestação de serviços, cujo primeiro objetivo é prevenir, melhorar ou solucionar os problemas das crianças e suas famílias (...) [sendo que] o papel da I.P. é o de ajudar crianças e famílias a evoluir (p. 45).

Assim, “a I.P. caracteriza-se por esforços que têm como objetivo eliminar défices, já existentes, ou que se prevê virem a existir, nas crianças, durante os primeiros anos de vida, utilizando, para tal, intervenções terapêuticas ou educacionais adequadas” (Bricker et al., 1984, cit. in Carvalho, 2011, p. 45).

A Intervenção Precoce destina-se a crianças até à idade escolar, dos 0 aos 6 anos, que apresentem um atraso no seu desenvolvimento ou algum risco, de forma, “a promover a saúde da criança e o seu bem-estar, aumentar competências emergentes, minimizar os atrasos a nível do desenvolvimento, remediar incapacidades existentes, prevenir a deterioração funcional e promover um funcionamento parental e familiar adaptativo” (Carvalho, 2011, p. 46).

Quanto mais cedo se iniciar esta intervenção, melhor será para a criança em questão e a sua família, pois é importante trabalhar as dificuldades iniciais que apresenta ou preveni-las, para que no futuro a criança não apresente maiores dificuldades no seu desenvolvimento e aprendizagem. Assinale-se que, as crianças com dificuldades de aprendizagem têm dificuldades na aquisição de aptidões importantes para o seu desenvolvimento, pois estas interferem na capacidade do cérebro em receber, processar, e comunicar a informação; sendo, por isso, é de extrema importância o seu diagnóstico precoce e a sua intervenção, para que estas crianças minimizem o mais rápido possível

as suas limitações e obtenham sucesso escolar e social (Carvalho, 2011; Correia & Serrano, 1998).

Segundo o Decreto-Lei, nº281 (2009, p. 7298):

Quanto mais precocemente forem acionadas as intervenções e as políticas que afetam o crescimento e o desenvolvimento das capacidades humanas, mais capazes se tornam as pessoas de participar autonomamente na vida social e mais longe se pode ir na correção das limitações funcionais de origem.

O Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, realça que a Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “o conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social” (art.º 3). No mesmo sentido, também a Agência Europeia (2010, cit. in Agência Europeia, 2014) assinala que a Intervenção Precoce consiste em:

(...) um conjunto de serviços/recursos para as crianças em idades precoces e suas famílias, os quais são disponibilizados quando solicitados pela família, num certo período da vida da criança, incluindo qualquer ação realizada quando ela necessita de apoio especializado para: assegurar e incrementar o seu desenvolvimento pessoal; fortalecer as competências da família; e promover a inclusão social da família e da criança (p. 8).

É importante ter em atenção, que a Intervenção Precoce é uma prestação de serviços educativos, sociais e terapêuticos, e nunca esquecer, que é um grande apoio à família, também no sentido de ajudar, a que esta, saiba lidar da melhor maneira com os problemas das suas crianças e consigo mesmo, pois,

(...) os pais precisarão de suporte emocional, e a comunicação do diagnóstico despertará neles um processo de luto sobreponível a outros processos emocionais

de lidar com uma perda: a da criança idealizada desde a concepção, depositária de ilusões, planos e esperanças” (Santos, 2015, p. 65).

É a pensar nas famílias e no apoio que estas necessitam, que a Intervenção Precoce “tem por objetivo principal proporcionar atividades significantes e positivas para promover o desenvolvimento precoce da criança, o envolvimento da família, a qualidade de vida, a inclusão social e o enriquecimento social” (Agência Europeia, 2014, p. 10).

Em suma, a Intervenção Precoce na Infância é extremamente importante, pois visa promover o desenvolvimento e dar às crianças as oportunidades que estas merecem, ajudando-as a crescer e a adquirirem todas as ferramentas necessárias ao seu desenvolvimento, minimizando as suas limitações e salientando as suas potencialidades e sucessos.

## **1.2. A Evolução da Intervenção Precoce na Infância**

### **1.2.1. A evolução da Intervenção Precoce no mundo**

Durante a Idade Média, a deficiência era entendida como algo “mau” e, por isso, muitas crianças e adultos com deficiência eram deixadas à morte, submetidas a práticas de exorcismo, internadas em orfanatos ou manicómios. Eram, na maior parte das sociedades rejeitadas, não sendo aceites pela sociedade (Carvalho, 2011; Pimentel, 2005).

No final do século XVIII, houve uma grande tentativa no que se refere à educação especial, por parte de Jean Itard. Este tentou ensinar um rapaz encontrado nos bosques de Paris, conhecido mundialmente como o “selvagem de Aveyron”. Este médico, teve um papel fundamental no desenvolvimento desta área, tornando-se, assim, um dos pioneiros da Educação Especial. Outro dos pioneiros foi Edouard Seguin, que criou um método fiável para a educação de crianças com incapacidades e deu especial importância à Intervenção Precoce. Edouard Seguin também influenciou a construção de instituições para estas crianças nos Estados Unidos, onde adotaram as suas técnicas de ensino (Carvalho, 2011; Correia & Serrano, 1998).

Sendo uma inspiração para muitos, foi nos séculos XIX e XX, que Edward Seguin e Maria Montessori, realizaram os primeiros trabalhos com crianças com Necessidades Educativas Específicas (NEE) e acreditaram ser possível a educação destas crianças. Na década de 60, do século XX, houve um maior interesse por esta área, nomeadamente por parte dos pais, profissionais e até alguns políticos, como foi o caso do presidente J. F. Kennedy, o senador Hubert Humphrey e o senador Lowell Weikest. O presidente “nomeia, em 1961, uma comissão presidencial para explorar o estado do conhecimento, nesta área, e para desenvolver uma estratégia nacional para a prevenção” (Carvalho, 2011, p. 49). O presidente Kennedy juntamente com o presidente Johnson comprometeram-se a lutar por estas causas e pela pobreza, sendo que os esforços da intervenção se dirigiam, essencialmente, para a luta para a pobreza.

Ao longo desta luta e das mudanças que ocorreram, surgiram duas legislações importantes neste campo, nomeadamente a P.L. 88/156, em 1963 e a P.L. 90/538, tendo sido desenvolvidos vários programas experimentais em Intervenção Precoce (Serrano, 2007).

Estas leis previam a “provisão de novos fundos federais para projetos especiais com crianças com atraso mental (...) [de modo a] estimular o desenvolvimento, avaliação, aperfeiçoamento e divulgação de modelos de programas pré-escolares, para a educação de crianças e pais com elegibilidade” (Carvalho, 2011, p. 49).

Foi a pensar na resolução das necessidades específicas destas crianças, na prevenção e numa intervenção eficaz, que, ainda na década de 60, surgiu o *Head-Start*, um programa pioneiro, destinado a prevenir e a promover o desenvolvimento de crianças em situação de risco e vulnerabilidade. Para Pimentel (2005) “este programa de educação compensatória foi o primeiro a preconizar uma intervenção dirigida simultaneamente à criança e à família, num sistema coordenado de prestação de serviços sociais, de saúde e de educação, baseado na comunidade” (p. 49). Houve, de facto, uma grande preocupação de incluir um pouco mais os pais na educação dos filhos e,

(...) embora as práticas de Intervenção Precoce continuassem centradas na criança, os seus pais começavam a ser chamados a implementar, em casa, intervenções e atividades de ensino” prescritas” pelos profissionais, que

planeavam e definiam os objetivos; sem a preocupação de os integrar nas atividades normais da família e da criança (Pimentel, 2005, p. 52).

O programa *Head-Start* constituiu um marco na história da IPI, baseando-se num modelo educacional num “âmbito abrangente e multidimensional que se traduzia na preocupação de envolver a família a diferentes níveis (...) e na implementação de respostas que incluíam aspetos educativos, sociais e de saúde” (Breia et. al, 2004. p. 30)

Nos anos 70, grande investimento foi direcionado para as crianças com incapacidades, sendo que os Estados Unidos da América foram os primeiros a oferecer os serviços em IPI, no início desta década, no entanto,

(...) os serviços de atendimento a crianças com NEE começaram por se centrar exclusivamente na criança visando remediar os problemas que esta apresentava numa intervenção compartimentada entre diversas especialidades (...) as práticas centradas na criança tinham por base o modelo médico, o qual refletia uma filosofia de intervenção que não valorizava o envolvimento parental, uma vez que os profissionais eram entendidos como *experts* e, por conseguinte, os únicos capazes de intervir e cuidar dos problemas que a criança apresentava (Turnbull & Summers, 1987, cit. in Serrano & Correia, 1998, p. 13).

Serrano e Correia (1998) referem ainda que “a família neste quadro não era considerada e quando o era, ela constituía uma fonte de problemas, ou uma barreira, sendo vista numa perspetiva de patologia” (p. 13), afetando, assim, negativamente as relações entre pais e profissionais.

Ao longo dos anos 70, começa a assistir-se a uma mudança progressiva, sendo que os pais começaram a ter um papel mais ativo nos programas destinados aos seus educandos. Segundo Serrano e Correia (1998) “o progressivo reconhecimento dos profissionais e dos pais da necessidade de um envolvimento mais ativo dos pais nos

programas educativos dos seus filhos foi uma das principais razões desta mudança” (p. 14).

Este importante envolvimento parental foi reconhecido pela legislação americana P.L. 99-142 – *The Education for All Handicapped Children Act*, em 1975. Segundo Carvalho (2011) “com esta lei, passa a reconhecer-se às crianças com alterações do desenvolvimento, o direito a uma educação pública e adequada num meio, não restritivo, e a atribuir-se fundos de incentivo para o desenvolvimento de programas” (p. 19), demarcando “uma nova etapa nas formas de envolvimento parental reconhecendo a necessidade de uma participação mais ativa dos pais nos programas educativos dos seus filhos. A lei ordena ainda o desenvolvimento do Plano Educativo Individual” (p. 51).

Nos anos 80, apareceram os programas em IPI que vieram “consolidar e dar corpo ao progressivo reconhecimento do envolvimento mais ativo dos pais” (Serrano & Correia, 1998, p. 15).

Assinale-se, que em 1986, foi aprovada uma nova lei, a L.P. 99-457, que tinha em consideração a legislação anterior, e que veio também, definir orientações para as intervenções para as crianças com NEE, determinando “um Programa de I.P. coordenado, multidisciplinar, para todas as crianças com incapacidade e suas famílias” (Carvalho, 2011, p. 52). Esta lei salienta que:

(...) o núcleo familiar, isto é, a criança e os seus pais ou seus prestadores de cuidados, tornou-se recetor e mediador dos serviços de IP. O papel central desempenhado pelos pais no processo de IP foi finalmente reconhecido do ponto de vista legal (Serrano, 2007, p. 13).

A mesma autora, Serrano (2007) refere ainda, que:

(...) como resultado desta mudança radical, a lei passou a considerar nos seus articulados a necessidade dos pais se tornarem participantes ativos no processo de intervenção dos seus filhos (...) tornaram-se agentes, mediadores e parceiros no que respeita à prestação de serviços de IP aos seus filhos (p. 13).

Mas, é nos anos 90, que as crianças com incapacidades têm uma atenção especial e que a Intervenção Precoce se centra realmente na família, havendo uma maior consciência por parte dos profissionais dos benefícios do envolvimento da família neste processo. A lei L.P. 99-457, é finalmente implementada, prevendo “serviços de intervenção para dois grandes grupos-alvo: os que têm condição estabelecida e os que estão em risco (Meisels & Wasick, 1990, cit. in Carvalho, 2011, p. 53). Esta lei “requer, ainda, que seja desenvolvido um Plano Individualizado de Apoio à Família (PIAF), por uma equipa multidisciplinar que deverá incluir um dos pais ou pessoa que preste guarda à criança, e o envolvimento da família num programa de I.P.” (Carvalho, 2011, p. 53).

Ao longo deste percurso, até à atualidade, todas estas alterações vieram demonstrar que, progressivamente, a IPI mudou o seu enfoque, começando “inicialmente por ser a criança, depois os pais, a família e a comunidade” (Serrano & Correia, 1998, p. 17), e veio mostrar a importância da articulação e comunicação entre todos os intervenientes nesta intervenção.

Ao iniciarmos um novo milénio, cabe a cada um de nós, como indivíduos pertencentes a uma sociedade, olharmos para a Intervenção Precoce na Infância de uma outra forma, onde cada vez mais, os desafios colocados “às crianças, famílias e comunidade em geral são complexos na sua forma de resolver e atuar, pois, as famílias e as crianças com incapacidades não são grupos homogêneos, mas são sempre, diferentes em quase todas as dimensões” (Carvalho, 2011, p. 54).

Olhando para o futuro, Wolery (2000, cit. in Carvalho, 2011), refere, ainda que:

(...) os Programas de I.P. futuros terão, por isso, que ser mais individualizados, assumindo que a lógica e a investigação conduzem o desenvolvimento do programa. Um desafio maior será a forma como esses programas podem fornecer às crianças experiências que promovam o desenvolvimento e aprendizagem (p. 54).

### 1.2.2. A Intervenção Precoce em Portugal

Seguindo as influências dos Estados Unidos da América, Portugal inicia-se na prática de Intervenção Precoce na década de 60, através do Serviço de Orientação Domiciliária (SOD), destinado a crianças invisuais. Este programa surgiu no âmbito do Instituto de Assistência a Menores e eram elaborados “dentro de um modelo médico, eram implementados, a nível nacional, por enfermeiras de saúde pública dos Centros Materno-Infantis cuja formação específica era assegurada pela Direção Geral de Assistência” (Costa, 1981, cit. in Pimentel, 2005, p. 221).

Mais tarde, na década de 70, este programa foi extinto a nível nacional, passando a designar-se por Orientação Domiciliária (OD) e era assegurado nas grandes cidades de Lisboa e Porto, nos Centros de Educação Especial, do Ministério dos Assuntos Sociais. Nesta altura, a intervenção era direcionada à criança, cabendo ao técnico a tomada de decisão.

Em 1973, o Ministério da Educação interveio, criando as primeiras equipas de Educação Especial. Estas equipas eram constituídas por docentes de vários ciclos, sendo que proporcionavam um atendimento educacional e promoviam a inclusão destas crianças, até aos 3 anos.

A década de 80, trouxe consigo mudanças significativas no que à Intervenção Precoce em Portugal, diz respeito, tendo surgido “algumas experiências inovadoras a nível de cuidados prestados a crianças com deficiência ou em risco, nos primeiros anos de vida” (European Agency for Development in Special Needs Education, 2005, p. 36).

O apoio precoce especializado destinado a crianças de risco ou com alguma dificuldade, foi entregue à Direção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica (DSOIP). Este serviço, com o apoio da Fundação *Calouste Gulbenkian*, estudou e implementou no nosso país, o Modelo *Portage* para Pais (Shearer & Shearer, 1976, cit. in Pimentel, 2005).

Este modelo era bastante inovador, colocando um grande enfoque na colaboração técnicos/família e caracterizando-se por ter:

(...) uma planificação de objetivos e estratégias de intervenção individualizada; um sistema organizativo económico e facilmente replicável dos recursos existentes (pirâmide de recursos), assente na colaboração interdisciplinar e entre

serviços; um modelo de formação continuada e de supervisão dos visitantes domiciliários (European Agency for Development in Special Needs Education, 2005, p. 37).

Já nos finais dos anos 80, a DSOIP, juntamente com o Hospital Pediátrico de Coimbra desenvolveram o Projeto Integrado de Intervenção Precoce (PIIP), que consistia em dar apoio individualizado às crianças com Necessidades Educativas Especiais e às suas famílias, integrando várias áreas: saúde, educação e segurança social. Este novo modelo foi o grande impulsionador de diversos projetos em Intervenção Precoce em todo o país, nos anos 90, sendo que o PIIP ganha “uma dinâmica e autonomia próprias, sendo o primeiro que, assente num modelo sólido de coordenação e integração de serviços, consegue assegurar um apoio de qualidade às famílias e crianças dos 0-3 anos, em situação de risco ou com deficiência” (Pimentel, 2005, p. 222).

É nesta década, que surge em Portugal o Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de agosto que “regula a integração de crianças com NEE nas escolas regulares” (Correia & Serrano, 1998, p. 29), onde, é suposto as crianças conviverem, interagirem, socializarem e partilharem experiências. Também neste decreto é esperada uma maior participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, sendo-lhes atribuído uma maior responsabilidade e inclusão em todo o processo de IPI.

Em 1999 surge o Despacho Conjunto nº 891/99, que salienta “as linhas orientadoras da Intervenção Precoce na Infância (IPI) para crianças com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento e suas famílias” (European Agency for Development in Special Needs Education, 2005, p. 38). Este despacho é uma linha orientadora no que respeita às práticas de IPI, sendo da responsabilidade dos Ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social. Assim, com este despacho, o governo assume, finalmente, um compromisso referente à Intervenção Precoce na Infância e à sua prática de serviços. Segundo a European Agency for Development in Special Needs Education (2005) “é definido um sistema organizativo e de financiamento, com uma coordenação intersectorial e com a colaboração dos sistemas público-privado” (p. 39). São também criadas equipas de intervenção direta “constituídas por profissionais de formação diversificada que são responsáveis pela programação da intervenção e pela elaboração do Plano Individualizado de Intervenção, em conjunto com a família das crianças” (Pimentel, 2005, p. 224).

Passaram alguns anos de investigação, estudos e experiências até chegarmos ao ano 2009, ano este, importante para o desenvolvimento e melhoramento das práticas em IPI. Neste ano, surge o Decreto-Lei nº 281/2009, de 6 de outubro, sendo criado o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Este documento resulta da ação conjunta dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social, da Saúde e da Educação e realça que a Intervenção Precoce é “o conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e de ação social” (art.º 3). É de realçar que este decreto dá grande importância à articulação entre todos os intervenientes em Intervenção Precoce: profissionais, família e o contexto envolvente (comunidade).

Assim, segundo a European Agency for Development in Special Needs Education (2005),

(...) o desenvolvimento da IPI em Portugal foi um processo implementado de baixo para cima (*bottom-up*) que levou a uma progressiva tomada de consciência dos decisores políticos nesta área. Efetivamente, a ação empreendida por profissionais no terreno a nível local desempenhou um papel predominante no seu desenvolvimento” (p. 37).

### **1.3. A Articulação entre os Intervenientes em Intervenção Precoce na Infância**

Se, no início da prática da Intervenção Precoce a criança era o único foco da intervenção, sendo que o envolvimento familiar não era valorizado, atualmente, defende-se uma intervenção focada na família e na comunidade, dando-se ênfase ao contexto onde a criança está inserida (Figura 1.1). Assim, como exemplificado na figura, os profissionais devem centrar a sua intervenção não apenas na criança, mas também na família. Esta orientação à família deverá assentar em diversos pilares que pressupõem diferentes competências, nomeadamente, competências a nível da criança e da família, responsividade, amizade, empatia e otimismo. Os profissionais devem ter sempre a porta aberta, para a inclusão da família, pois, ao proporcionarem o bem-estar e

confiança à família, também estão a contribuir para o bem-estar e desenvolvimento da criança (Carvalho, 2011).

Figura 1.1

*Orientação à Família (Fonte: Carvalho, 2011, adaptado de McWilliam et. al., 1998)*



“Assim, de uma atuação centrada quase exclusivamente na criança e nos seus problemas, evolui-se para uma intervenção em que o enfoque é colocado na criança, no seu contexto familiar e a família é considerada como uma unidade funcional da comunidade” (Ministério da Educação, da Saúde e do Trabalho e Solidariedade, 1999, cit. in Carvalho, 2011, p. 95).

No mesmo sentido, também Alen e Petr (1996, cit. in Serrano, 2007) relembram que:

(...) as famílias envolvidas em práticas centradas na família participam ativamente na identificação das suas necessidades e no estabelecimento de objetivos e prioridades (...) [onde a informação entre os intervenientes deve circular] em ambos os sentidos e as famílias, enquanto membros da equipa de intervenção, têm acesso à mesma informação que os profissionais (p. 21).

A Intervenção Precoce na Infância deve constituir um ambiente de harmonia e união entre todos os envolvidos, onde as suas relações devem primar pela ajuda mútua e

compreensão, de modo, a que todo o trabalho desenvolvido seja positivo para a criança. Tal como nos referem Sohnkoff e Meisels (2000, cit. in Carvalho, 2011),

(...) a prática da I.P. integra um grande número de modelos de programas, técnicos e sistemas que combinam várias disciplinas, incluindo educação, psicologia, medicina, trabalho social, cuidados para a criança, terapia da fala, fisioterapia, terapia ocupacional e saúde pública. Isto exige o trabalho de equipas multidisciplinares e transdisciplinares com o reconhecimento que nenhum trabalho isolado pode captar, adequadamente, toda a dinâmica deste campo (p. 47).

Efetivamente, um dos grandes desafios da IPI passa por:

(...) todas as pessoas envolvidas conseguirem estabelecer relações harmoniosas entre si e trabalharem em conjunto no sentido de ir ao encontro dos interesses da criança e respetiva família (...) [pois para o] sistema de Intervenção Precoce são cruciais as noções de interdependência e de colaboração entre os profissionais e as famílias (Correia & Serrano, 1998, p. 67).

Neste sentido, e dada a extrema importância de uma boa articulação entre os diversos intervenientes no processo da Intervenção Precoce, foi através do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) que surgem as Equipas Locais de Intervenção (ELI), equipas multidisciplinares, que representam vários serviços, quer da área da saúde, quer da área da educação. Cabe a esta equipa identificar, avaliar, encaminhar, trabalhar e acompanhar as crianças no seu desenvolvimento global, assim como “articular com os docentes das creches e jardins-de-infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI” (Decreto-Lei n.º 281/2009, art.7º) e com as famílias das crianças em questão.

Todos os profissionais devem estar preparados para trabalharem com a criança, como com a sua família. No que se refere ao trabalho com a criança, devem ser

avaliadas “as habilidades e necessidades da criança, desenvolver planos individuais que estimulem o desenvolvimento, desenhar experiências adequadas e avaliar a eficácia de estratégias de intervenção” (Carvalho, 2011, p. 66).

Com a família, os profissionais “deveriam ser preparados para compreender a natureza ecológica das famílias, para avaliar as necessidades e recursos da família e usar técnicas eficazes que lhes permitissem ouvir, entrevistar e negociar valores e prioridades” (Bailey, 1987, cit. in Carvalho, 2011, p. 67).

Neste sentido, “os profissionais de I.P deverão desenvolver a sensibilidade que lhes permita compreender os subsistemas da família. Torna-se importante que os profissionais compreendam como interagem as pessoas que compõem o sistema da família, dentro dos vários subsistemas” (Carvalho, 2011, p. 92). Para Woodruff e Roszmann-Millican (1994, cit. in Correia & Serrano, 1998) “compreender as regras, perspetivar os papéis de equipa como mutuamente benéficos e procurar uma comunicação aberta entre todas as pessoas envolvidas são aspetos críticos na construção e manutenção de um clima de intervenção colaborativo” (p. 72).

Atualmente, defende-se que tanto os profissionais, como as famílias têm perspetivas e olhares diferentes, assim como formas de atuar, mas é importante reconhecer que:

(...) os interessados na Intervenção Precoce necessitam de assumir uma atitude ativa e de colaboração que apoie a partilha e compreensão de diferentes perspetivas, o que, por sua vez, leva à cooperação entre os vários elementos envolvidos (...) [respeitando] as diferenças que cada indivíduo leva para a equipa” (Correia & Serrano, 1998, p. 73).

É assim fundamental que exista uma comunicação positiva entre todos, onde cada um consiga exprimir as suas ideias, as suas experiências e sentimentos e consiga questionar acerca das suas dúvidas. No fundo, pretende-se que cada interveniente consiga ouvir e ser ouvido ao longo de todo o processo.

Segundo Breia et al. (2004) no processo de Intervenção Precoce, todas as relações são importantes, tendo em conta os contextos e características dos intervenientes. Os

profissionais e as famílias são conhecedores das suas experiências e devem, por isso, interligar essas competências, mantendo uma relação positiva, não só entre todos dentro do processo, mas também, com a comunidade e outras áreas (Figura 1.2).

Figura 1.2

*Processo de interação e comunicação intra e inter-equipa (Fonte: Breia et. al, 2004)*



Para Correia e Serrano (1998) “a comunicação entre todos os componentes da equipa colaborativa é um fator vital. A intervenção implica fazer com que o plano estabelecido funcione, tanto para a criança, como para a família da mesma” (p. 74). Estes investigadores, sugerem que se substitua o termo “eles” pelo termo “nós”, em que todos estão juntos num só, trabalhando em prol do mesmo objetivo: o desenvolvimento e o bem-estar da criança (Correia & Serrano, 1998).

Por outro lado, Carvalho, (2011), sugere também que esta parceria, seja marcada “por uma relação de “*poder com*” entre os profissionais e os membros da família, onde ambos os parceiros reconhecem o valor dos conhecimentos e das experiências que cada um tem, sendo a tomada de decisões, em última instância, da responsabilidade da família” [existindo assim, uma colaboração,] “na partilha de informação e na resolução de problemas” (Crais,1996, cit. in Carvalho, 2011, p. 108).

O processo em IPI é um processo de grande responsabilidade, rigoroso, exigente e, por vezes, bastante longo. É essencial que todos os intervenientes, nomeadamente a Educadora de Intervenção Precoce, a Educadora de Infância e a família, se apoiem,

comuniquem, interajam e assumam um compromisso de equipa, para que este seja um caminho mais fácil e positivo, pois, como afirmam Correia e Serrano (1998):

(...) um compromisso partilhado no sentido de prestar apoio a todas as crianças e suas famílias, independentemente da sua diversidade ou NEE, permitirá que as mesmas tenham acesso aos serviços de que necessitam, para que possam dar resposta aos desafios que a vida lhes coloca. Aumentando a ênfase no “nós” na Intervenção Precoce, todos jogam segundo as mesmas regras e todos se apoiam uns aos outros (p. 75).

Para Brambring (1996, cit in Breia et al., 2004), no seu modelo em triângulo da Intervenção Precoce, para uma intervenção positiva é necessário que os profissionais, prestadores de serviços, as famílias e as crianças estejam em total harmonia, havendo um trabalho de equipa e união entre todos, de forma a poder otimizar e potenciar o desenvolvimento das crianças com alterações do desenvolvimento ou em situação de risco (Figura 1.3).

Figura 1.3

*Modelo em triângulo da Intervenção Precoce (Fonte: Breia et. al, 2004, adaptado de Brambring, 1996)*



#### **1.4. O Papel do Educador de Infância**

O educador de infância tem um papel fundamental na educação, no desenvolvimento e no crescimento das crianças que estão ao seu cuidado, pois, este serve como um modelo para as crianças. Neste sentido, o educador deve ser alguém com motivação, vocação e preparação para assumir este papel tão importante na vida das crianças. Como nos diz Alarcão (1991, cit. in Cavaco, 2009):

O educador é antes de mais uma pessoa que para poder ser um bom profissional deve tornar-se alguém “que escolheu ser professor/educador e se preparou para o ser; alguém, uma pessoa para quem o contacto com os outros é gratificante; alguém, uma pessoa, que com prazer serve de mediador entre o saber subjetivo e dinâmico dos seus alunos e o seu saber, (...). Alguém, uma pessoa, que, situado no aqui e agora da sua escola, da sua comunidade, do seu país, do seu mundo, tem antenas em permanente alerta e capta, antes de mais ninguém, os sinais de mudança que, com os seus alunos, decide prosseguir. Alguém, para quem os outros são também alguém e a escola uma comunidade de alguéns” (p. 59).

O educador deve ter consciência do que representa e como a sua maneira de pensar e de ver o mundo se reflete na sua prática, assim como as suas práticas, valores e conhecimentos. Este deve conhecer bem o grupo que tem à sua frente, nomeadamente as suas características, diferenças e especificidades e adaptar a sua prática a cada criança. Cavaco (2009) salienta que:

(...) é importante que o educador tenha atenção o contexto educativo da Educação pré-escolar. Esta deve organizar-se como um ambiente facilitador do desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Este ambiente deverá ainda proporcionar ocasiões de formação a todos aqueles que intervêm nesse contexto (p. 117).

A observação deve ser a chave para todo este processo educativo, pois através da observação, o educador saberá como agir e que atitude deve tomar em função do seu grupo. O seu papel como educador não é apenas no contexto educativo, deve também articular a sua prática e, função do seu grupo, ter ideias novas e saber articular os saberes e as experiências de cada aluno, de forma, a que enriqueça o percurso educativo das crianças e dos profissionais. O educador deve, então, conhecer bem o seu grupo, as características das crianças que o constituem, percebendo as suas diferenças, mas também aquilo que as igualam (Cavaco, 2009).

O educador de infância é efetivamente um elemento-chave para qualquer criança, inclusive, para as crianças com dificuldades ou em situação de risco, que sejam acompanhadas em IPI. Em paralelo com a intervenção precoce, o educador deve intervir o mais precocemente possível numa “relação sólida e positiva para que todas as crianças diferentes, ou não, possam ter a oportunidade de participar e crescer, cada uma a seu ritmo, no processo educativo (...) [promovendo, assim] a continuidade educativa de todas as crianças” (Cavaco, 2009, p. 119).

O educador deve assim ser uma forte motivação para estas crianças, sendo que a sua relação deve primar pelo afeto, confiança e respeito, sendo que “a relação efetiva que se estabelece entre educador/criança é considerada o primeiro passo para motivar a criança a realizar as tarefas, a gostar de vir ao Jardim-de-Infância e a gostar de aprender” (Cavaco, 2009, p. 109).

O educador deve ser capaz de mostrar afeto, encorajar e orientar as crianças, quando estas se sentem tristes, desmotivadas por certas atividades ou rejeitadas socialmente. Neste sentido, o educador é visto um ser motivador para as crianças (Rogers, 1972, cit. in Cavaco, 2009).

As crianças desenvolvem a sua aprendizagem, o seu interesse, a sua confiança, quando se sentem valorizadas, estimuladas e motivadas para tal, o que as leva também a refletir sobre a aprendizagem e a maneira de ser. O educador ajuda a criança na construção da sua visão para o mundo que a rodeia, desempenhando “as suas funções desenvolvendo uma relação de confiança, agrado, compreensão e respeito, com expectativas positivas, adotando uma postura não diretiva (Rogers, 1972, cit. in Cavaco, 2009, p. 109).

Ser educador de infância é ter um papel preponderante na deteção de dificuldades das crianças, pois, este consegue observar, relacionar-se e manter um contato diário com a criança. Sendo o educador de infância um conhecedor do desenvolvimento da criança

e de situações de alerta que levam a determinada dificuldade, é crucial que este esteja atento, compreenda as suas especificidades e a ajude a minimizar as suas dificuldades.

É este profissional de educação que “concebe e desenvolve o respetivo currículo, através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, bem como das atividades e projetos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas” (Decreto-Lei 241/2001 de 30 de agosto, anexo nº 1) e deve apostar na diversificação do currículo e planificar para cada criança no seu contexto educativo. Assim, segundo Silva et al. (2016):

(...) compreender a criança no seu contexto implica que o/a educador/a selecione e utilize diferentes formas e meios de observação e registo, que lhe permitam “ver” a criança sob vários ângulos e situar essa “visão” no desenvolvimento do seu processo de aprendizagem. A organização, análise e interpretação dessas diversas formas de registo constitui-se como um processo de documentação pedagógica, que apoia a reflexão e fundamenta o planeamento e a avaliação (p. 14).

É ainda importante que o educador de infância “assuma uma postura de reflexividade crítica sobre as suas práticas, construindo permanentemente a sua identidade pessoal” (Cavaco, 2009, p. 61). Ao desenvolver a ação que havia planeado, o educador de infância tem a oportunidade de questionar-se sobre as crianças, daquilo que conseguiram aprender ou desenvolver e sobre a sua planificação, se terá sido adequado ao seu grupo ou o que deveria ser melhorado. Esta reflexão poderá ser um indicador para a avaliação (Silva, et al., 2016).

Para além de transmitir conhecimentos, o educador de infância deve ser um facilitador da aprendizagem, sendo, por isso, essencial que esta reflita sobre a sua ação no processo educativo do seu grupo.

São vários os autores que mencionam a importância do educador de infância na vida das crianças, tal como, nos salienta Cavaco, 2009 “o educador, como profissional, é detentor de um papel fundamental no percurso do desenvolvimento da criança ou do

grupo de crianças que tem a seu cargo, para educar e ajudar a crescer com qualidade, de forma harmoniosa e equilibrada” (p. 117).

### 1.5. O Papel do Educador de Intervenção Precoce

O Educador de Infância que desenvolve a sua atuação na Intervenção Precoce integra uma Equipa Local de Intervenção (ELI), que é uma equipa multidisciplinar, constituída por profissionais da área da saúde, da educação e dos serviços sociais. Estas equipas fazem parte do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), que,

(...) consiste num conjunto organizado de entidades institucionais e de natureza familiar, com vista a garantir condições de desenvolvimento das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento (Decreto-Lei nº 281/2009 de 6 de outubro, art.º 1).

O SNIPI articula diversos Ministérios, entre eles: Ministério da Educação, Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Figura 1.4).

Figura 1.4

Organização do SNIPI (Fonte: <https://snipi.gov.pt/>)



O educador de Intervenção Precoce é um profissional especializado na área e preparado para apoiar as crianças com dificuldades ou limitações, assim, como as famílias da criança. Tal como os educadores de infância, o educador de IPI,

(...) é um ser humano complexo que é detentor de um certo tipo de características relevantes que influenciam o que é como profissional, refletindo na prática, junto das crianças, os seus valores, crenças e atitudes, bem como o seu nível de responsabilidade, o seu autoconhecimento e o conhecimento que possui acerca dos outros e acerca das relações interpessoais” (Cavaco, 2009, p. 58).

De facto, este é um profissional crucial para as crianças com necessidades específicas, pois, é dotado de estratégias, competências e ferramentas fundamentais para trabalhar com estas crianças. É este profissional que, na maior parte das vezes contacta pela primeira vez com a família destas crianças, em representação da Equipa Local de Intervenção e tenta perceber quais as suas necessidades, ideias, valores e opiniões, de modo, a poder ajudar da melhor forma. Segundo Carvalho (2011) “nos contactos iniciais com a família, os membros da equipa têm como objetivo criar um ambiente acolhedor que visa o respeito mútuo. A relação que se estabelece, durante os primeiros contactos, cria um padrão para as iterações futuras” (p. 124).

A educadora de IPI deve estabelecer uma parceria com a família, dotando-a de estratégias, sugestões e ideias a aplicar em casa, assim, como também deve manter a mesma postura de parceria com a educadora titular da criança. Ao comunicar com as famílias, a educadora de IPI deve ouvir e fornecer-lhes informações claras e significativas, apelando ao seu envolvimento. É importante que perceba que não irá trabalhar apenas com a criança, mas também com a sua família, onde deve reinar o respeito, a compreensão e a confiança (Carvalho, 2011; Cavaco 2009).

O educador de IPI planifica, aplica e orienta as atividades pensadas, em função das características das crianças que tem. Tem de ter em atenção a faixa etária, as dificuldades ou patologias e os interesses e motivações da criança e também da família. Também aqui, a educadora de IPI é um motivador para a criança e um modelo. É necessário que exista uma relação de respeito, harmonia e confiança, pois a criança deve ter confiança na educadora, sendo que esta a vai ajudar e apoiar, realizando por vezes

atividades diferentes e afastada do seu grupo de sala. A criança tem de ter uma afinidade especial e confiar e acreditar no trabalho da educadora de IPI, pois esta, segui-la-á até a criança ir para o 1º ciclo ou até estarem reunidas todas as condições para que a criança não necessite de Intervenção Precoce (Carvalho, 2011; Cavaco 2009; Gronita, s/d).

## **1.6. O Papel da Família**

A família é o pilar de todas as crianças, detendo um papel fundamental na sua socialização primária. A criança olha para a família como um modelo a seguir, pois,

(...) a educação familiar funciona através do exemplo, e não por meio de sessões de trabalho discursivas, apoiando-se assim em gestos, humores compartilhados, hábitos do coração, chantagens afetivas que se conjugam com a prática da retribuição sob a forma de carícias e castigos diferentes de caso para caso, talhados umas e outros à medida de cada um de nós (Savater, et al. 2010, p. 20).

É a família que deve ser a educação primária da criança, onde incute na criança os valores, o afeto, o respeito e o amor. Cabe à família assegurar à criança o direito à vida, à alimentação, à saúde e à educação. Segundo McWilliam et al. (2003) uma das frases mais proferidas por profissionais é “os pais são os primeiros e os mais marcantes educadores na vida dos seus filhos” (p. 11).

No que se refere à educação, é importante que os pais tenham uma atitude positiva e colaborativa, de modo, a favorecer a inclusão e integração na sociedade e na comunidade educativa. É crucial que os pais tenham apoio, para que assumam as suas funções como progenitores de crianças com NEE. (Salamanca, 1994).

Educar uma criança não é fácil, e quando se trata de uma criança com necessidades específicas, ainda se torna numa maior preocupação, sendo que precisam de mais apoio, pois, “as famílias de crianças, com deficiência ou em risco, necessitam de um maior apoio social e instrumental e de desenvolver as competências necessárias para lidar com os filhos com necessidades especiais” ([www.cercifaf.pt](http://www.cercifaf.pt)).

Segundo o Decreto-Lei nº3/2008,

(...) os pais ou encarregados de educação têm o direito e o dever de participar ativamente, exercendo o poder paternal nos termos da lei, em tudo o que se relacione com a educação especial a prestar ao seu filho, acedendo, para tal, a toda a informação constante do processo educativo (art.º 3).

É importante que os pais sejam ouvidos e consigam dar a sua opinião no que às suas escolhas diz respeito, porque “os pais são parceiros privilegiados no que diz respeito às necessidades educativas especiais dos seus filhos e, na medida do possível, deve-lhes ser dada a escolha sobre o tipo de resposta educativa que pretendem para ele” (Salamanca, 1994, p. 38). Também Silva et al. (2016) defendem que

(...) os pais/famílias, como principais responsáveis pela educação dos filhos/as, têm também o direito de participar no desenvolvimento do seu percurso pedagógico, não só sendo informados do que se passa no jardim de infância, como tendo também oportunidade de dar contributos que enriqueçam o planeamento e a avaliação da prática educativa (p. 16).

Sendo a Intervenção Precoce também destinada à família, esta deverá ser apoiada e instruída a desenvolver intervenções com a criança, com orientações fornecidas pelos profissionais. A participação e ajuda ao seu educando é fundamental para o desenvolvimento da criança, sendo que todas as famílias têm competências que deverão ser valorizadas e respeitadas (Breia et al., 2004), devendo ser-lhes “transmitidos os esclarecimentos necessários numa linguagem simples e clara, pelo que responder às necessidades de informação e de treino das suas capacidades educativas é tarefa de especial importância” (Salamanca, 1994, p. 37).

Cabe às famílias aceitarem o problema do seu educando, de modo, a que se possam disponibilizar para apoiar, colaborar, trabalhar em equipa e cooperar em todo o processo de Intervenção Precoce, pois, só com a intervenção e inclusão da família é que Intervenção Precoce faz sentido.

Face ao explanado, parece importante e relevante conhecer como na prática se estabelecem as relações entre os profissionais de IPI e a família, colocando-se diversas questões. Será que existe uma articulação e colaboração entre eles? De que forma é feita esta articulação entre os intervenientes na Intervenção Precoce? E será que esta articulação é importante para o desenvolvimento e evolução da criança? O que pensam e sentem os profissionais de IPI e os pais destas crianças com necessidades específicas que estão a ser apoiadas pelas equipas de IPI?



---

## PARTE II - Estudo Empírico



## Capítulo 2 – Metodologia e Procedimentos

### 2.1. Tipo de Investigação

A presente investigação baseia-se num estudo de carácter qualitativo, atendendo a que tem como preocupação a qualidade de algo, procurando o “porquê” das coisas, de forma a ser possível compreender a dinâmica das relações. Assinale-se que, também Drew (1980, cit. in Bell, 1993) refere que uma “pesquisa é conduzida para resolver problemas e para alargar conhecimentos” (p. 15).

Sendo o presente estudo qualitativo, também é descritivo e interpretativo, pretendendo-se que a descrição “deve ser rigorosa e resultar diretamente dos dados recolhidos” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 198), na qual se objetiva estudar “a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar, ao mesmo tempo que se parte sobretudo dos próprios dados, e não de teorias prévias, para os compreender ou explicar” (Almeida & Freire, 2000, p. 98).

Para que esta investigação seja eficaz e rigorosa, são tidas em atenção as várias etapas essenciais aquando da sua realização, como nos enumeram Carmo e Ferreira (2008): descrição do problema, revisão da literatura, formulação das hipóteses ou das questões de investigação, definição da população-alvo e escolha da técnica de recolha de dados, determinação da dimensão da amostra, seleção da técnica de amostragem adequada e seleção ou desenvolvimento de um instrumento de recolha (p. 231).

Assinale-se que, quando se realiza um estudo desta dimensão, é importante realizar um plano, de forma a orientar o investigador. Segundo Almeida e Freire (2000), um plano de uma investigação é o “conjunto de procedimentos e orientações a que uma investigação deve obedecer tendo em vista o rigor e o valor prático da informação recolhida, mormente para a testagem das hipóteses inicialmente formuladas para o problema em estudo” (p. 75). Estes autores defendem ainda que é importante que o plano seja elaborado tendo em consideração o estudo e os objetivos definidos. Este deve ser “*adequado e rigoroso*, ou seja, assegurar que os procedimentos se adequem à natureza do problema e aos objetivos do estudo” (Almeida & Freire, 2000, p. 76).

A escolha deste tipo de investigação deve-se ao facto de se pretender ouvir as opiniões dos profissionais e famílias, conhecer os diferentes pontos de vista dos participantes e consequentemente, conseguir interpretá-los. Este conhecimento poderá ajudar os profissionais a consciencializarem-se das suas práticas e a refletirem sobre

elas, de forma, a que possam cada vez responder mais às necessidades das crianças, mas também das suas famílias.

## **2.2. Questão de Pesquisa**

Para um estudo eficaz e realista, o investigador deve saber exprimir exatamente aquilo que procura perceber, descobrir ou compreender melhor. Para tal, a questão de partida de um estudo deve ser exequível e pertinente, de acordo com o pretendido.

Na opinião de Freixo (2009),

(...) a formulação de um problema de investigação consiste em desenvolver uma ideia através de uma progressão lógica de ideias, de argumentos, e de factos relativos ao estudo que se deseja empreender. A problemática de investigação deve ser definida em função das necessidades, interesses, valores e constrangimentos que se manifestam na experiência do investigador (p. 157).

Após várias reflexões e atendendo a que a presente investigação assenta na articulação entre os intervenientes no processo de Intervenção Precoce na Infância, foi formulada a seguinte questão de pesquisa:

– De que forma é feita a articulação entre os intervenientes na Intervenção Precoce na Infância e qual a sua importância para a criança?

## **2.3. Objetivo geral e objetivos específicos**

Tendo como referencial a problemática referida, definiu-se como objetivo geral conhecer e analisar a articulação entre os intervenientes que desenvolvem a sua atuação na Intervenção Precoce na Infância.

De forma, a dar resposta à questão de pesquisa e ao objetivo geral deste estudo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

– Perceber e analisar o tipo de articulação existente entre Educadora de Intervenção Precoce/Educadora de Infância/Família na IPI;

- Analisar a opinião dos profissionais sobre a importância da Intervenção Precoce e a periodicidade da intervenção;
- Conhecer a opinião das famílias sobre a importância da IPI no desenvolvimento das crianças apoiadas e sobre o seu próprio envolvimento no processo de intervenção;
- Compreender e analisar o que poderá ser melhorado para que exista uma articulação positiva entre os intervenientes, de forma, a que a família tenha um papel ativo em todo o processo.

#### **2.4. Participantes/Amostra**

Quando se planifica e se executa uma investigação é essencial ter em atenção “a definição da amostra ou dos grupos de sujeitos a considerar” (Almeida & Freire, 2000, p. 99). Deste modo, deve ir-se ao encontro dos objetivos estabelecidos inicialmente para a escolha da população.

A presente investigação teve como amostra 9 participantes ( $N = 9$ ), dos quais 4 foram inquiridos através de entrevistas e 5 preencheram inquéritos por questionário. As entrevistadas foram 3 educadoras de infância que têm no seu grupo crianças em IPI e 1 educadora que desenvolve a sua ação enquanto educadora de Intervenção Precoce. Os inquéritos por questionário foram preenchidos por 5 famílias de 5 crianças com necessidades educativas específicas a serem apoiadas em IPI.

Como critérios de seleção as educadoras deveriam estar a atuar com crianças apoiadas pelos serviços de Intervenção Precoce, enquanto os pais deveriam ter crianças com necessidades específicas a serem apoiadas por estes serviços.

A opção pela escolha desta amostra fundamentou-se no facto de que estes participantes constituem uma mais-valia e o pilar para este estudo, pois são eles que lidam diariamente com estas crianças e são os que melhor conhecem a dinâmica, os contextos e as relações existentes entre cada profissional e as respetivas famílias. É também nosso entender que é importante ouvir o que estes pensam sobre o que deve ser feito para melhorar esta articulação.

## 2.4.1. Caracterização da Amostra

### 2.4.1.1. Caracterização das Educadoras de Infância e Educadora de Intervenção Precoce

No que se refere aos dados de carácter biográficos das 4 entrevistadas (codificadas como EI 1, EI 2, EI 3, EI 4), são todas licenciadas em Educação de Infância, sendo que uma das entrevistadas (EI 4), inicialmente, tirou o bacharelato em Educação de Infância, tendo posteriormente terminado a licenciatura na mesma área e, atualmente é educadora de Intervenção Precoce.

Relativamente ao tempo de serviço, a EI 1 e a EI 2 trabalham em educação de infância há 15 anos, a EI 3 trabalha há 12 anos e a EI 4 trabalha em Intervenção Precoce há 6 anos (Gráfico 2.1).

#### Gráfico 2.1

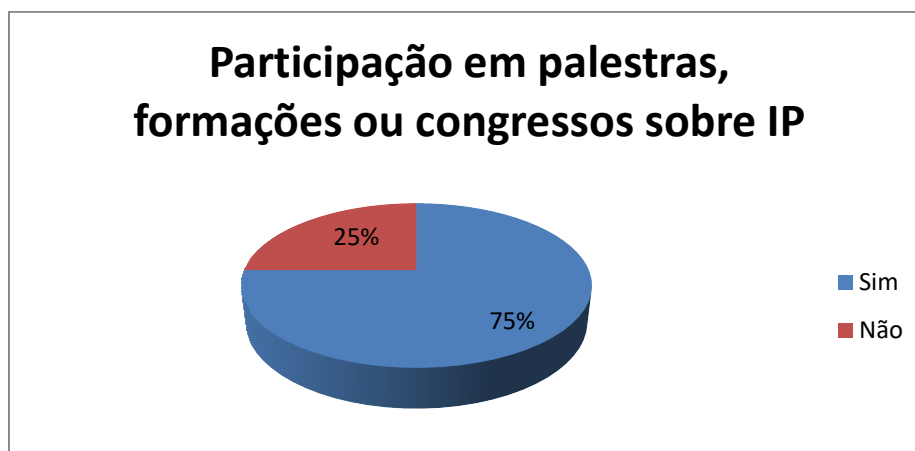
*Anos de serviço das Educadoras de Infância*



Das 4 entrevistadas, 3 educadoras ( $n = 3$ ; 75%) referiram que assistem a palestras, formações ou congressos sobre a Intervenção Precoce, enquanto, que 1 das entrevistadas ( $n = 1$ ; 25%) admitiu que não o costuma fazer (Gráfico 2.2).

## Gráfico 2.2

*Participação em palestras, formações ou congressos sobre Intervenção Precoce, por parte das educadoras*



### 2.4.1.2. Caracterização dos Pais

Foi solicitado às famílias das crianças acompanhadas em IPI, o preenchimento de um inquérito por questionário, sendo que, o pai e a mãe responderam ao inquérito em conjunto, levando o mesmo para casa e devolvendo-os à investigadora, posteriormente, em envelope fechado de forma a salvaguardar o anonimato. Foi entregue 1 inquérito por questionário a cada família, perfazendo o total de 5 inquéritos entregues e devolvidos.

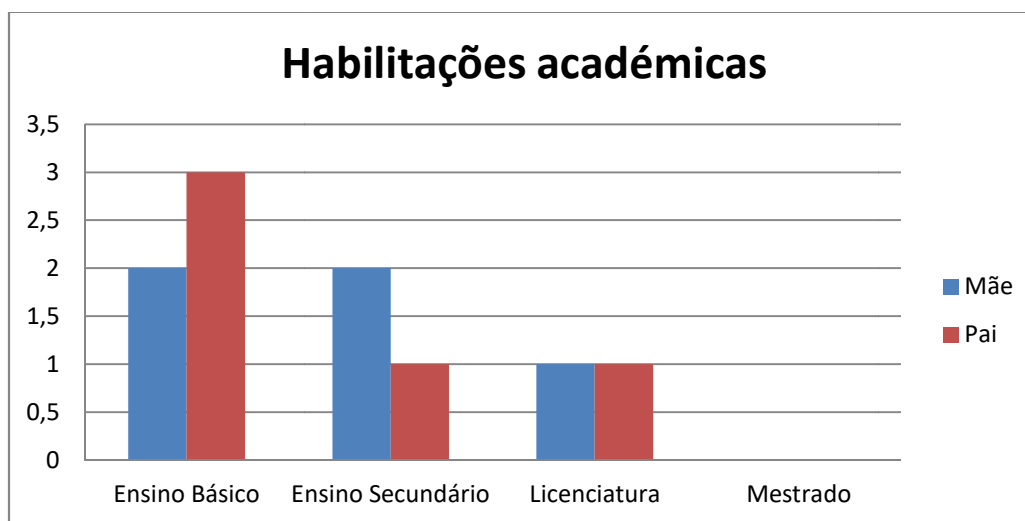
No que se refere à idade da mãe, estas têm idades compreendidas entre os 32 e os 42 anos ( $M = 37,8$ ;  $DP = 4,025$ ), sendo que a mãe 1 tem 32 anos, a mãe 2 tem 36 anos, a mãe 3 tem 38 anos, a mãe 4 tem 41 anos e a mãe 5 tem 42 anos.

Relativamente às idades dos progenitores do sexo masculino, estas estão compreendidas entre os 36 e os 57 anos ( $M = 42,6$ ;  $DP = 8,355$ ), sendo que o pai 1 tem 38 anos, o pai 2 tem 57 anos, o pai 3 tem 40 anos, o pai 4 tem 42 anos e o pai 5 tem 36 anos.

Quanto às habilitações académicas dos progenitores, do total de 5 progenitoras do sexo feminino, 40 % ( $n = 2$ ), têm o Ensino Básico, 40% ( $n = 2$ ), têm o ensino secundário e 20% ( $n = 1$ ), têm licenciatura. Quanto aos progenitores do sexo masculino, num total de 5 inquiridos, 60% ( $n = 3$ ), têm o ensino básico, 20% ( $n = 1$ ), têm o ensino secundário e 20% ( $n = 1$ ), têm licenciatura. Nenhum dos progenitores possui mestrado (Gráfico 2.3).

**Gráfico 2.3**

*Habilitações académicas dos pais*



No que se refere à situação profissional dos progenitores, 60% ( $n = 3$ ) das mães são trabalhadoras por conta de outrem e 40% ( $n = 2$ ) trabalham por conta própria. Relativamente aos pais, 40% ( $n = 2$ ) trabalham por conta de outrem e 60% ( $n = 3$ ) são trabalhadores por conta própria. De momento, nenhum dos inquiridos está desempregado (Gráfico 2.4).

**Gráfico 2.4**

*Situação profissional dos pais*



### 2.4.1.3. Caraterização das crianças

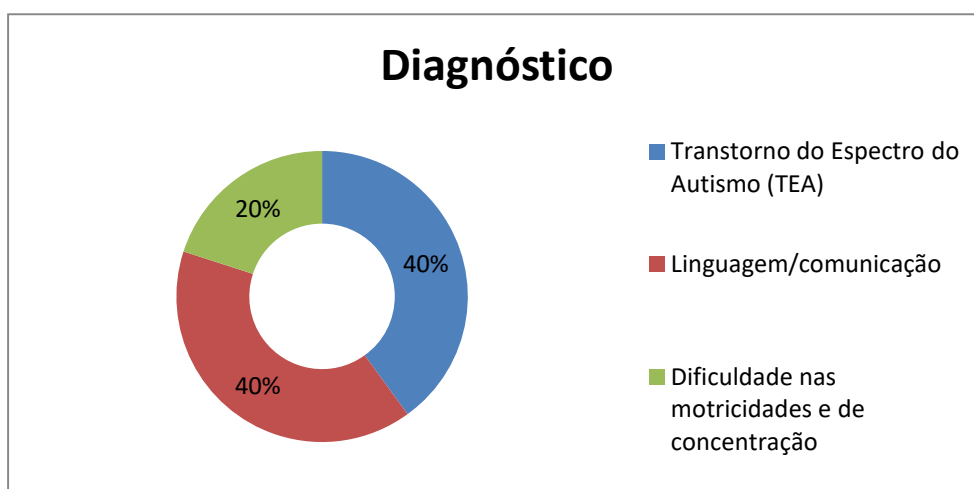
No que se refere à caracterização das crianças que são acompanhadas pelos serviços de Intervenção Precoce, todas as crianças em estudo são do género masculino, perfazendo os 100% da amostra ( $n = 5$ ).

Relativamente às suas idades, estas estão compreendidas entre os 3 e os 6 anos ( $M = 4,4$ ;  $DP = 1,341$ ), sendo que a criança 1 tem 3 anos, a criança 2 tem 5 anos, a criança 3 tem 6 anos, a criança 4 tem 5 anos e a criança 5 tem 3 anos.

Quando inquiridas acerca do diagnóstico que o seu educando apresenta, 40% ( $n = 2$ ) das crianças estão diagnosticadas com Perturbação do Espectro do Autismo, 40% ( $n = 2$ ) das crianças tem como diagnósticas Dificuldades na linguagem/comunicação e 20% ( $n = 1$ ) apresenta Dificuldades na motricidade e de concentração (Gráfico 2.5).

#### Gráfico 2.5

*Diagnóstico das crianças*

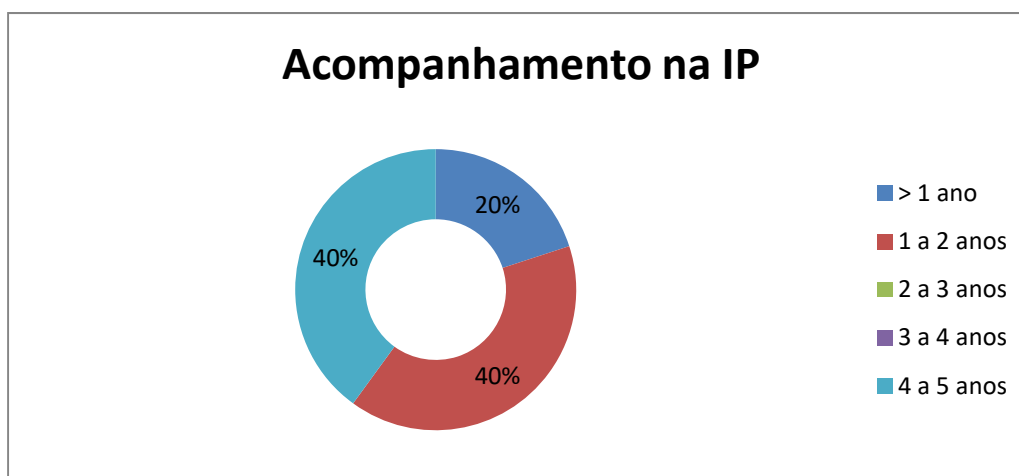


Quanto à constituição do agregado familiar, a criança 3 coabita com a mãe e o pai, a criança 2 vive com o pai e os irmãos e as crianças 1, 4 e 5 vivem com a mãe, o pai e os irmãos. É de salientar que a criança 1 e a criança 2 têm 1 irmão, a criança 4 tem 3 irmãos e a criança 5 tem 2 irmãos.

Relativamente ao tempo em que a criança é acompanhada pela Intervenção Precoce, 20% ( $n = 1$ ), da amostra frequenta a IP há menos de 1 ano, 40% ( $n = 2$ ) frequenta a IP entre 1 a 2 anos e 40% ( $n = 2$ ) é acompanhada em IP entre 4 a 5 anos (Gráfico 2.6).

## Gráfico 2.6

*Duração do acompanhamento da criança em Intervenção Precoce*



## 2.5. Instrumentos de Recolha de Dados

Os instrumentos de recolha de dados devem ser escolhidos em função do contexto a estudar, da questão de pesquisa e dos objetivos, pois “as qualidades informativas de tais dados vão, parcialmente, depender da qualidade dos instrumentos usados nessa recolha” (Almeida & Freire, 2000, p. 117).

Deste modo, foram utilizadas entrevistas construídas pela investigadora para o presente estudo, nomeadamente um guião semiestruturado e inquéritos por questionário. Foram ainda utilizadas a pesquisa documental e o diário de campo.

### 2.5.1. Entrevista

Ao utilizar este instrumento de recolha de dados, pretende-se conhecer e analisar o que os participantes pensam e sentem. Segundo Bell (1997) “a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade” (p. 197), pois esta pode ser realizada num espaço onde os participantes se sintam confortáveis, permite um contato mais próximo entre os intervenientes e os participantes podem expressar-se livremente, aprofundando, assim, as suas opiniões e perceções acerca do tema da investigação.

Também para Carmo e Ferreira (2008) “a interação direta é uma questão-chave da técnica da entrevista” (p. 141), pois para que se realize é necessária a presença do

entrevistador e do sujeito participante, sendo que, segundo Moser e Kalton (1971, cit. in Bell, 1997) a entrevista é “uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado que tem o objetivo de extrair determinada informação do entrevistado” (p. 138).

Para esta investigação, foram realizadas entrevistas a 3 educadoras de infância e a 1 educadora que atua na IPI ( $n = 4$ ).

No que respeita à preparação das entrevistas, foram elaborados guiões que serviram de linha orientadora para a condução das entrevistas. Estes guiões foram constituídos por 28 questões, divididas em 3 blocos diferentes, que correspondem a diversos objetivos específicos (Apêndice 5).

De assinalar que, para Carmo e Ferreira (2008) quando se planifica uma entrevista deve definir-se os objetivos, construir o guião, escolher os entrevistados e prepará-los. Neste sentido, para a elaboração deste guião foram tidos em atenção alguns aspetos, como, utilizar uma linguagem acessível a todos os entrevistados, não colocar questões limitadas, para que o sujeito tivesse oportunidade de se expressar livremente e iniciar a entrevista com perguntas mais simples, seguindo depois para as questões que exigiam uma maior reflexão.

Na realização desta investigação, previamente foi apresentado o estudo ao Representante da Proteção de Dados e à Comissão de Ética da Universidade do Algarve, tendo a investigação e os instrumentos sido autorizados (Apêndice 5 e 6; Anexos 3).

Após convite aos sujeitos inquiridos nesta investigação (educadoras e pais das crianças em estudo), foram solicitados os Consentimentos Informados, e o pedido para se gravar as entrevistas, tendo ainda sido informados os participantes sobre o anonimato e confidencialidade de todos os dados recolhidos, de acordo com os princípios éticos definidos pela Comissão de Ética da Universidade do Algarve (Apêndice 2 e 3).

Inicialmente, ponderou-se a hipótese de que as entrevistas fossem presenciais, mas devido à pandemia do Covid 19 e conseqüente confinamento, as entrevistas foram realizadas por videochamada, em dia e hora agendada com os participantes individualmente e, consoante as suas disponibilidades. Foi dada total liberdade aos participantes, dando-lhes tempo para falarem, ouvindo-os, sem os interromper, julgar ou criticar.

## **2.5.2. Inquéritos por questionário**

Quando se utiliza este instrumento de recolha de dados, não existe uma interação direta com o participante, pois, neste caso, “a interação indireta constitui o problema-chave que acompanha a elaboração e administração de um inquérito por questionário” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 153). Segundo Bell (1997) “o objetivo de um inquérito é obter informações que possam ser analisadas, extrair modelos de análise e fazer comparações” (p. 26).

Tal como nas entrevistas, nos inquéritos por questionário também deve haver uma preparação cuidada e a sua elaboração deve primar por uma boa organização estrutural, pois, neste instrumento de recolha de dados “não há hipótese de esclarecimento de dúvidas no momento da inquirição” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 154).

É importante ter ainda em atenção a formulação das questões, a sua linguagem, assim, como a extensão do inquérito.

Tal como referido com as entrevistas, também os inquéritos foram previamente apresentados e aprovados pelo Representante da Proteção de Dados e à Comissão de Ética da Universidade do Algarve (Apêndice 7; Anexo 4).

Os inquéritos foram realizados aos pais das crianças que são acompanhadas em IPI e, posteriormente, entregues à investigadora em envelope fechado. Os intervenientes assinaram os Consentimentos Informados e foram informados sobre o anonimato e confidencialidade de todos os dados recolhidos, de acordo com os princípios éticos definidos pela Comissão de Ética da Universidade do Algarve (Apêndice 4).

Os inquéritos foram constituídos por 4 blocos, que continham questões fechadas e no final, existiam 2 questões abertas, de modo, a dar possibilidade aos participantes de se expressarem aprofundadamente a sua opinião pessoal sobre o tema (Apêndice 7).

Os inquéritos foram iguais para todos os participantes do estudo, pois, segundo Bell (1997) “nos inquéritos devem fazer-se as mesmas perguntas aos indivíduos e, tanto quanto possível, nas mesmas circunstâncias” (p. 27).

A escolha desta estratégia de recolha de dados teve a ver com o considerar-se que os inquéritos primam pela simplicidade de respostas para os participantes, sendo instrumentos que facilitam a comparação e o tratamento de dados.

### **2.5.3. Pesquisa Documental**

Ao longo da elaboração desta investigação, foi utilizada a pesquisa documental, quer através de livros, enciclopédias, revistas, artigos ou suporte digital.

Para Bell (1997) “a análise documental de ficheiros e registos educacionais pode revelar-se uma fonte de dados extremamente importante” (p. 101), pois dá-nos a possibilidade de saber e conhecer mais aprofundadamente o que já foi estudado nesta área, assim como retirar ideias e saberes para uma melhor gestão da informação.

Segundo Carmo e Ferreira (2008) “a pesquisa documental assume-se como *passagem de testemunho*, dos que investigaram antes no mesmo terreno, para as nossas mãos” (p. 73).

Na opinião de Almeida e Freire (2000), este instrumento de recolha de dados,

(...) é particularmente importante para se definir e melhor enquadrar o referencial teórico para a investigação em causa. Ela serve, igualmente, para a obtenção de indicações e sugestões importantes tendo em vista a definição do procedimento metodológico sobretudo, quando se trata de definir o plano de investigação ou de precisar as amostras e os instrumentos a usar na recolha de dados. Neste sentido, a revisão bibliográfica pode assumir-se como uma interface entre a delimitação do problema e a formulação da hipótese, bem como dos passos seguintes na investigação (p. 43).

### **2.5.4. Diário de Campo**

Um outro instrumento de recolha de dados utilizado no presente estudo, foi o diário de campo, onde foram registadas conversas informais e situações ou dados relevantes que surgiram ao longo da investigação (Apêndice 10).

Para Meity (2005, cit. in Fajer et al., 2016) o diário de campo deve ser “como um diário em que o roteiro prático seja anotado – quando foram feitos os contatos, quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada, como correu a gravação, eventuais incidentes de percurso” (p. 3). É aqui que o investigador reflete e anota

comportamentos, ações, emoções e dúvidas que considere importantes para o seu estudo.

## **2.6. Procedimentos de Recolha e Análise dos Resultados**

Relativamente ao estudo, primeiramente, foi apresentado o projeto e solicitado um parecer ao Representante da Proteção de Dados e à Comissão de Ética da Universidade do Algarve. Posteriormente, foi pedida autorização formal ao responsável da Instituição pretendida, para a realização do estudo, através de uma carta de apresentação, onde foram explicados os objetivos do estudo, os instrumentos de recolha de dados, assim como a garantia de confidencialidade da Instituição e dos participantes (Apêndice 1). Após a autorização por parte do responsável da Instituição, foi solicitada a cada participante, a sua colaboração, através da entrega de uma Carta de Apresentação e do preenchimento do Consentimento Informado. Foram explicados, igualmente, os objetivos do estudo, sendo também solicitada a autorização para a gravação da entrevista e assegurado o total anonimato dos intervenientes. Também foram informados, que os resultados seriam divulgados na tese de Mestrado.

Após os participantes aceitarem colaborar neste estudo, foram marcadas as entrevistas, por videochamada, com as educadoras, consoante a disponibilidade de cada uma e foram entregues os questionários aos pais das crianças.

Atendendo a que nos encontrávamos em confinamento, devido à pandemia do Covid 19 e a Instituição em estudo estava encerrada, foi realizada uma entrevista por videochamada, sendo que, as restantes entrevistas realizaram-se pessoalmente, aquando da reabertura da Instituição. É importante salientar que as entrevistas foram realizadas cumprindo todas as regras de segurança e distanciamento.

Foram também, entregues os questionários aos pais das crianças, que posteriormente os devolveram à investigadora em envelope fechado.

Ao longo desta investigação também existiram algumas conversas informais com alguns dos intervenientes, o que ajudou numa melhor análise dos dados. Todos estes instrumentos foram úteis e contribuíram para uma análise e tratamento dos dados eficaz e realista.

Segundo Bardin (1977) a análise e tratamento de dados “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p. 31), que ajuda na interpretação do estudo em

causa, descrevendo assim, a realidade a estudar, sendo que, o objeto de estudo da “análise de conteúdo é a palavra” (p. 43).

Berelson (1952, 1968, cit. in Carmo & Ferreira, 2008) referem que a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação” (p. 269). A análise de conteúdo procura assim ajudar a perceber e descodificar o que está por trás das palavras e dos testemunhos dos intervenientes, de modo, a que os investigadores compreendam o ambiente ou o contexto a estudar.

Neste sentido, no presente estudo, a análise de conteúdo foi aplicada às entrevistas e aos inquéritos por questionário, o que facilitou a sua análise e compreensão das mesmas. As entrevistas eram constituídas por questões abertas e os inquéritos por questionários continham, igualmente, duas questões abertas, na qual foi utilizada a mesma técnica.

Para a análise dos dados recolhidos nas perguntas abertas, seguimos a metodologia proposta por Bardin (1977), nomeadamente a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, através da inferência e da interpretação. Num primeiro momento fez-se uma leitura flutuante de todo o material recolhido, tendo como objetivo conhecer os documentos e elencar as primeiras impressões. Uma vez constituído o *corpus* tendo em consideração os pressupostos de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, seguiu-se a etapa de codificação e categorização do material. Na codificação, foi feito o recorte das unidades de registo, sendo que para a seleção das unidades de registo, se teve em atenção a sua pertinência. Posteriormente, foram realizadas grelhas de análise com as respostas. Estas grelhas consistem na organização das questões por categorias em cada uma delas, sendo que, previamente à codificação das unidades de análise em categorias, as respostas dadas foram transcritas textualmente (Bardin, 1977). Posteriormente, foi realizada uma apresentação dos resultados, análise e discussão dos mesmos.

## **2.7. Procedimentos Éticos**

Ao ser realizado um estudo desta dimensão, em que o investigador tem de se relacionar com sujeitos intervenientes e o contexto envolvente, o investigador deve seguir determinados princípios, nomeadamente:

- no que se refere aos resultados e às conclusões, o investigador deve ser autêntico e verdadeiro, mesmo que estes não sejam do seu agrado;
- deve ser solicitada uma autorização às instituições a que pertencem os participantes deste estudo;
- deve ser solicitada uma autorização aos participantes para a gravação e colaboração das entrevistas;
- os participantes devem ser informados sobre todos os aspetos do estudo e demonstrar o seu consentimento voluntário;
- o investigador deve assumir a confidencialidade dos resultados obtidos;
- o investigador deve manter honestidade nas relações com os participantes;
- caso os participantes decidam não colaborar no estudo ou desistir, esta decisão deve ser aceite;
- os participantes devem ser protegidos de quaisquer danos ao longo do estudo e aquando dos resultados obtidos, salvaguardando a sua integridade física, mental e moral;
- os participantes devem ser informados dos resultados do estudo e esclarecidos, caso, se levantem algumas dúvidas (Almeida & Freire, 2000; Carmo & Ferreira, 2008).

Desta forma, todo o percurso realizado ao longo do estudo, deve ser rigoroso e confidencial, pois “a partir do momento em que se pensa fazer investigação, toda a sequência de problemas são desencadeados e devem ser resolvidos rigorosamente por qualquer profissional esteja ligado à universidade ou a qualquer outro contexto profissional” (Freire, 1994, cit. in Almeida & Freire, 2000, p. 210).

Aquando da realização desta investigação foram seguidas todas as regras éticas definidas para a efetivação deste tipo de estudos tendo a investigação sido aprovada pela Comissão de Ética de Universidade do Algarve, como já referenciado anteriormente.

Ao longo deste processo, é importante que a comunicação seja simples e esclarecedora entre o investigador e os participantes, para que estes se sintam à vontade, confiantes, e acima de tudo, respeitados. Tal como nos refere Bell (1997) “a ética da investigação tem a ver com a clareza em relação à natureza do acordo feito com os inquiridos e outros contactos. É por isso podem ser tão úteis” (p. 56).

---

## **PARTE III – Apresentação dos Dados**



## Capítulo 3 - Resultados

### 3.1. Apresentação dos dados relativos às Educadoras de Infância, à Educadora de Intervenção Precoce e às Famílias

As entrevistas realizadas tiveram como inquiridas três educadoras de infância que trabalham na instituição selecionada e que foram designadas por EI 1, EI 2 e EI 3. Também foi entrevistada uma educadora de Infância que trabalha nos serviços de Intervenção Precoce, que foi intitulada por EI 4.

Os inquiridos por questionário tiveram como participantes 5 famílias de 5 crianças apoiadas em Intervenção Precoce e que frequentam a instituição selecionada e foram designadas por F 1, F 2, F 3, F4 e F 5.

#### 3.1.1. Articulação entre Educadora de Intervenção Precoce e a Educadora de Infância e a Família na Intervenção Precoce na Infância

Tendo como objetivo perceber o tipo de articulação existente entre os intervenientes em IPI, como se pode observar na tabela 1, constatamos que todas as Educadoras de Infância referem que a relação entre as mesmas e as famílias é boa, realçando que “existe comunicação” (EI 1) e que “acaba por haver uma amizade” (EI 3). Segundo a EI 2 “tudo aquilo que é pedido, as famílias tentam cumprir em casa. Portanto, a interação é quase diária, sim”, o que reforça bem a relação positiva existente (Tabela 3.1).

**Tabela 3.1**

*Relação das educadoras com as famílias*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“Eu considero que é uma boa relação. Nós falamos por mensagens, por emails, telefonicamente, quando é possível, pessoalmente (...). Existe comunicação”.

EI 2	“a relação é boa, tudo aquilo que é pedido, as famílias tentam cumprir em casa. Portanto, a interação é quase diária, sim”.
EI 3	“Boa. É uma relação profissional e não só (...) acaba por haver uma amizade, acho eu”.

Ao analisar os testemunhos das Educadoras de Infância, foi notória a boa relação destas com a Educadora de IP, existindo facilidade de diálogo e troca de ideias e opiniões constante, resultando assim, numa “relação aberta, onde há compreensão entre ambas as partes” (EI 2) (Tabela 3.2).

**Tabela 3.2**

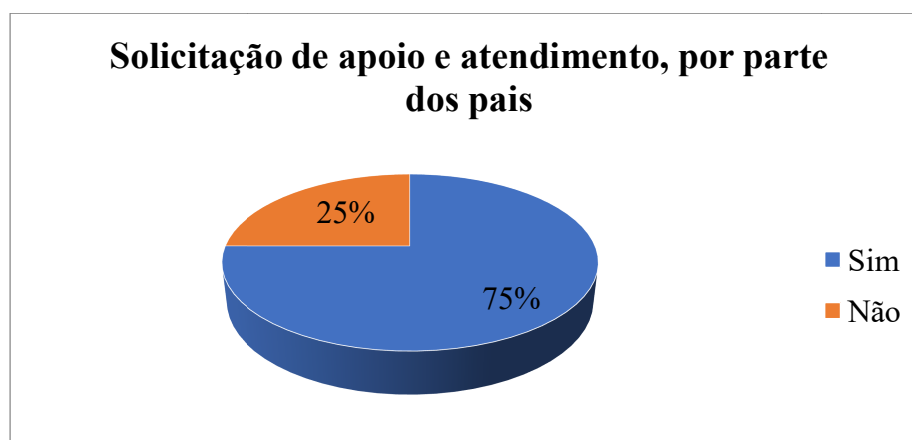
*Relação das Educadoras de Infância com a Educadora de Intervenção Precoce*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“É uma boa relação, facilmente dialogamos, trocamos ideias e opiniões, impressões”.
EI 2	“É uma relação de respeito, de amizade (...) é uma relação aberta, onde há compreensão entre ambas as partes”.
EI 3	“A relação é profissional”.

Esta boa relação deve-se, em grande parte, à partilha de ideias e atividades entre as educadoras e para com as famílias, assim como todo o apoio, atendimento e esclarecimento de dúvidas que as famílias tenham, o que as ajuda a “compreender melhor o filho e perceber a minha perspetiva enquanto educadora” (EI 1). Embora uma educadora tenha respondido que os pais não costumam solicitar apoio e atendimento, todas as restantes educadoras responderam afirmativamente (Gráfico 3.1).

### Gráfico 3.1

*Solicitação de apoio e atendimento, por parte dos pais.*



As educadoras auxiliam, igualmente, na criação de estratégias e metodologias, de forma, a “que sejam consensuais em casa e na escola, que haja harmonia” (EI 1), tentando “passar aos pais todas as rotinas que são feitas na sala” (EI 2). É consensual, para todas as educadoras o tipo de apoio que é dado à família sempre que seja necessário “agente tenta esclarecer os pais em todas as dúvidas que eles tenham” (EI 2) (Tabela 3.3).

### Tabela 3.3

*Tipo de apoio e orientação prestada à família.*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“(…) criar metodologias funcionais, de estratégias (...) que sejam consensuais em casa e na escola, que haja harmonia”.
EI 2	“tentamos passar aos pais todas as rotinas que são feitas na sala (...) sempre que há necessidade de adaptar alguma, alguma regra (...). Agente tenta esclarecer os pais em todas as dúvidas que eles tenham”.
EI 3	“Apoio psicológico, apoio de estratégias (...)”.

São variadas as razões para os pais contactarem a EI 4 “pedem-nos muito apoio no ato das matrículas, nos relatoriozinhos que muitas vezes acompanham a criança na

entrada no 1º ciclo, ou até, na transição para outros contextos. Ah, quando há necessidade do subsídio de educação especial ou do subsídio de deficiência (...) porque precisam de novas estratégias, têm necessidades de informações e porque precisam, às vezes, é só porque precisam de falar, de trocar impressões” (Tabela 3.4).

### **Tabela 3.4**

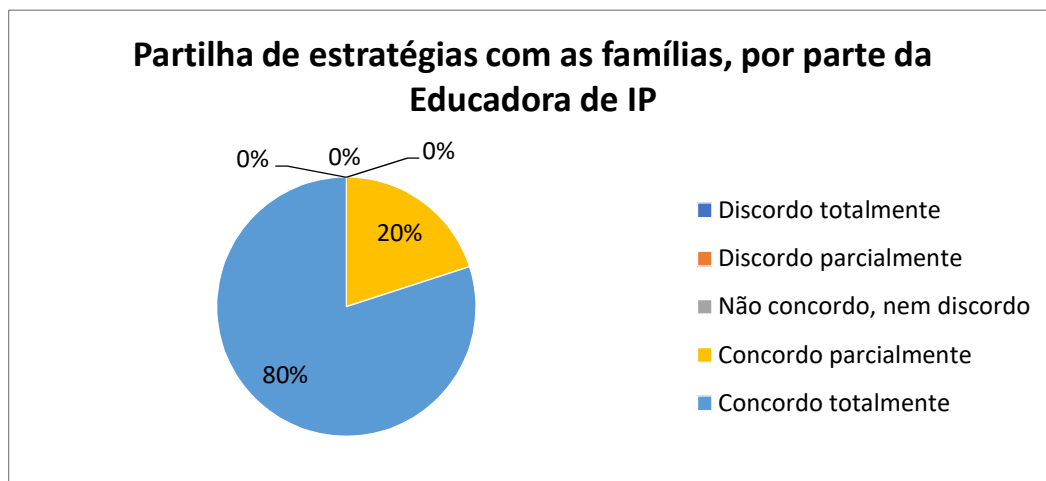
*Questões colocadas à Educadora de IP quando os pais solicitam apoio e atendimento.*

Entrevistadas	Respostas
EI4	<p>“pedem-nos muito apoio no ato das matrículas, nos relatoriozinhos que muitas vezes acompanham a criança na entrada no 1º ciclo, ou até, na transição para outros contextos. Ah, quando há necessidade do subsídio de educação especial ou do subsídio de deficiência (...) porque precisam de novas estratégias, têm necessidades de informações e porque precisam, às vezes, é só porque precisam de falar, de trocar impressões”</p>

Embora as educadoras considerem que partilham ideias e informações com as famílias, nem todos os pais concordam totalmente que exista essa partilha regular (Gráficos 3.2 e 3.3).

### **Gráfico 3.2**

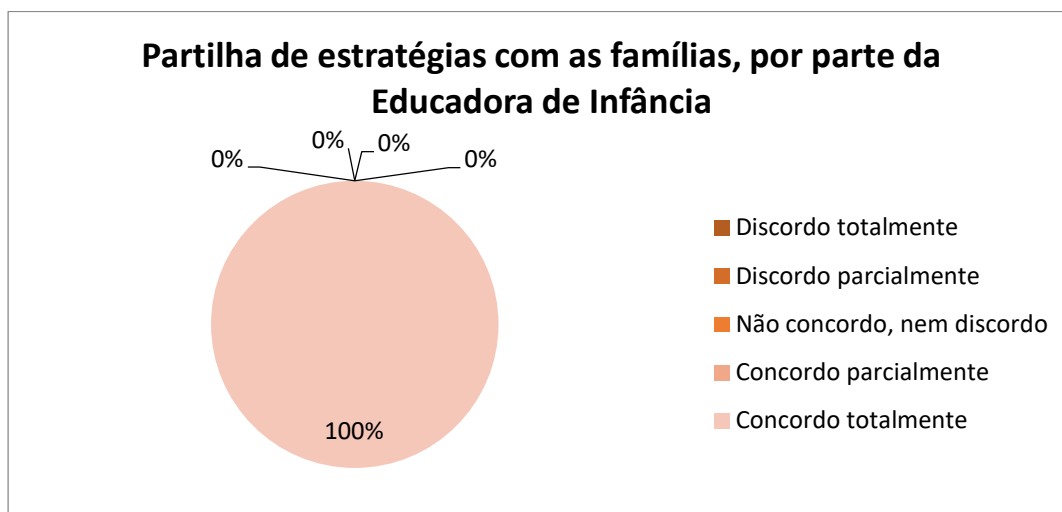
*Partilha de estratégias com famílias, por parte da Educadora de Intervenção Precoce.*



É perceptível, que as famílias se sentem mais apoiadas, no que diz respeito à partilha de estratégias a aplicar em casa, por parte da educadora de Infância, do que da parte da Educadora de IP, o que poderá ser explicado, pelo tempo reduzido que a Educadora de IP está na Instituição (Gráficos 3.2 e 3.3).

### Gráfico 3.3

*Partilha de estratégias com as famílias, por parte da Educadora de Infância.*



Quando os pais têm um filho com Necessidades Educativas Específicas, as preocupações são muitas, assim, como os medos e as angústias. Todas as educadoras, 100% ( $n = 4$ ) afirmam que costumam falar com as famílias sobre esses sentimentos. No entanto, uma educadora ressalva que falam dos sentimentos por parte dos pais, porque

da parte as educadoras nunca demonstram aos progenitores os seus medos, anseios ou angústias, embora também os tenham. Salienta que, os pais precisam de sentir tranquilidade e segurança da parte das educadoras (Apêndice 8).

Embora as reuniões existam, formalmente, de 3 em 3 meses, também há reuniões de acompanhamento do PIIP de 6 em 6 meses e, existem conversas informais regularmente ou “sempre que exista algum assunto pertinente” (EI 2). Como refere a EI 3 “há muito *feedback* no dia-a-dia, falamos todos os dias”, aquando da receção ou entrega da criança no jardim de infância. Estas pequenas conversas informais, sem hora marcada, demonstra um apoio e auxílio ainda maior aos pais.

Numa conversa informal, uma das educadoras salientou que estes momentos fortalecem a relação e a proximidade da família com a escola e aumentam a confiança dos pais (Apêndice 10), referindo que “Sempre que há necessidades de vária ordem, os pais ligam, pedem-me ajuda, pedem-me conselhos, pedem-me orientação para qualquer coisa que precisem” (EI 4) (Tabela 3.5).

**Tabela 3.5**

*Frequência de reuniões dos profissionais com as famílias.*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“em acompanhamento com o PIIP é de 6 em 6 meses. Depois de acordo com a minha avaliação é de 3 em 3 meses (...). Quando existem situações, dúvidas ou quando existem novas consultas, novas terapias, quando existem novidades ou preocupações, conversamos”.
EI 2	“(…) só para a IP temos 3 reuniões. Depois mais 2 reuniões minhas (...) são 6, no mínimo. E sempre que exista algum assunto pertinente”.
EI 3	“duas vezes por ano, depende do que seja necessário (porque também há muito <i>feedback</i> no dia-a-dia, falamos todos os dias)”.
EI4	“fazemos avaliação de 6 em 6 meses. No entanto, sempre que há necessidades de vária ordem, os pais ligam, pedem-me ajuda, pedem-me conselhos, pedem-me orientação para qualquer coisa que precisem”

As educadoras de infância e a educadora de IP reúnem-se semanalmente, numa conversa informal, pois é fundamental, a partilha da sessão decorrida com as crianças. É frequente trabalharem, planearem e realizarem atividades conjuntas, embora seja referido que no presente ano, não tenha corrido da melhor forma, pois, “devido à pandemia, nem por isso” (EI 1). Em outros anos é assinalada uma maior cooperação de ambas as partes, pois, neste momento, a educadora de IP não pode ir à sala de aula nem fazer a intervenção junto do grupo, como se deduziu no testemunho da educadora de IP “neste momento as coisas estão mais complicadas, mas tento ir ao encontro do que as educadoras estão a fazer” (EI 4) (Tabela 3.6).

**Tabela 3.6**

*Planeamento e realização de atividades das Educadoras de Infância juntamente com a Educadora de Intervenção Precoce.*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“Este ano, devido à pandemia nem por isso (...) trabalhávamos mais noutros anos, em sintonia, éramos mais cooperantes, uma com a outra”.
EI 2	“Sim”.
EI 3	“Sim”.

A interação da prática das educadoras de infância com as atividades de Intervenção Precoce, deveria ser possível nas comunidades educativas, mas nem sempre é fácil esta articulação. Quando questionadas como articulam a sua prática com a da educadora de IP, as educadoras de infância referem que o fazem “através da conversa e da partilha das observações” (EI 1). No entanto, para uma das entrevistas essa articulação “não é passível (...)” (EI 3) (Tabela 3.7).

**Tabela 3.7**

*Articulação da prática da Educadora de Infância com a prática da Educadora de Intervenção Precoce.*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“Através da conversa e da partilha das observações”.
EI 2	“Não é passível, não se consegue (porque eu em sala precisava de ter mais uma auxiliar e a técnica de Intervenção Precoce quando vem à escola precisava de mais horas e não só de uma)”.
EI 3	“(…) tentamos arranjar esquemas (…) tentar falar com a educadora (…)”.

A Educadora de IP é um interveniente muito importante para as educadoras de infância e as famílias, na ajuda para saber lidar e promover o melhor desenvolvimento da criança em sala de aula. É perceptível que as educadoras recorrem muitas vezes ao apoio e ajuda da educadora de IP “numa busca de se fazer mais e melhor” (EI 1), nomeadamente quando “existe alguma dificuldade que eu não consiga lidar (...)” (EI 3) (Tabela 3.8).

**Tabela 3.8**

*Pedido de apoio e ajuda à Educadora de Intervenção Precoce, por parte da Educadora de Infância.*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“Às vezes (...) numa busca de se fazer sempre mais e melhor”.
EI 2	“Sim, recorro (...) porque a educadora de Intervenção Precoce tem estratégias de apoio e que são mais fáceis de pôr em prática”.

EI 3

“sim. Quando existe alguma dificuldade que eu não consiga lidar (...) normalmente fazemos sempre um *feedback* (...)”.

Quando questionada sobre quem recorre mais ao seu apoio e ajuda, a educadora de IP afirma “eu acho que é a educadora de infância” (EI 4), pois as famílias “(...) só nos telefonam quando há já assim uma grande dificuldade” (EI 4) (Tabela 3.9).

**Tabela 3.9**

*Quem recorre mais à ajuda da Educadora de IP*

Entrevistadas	Respostas
EI 4	“Eu acho que é a educadora de infância (porque a educadora de infância estamos, todas as semanas, nós estamos juntas). As famílias sentem sempre que deve, que só nos telefonam quando há já assim uma grande dificuldade”.

E quando as famílias não estão de acordo com os profissionais, aquando do trabalho realizado com a criança, como procedem? Quando questionadas, as educadoras são sucintas nas suas respostas, referindo: “Vou aos poucos tentando experimentar e dar provas que realmente funciona” (EI 1), através do diálogo para “tentar ver à família as coisas como são” (EI 3). A EI 4 destaca, que embora não aconteça muito, quando acontece é “sempre a perspetiva da família que conta” (EI 4) (Tabela 3.10).

**Tabela 3.10**

*Procedimento das educadoras quando a família não está de acordo com o seu trabalho*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“(…) vou aos poucos tentando experimentar e dar provas que realmente funciona (...) não invadir as suas crenças nem os valores de cada família. Mas se for algo que ache, vou trilhar caminho (...)”.

EI 2	“nunca me aconteceu (...) também tem a ver com a forma como se pede aos pais ou a forma como se aborda os pais (...)”.
EI 3	“temos de tentar comunicar (...) tentar ver à família as coisas como são”.
EI 4	“não acontece muito, por norma (...) aí é sempre a perspetiva da família que conta, não é a minha, não é a minha perspetiva ou a minha estratégia a aplicar que conta ou aquilo que eu disse que a criança conseguia ou não conseguia, é a da família”.

Quando questionados, como resolvem a situação quando não estão de acordo com os profissionais de educação, relativamente ao trabalho que deve ser realizado com os seus educandos, uma das famílias não respondeu, enquanto que referem que ainda não lhes aconteceu essa situação. No entanto, outras famílias dizem-nos que tentam respeitar a opinião dos profissionais e tentam resolver a situação através do diálogo (Tabela 3.11).

**Tabela 3.11**

*Procedimento dos pais quando não estão de acordo com o trabalho desenvolvido pelas educadoras*

Inquiridos	Respostas
F 1	“Ainda não tivemos nessa situação”.
F 2	
F 3	“Resolvemos a situação através do diálogo”.
F 4	“Ainda não aconteceu”.
F 5	“(...) tento respeitar e apoiar a opinião delas”.

Consideramos pertinente questionar os profissionais se, na sua opinião, as famílias são totalmente ouvidas, integradas e incluídas em todo o processo. É interessante perceber, que embora exista uma boa relação entre todos e muitas partilhas de informação, para os profissionais, no geral, as famílias são ouvidas, mas não estão

totalmente incluídas no processo de IPI “ouvidas, sim, integradas sim, envolvidas não” (EI 2) (Tabela 3.12).

**Tabela 3.12**

*Opinião dos profissionais acerca da inclusão das famílias no processo de IPI*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“Eu acho que na parte de educadora e famílias, sim.”
EI 2	“ouvidas sim, integradas sim, envolvidas não”.
EI 3	“no caso desta, a família acaba por ser ouvida, sim. Mas acho que no geral, não é bem assim, as famílias não são, não se ouve”.
EI 4	“eu penso que sim, penso que na Intervenção Precoce as famílias têm facilidade de serem ouvidas inicialmente e depois em todo o processo e de serem apoiadas em todo o processo”.

Depois de analisar cada relação entre os profissionais e destes com as famílias e de perceber como, e em que situações os intervenientes comunicam, importa também perceber na perspetiva de todos, como é verdadeiramente esta relação. Assim, como se observa na tabela 3.13, no geral, todos os entrevistados e inquiridos consideram uma relação positiva, onde “existe respeito, existe o tentar cumprir o que lhes é pedido, existe aceitação (...)” (EI 2). “No fundo este triângulo (...) está sempre a acontecer” (EI 4), demonstrando, desta forma, que “esse triângulo funciona bem” (EI 3) (Tabela 3.13).

**Tabela 3.13**

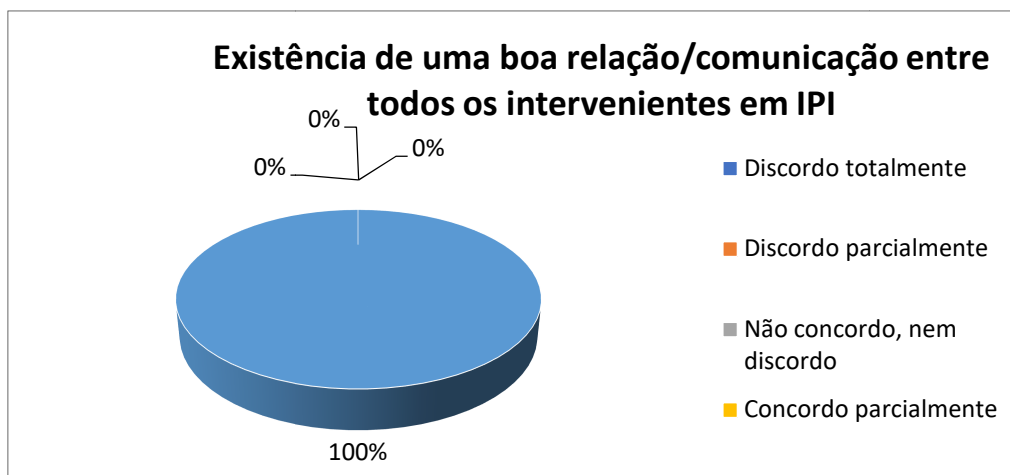
*Relação existente entre a Educadora de Infância, a Educação de Intervenção Precoce e as famílias.*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“Acho que é boa (...) acho que funciona”.
EI 2	“É uma relação cordial. Existe respeito, existe o tentar cumprir o que lhes é pedido, existe aceitação (...) a técnica de Intervenção Precoce que faz aqui a ponte família e educação (...)”.
EI 3	“(...) é uma boa relação (...) esse triângulo funciona bem”.
EI 4	“acho que se não houver isto, se este triângulo não acontecer, nada acontece”.

Por seu lado, as famílias concordam totalmente, em como existe uma boa articulação/comunicação com os profissionais de educação, concordando, igualmente, que é muito importante haver uma boa comunicação entre todos os intervenientes (Gráfico 3.4).

**Gráfico 3.4**

*Existência de uma boa relação/comunicação entre todos os intervenientes em IPI.*



### 3.1.2. Opinião dos profissionais sobre a importância da Intervenção Precoce na Infância

Tendo como objetivo compreender qual a importância dada à Intervenção Precoce na Infância por parte dos profissionais de educação, é notório que todos concordam que é uma intervenção necessária, sendo que a EI 2 diz ser “extrema importância” e a EI 1 considera que é “essencial, fundamental”. Quando estas crianças usufruem de IP, esta “(...) pode ajudá-las bastante (...)” (EI 3), não só às crianças como também às famílias, pois a IP é “(...) um apoio a toda a família, na ajuda em dificuldades que eles tenham que podem ser sociais, podem ser da sua vida do dia a dia” (EI 4) (Tabela 3.14).

Numa conversa informal com a Educadora de Intervenção Precoce, esta reforça que o importante na IPI é a empatia que é criada entre todos e que esta empatia, leva à confiança e à vontade de querer fazer mais (Apêndice 10).

**Tabela 3.14**

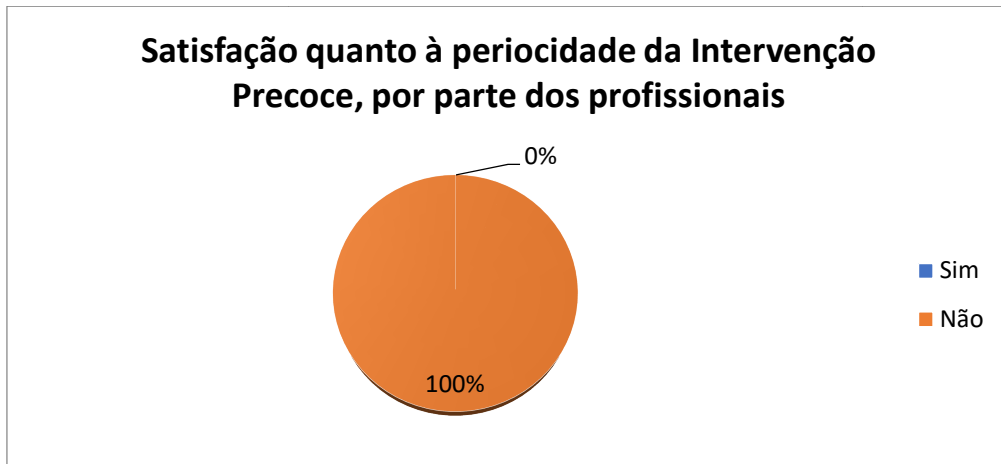
*Importância da Intervenção Precoce*

Entrevistadas	Respostas
EI 1	“Essencial, fundamental (porque é desde o início do percurso da criança que se pode fazer a diferença)”.
EI 2	“Extrema importância (porque faz a ponte entre a família e a educadora titular de sala) e ajuda a aditar diárias àquela criança”.
EI 3	“(...) pode ajudá-las bastante (...)”.
EI 4	“A Intervenção Precoce é mesmo direcionada para a família (...) é um apoio a toda a família, na ajuda em dificuldades que eles tenham que podem ser sociais, podem ser da sua vida do dia a dia”

Embora a Intervenção Precoce tenha uma grande importância na vida destas crianças e das suas famílias, a intervenção apenas acontece 1 vez por semana ou 2 vezes por semana. É consensual, que a periodicidade em que a Educadora de IP vem à instituição é insuficiente (Gráfico 3.5).

### Gráfico 3.5

*Satisfação quanto à periodicidade da Intervenção Precoce, por parte dos profissionais.*

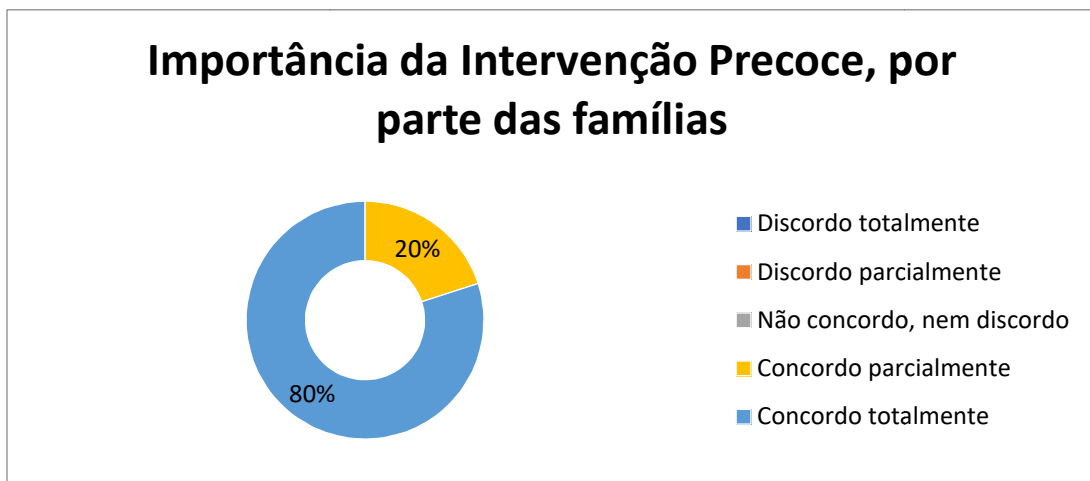


### 3.1.3. Opinião das famílias sobre a importância da Intervenção Precoce e sobre o seu próprio envolvimento no processo

No que se refere à importância da Intervenção Precoce no desenvolvimento dos seus filhos, 80% ( $n = 4$ ) dos pais concorda totalmente e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente (Gráfico 3.6).

### Gráfico 3.6

*Importância da Intervenção Precoce, por parte das famílias*



Quando questionados se são notórias melhorias e progressos nos seus educandos desde que são acompanhados em IP, 80% ( $n = 4$ ) dos progenitores concordam totalmente e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente.

Em conversa informal com um dos pais, foi explicado que o filho frequentava uma ama e, que desde que ingressou no Jardim de Infância a educadora sugeriu que tivesse apoio, pois era notório um atraso no seu desenvolvimento para a sua idade. Desde que o seu educando tem Intervenção Precoce, são muitas as melhorias, quer ao nível social, como também ao nível cognitivo e da fala (Apêndice 10).

Relativamente à satisfação dos pais em relação ao trabalho realizado em IPI, todos os inquiridos, 100% ( $n = 5$ ) concordam totalmente.

Os pais foram questionados se sentem que a IPI é um meio de estimulação para o desenvolvimento do(a) seu (sua) filho(a), no qual 100% ( $n = 5$ ) concorda totalmente.

Quanto à utilidade da IPI em ajudar os pais a lidar com os problemas ou dificuldades dos seus educandos, é consensual que realmente, os ajuda neste aspeto, pois 100% ( $n = 5$ ) dos pais concorda totalmente.

A família foi ainda questionada se, no início da intervenção lhes foi explicado como seria realizado o processo de IPI, ao qual 100% ( $n = 5$ ) dos pais concordaram totalmente.

Relativamente se os pais são convocados para todas as reuniões, 80% ( $n = 4$ ) dos pais concordam totalmente e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente.

Quando questionados se são regularmente informados sobre as conquistas, comportamentos ou dificuldades dos filhos, 80% ( $n = 4$ ) concorda totalmente e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente.

No que se refere à receção dos relatórios ou avaliações dos seus educandos, todos os inquiridos dizem receber os documentos, o que equivale a 100% ( $n = 5$ ).

No que diz respeito à participação dos pais na planificação/construção do plano de intervenção dos filhos, 60% ( $n = 3$ ) concorda totalmente, 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente e 20% ( $n = 1$ ) discorda totalmente.

Quando questionados se costumam discutir as propostas de intervenção, 60% ( $n = 3$ ) concorda totalmente, 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente e 20% ( $n = 1$ ) discorda totalmente.

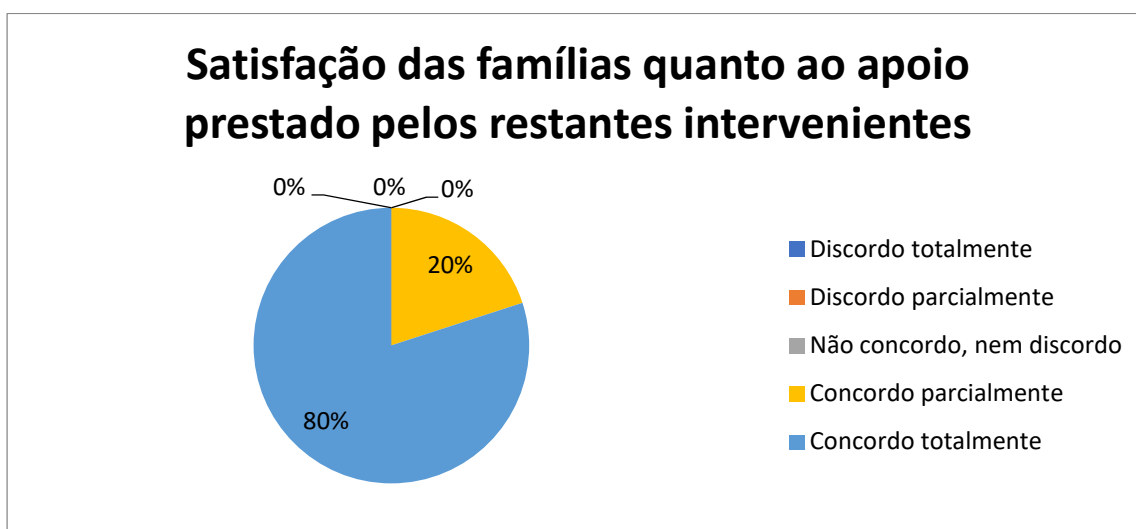
Quando inquiridos se são questionados sobre o comportamento ou interação no contexto familiar, 80% ( $n = 4$ ) dos pais concorda totalmente e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente.

Em relação à demonstração de interesse regular, por parte da Educadora de Infância ou da Educadora de Intervenção Precoce, em saberem sobre as estratégias usadas em casa, a maioria dos pais concorda totalmente, 80% ( $n = 4$ ) e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente.

Relativamente se os progenitores se sentem apoiados por parte dos outros intervenientes do processo, 80% ( $n = 4$ ) concorda totalmente e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente (Gráfico 3.7).

### Gráfico 3.7

*Satisfação das famílias quanto ao apoio prestado pelos restantes intervenientes.*



Quando os pais foram questionados se sentem que a Educadora de Intervenção Precoce e a Educadora de Infância ouvem as suas sugestões, dúvidas e frustrações, 100% ( $n = 5$ ) concorda totalmente.

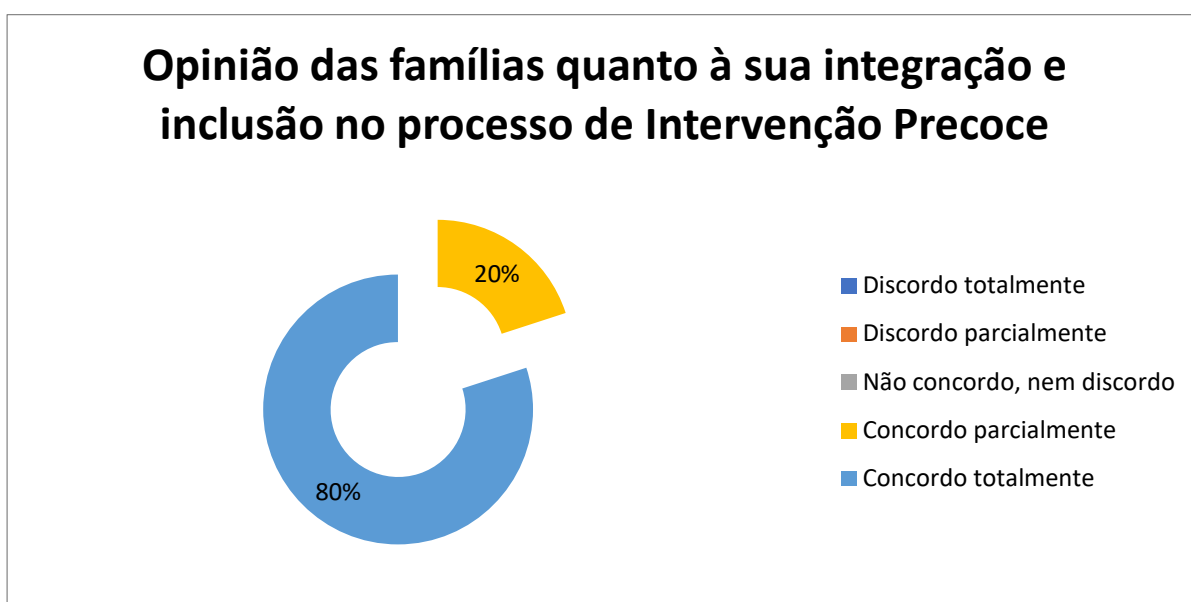
No que se refere à aceitação e aplicação de sugestões e ideias dos pais, por parte das educadoras, todos os inquiridos concordam totalmente, o que equivale a 100% da amostra ( $n = 5$ ).

Quando inquiridos se costumam ser elogiados pela Educadora de Intervenção Precoce ou pela Educadora de Infância, relativamente à sua participação e motivação no processo, 100% ( $n = 5$ ) concorda totalmente.

Relativamente se os pais se sentem integrados e incluídos no processo de Intervenção Precoce, 80% ( $n = 4$ ) dos pais concorda totalmente e 20% ( $n = 1$ ) concorda parcialmente (Gráfico 3.8).

### Gráfico 3.8

*Opinião das famílias quanto à sua integração e inclusão no processo de Intervenção Precoce.*



#### 3.1.4. O que poderá ser melhorado na relação entre todos os intervenientes em Intervenção Precoce

Ao analisar todas as entrevistas e inquéritos realizados, percebe-se que a relação entre todos é boa, no entanto constata-se que ainda há aspetos a melhorar, sendo sido referido que o melhor seria “a educadora estar mais tempo com as crianças (...)” (EI 1) e “os pais poderem, pelo menos 1 vez por semana, vir à sala (...)” (EI 2). Para a educadora de IP o ideal seria, “(...) semanalmente fazermos aqui um ponto da situação (...)” (EI 4). (Tabela 3.15).

**Tabela 3.15**

*Opinião dos profissionais acerca do que deveria ser melhorado para fortalecer a relação entre os intervenientes em IPI.*

Entrevistados	Respostas
EI 1	“Era a educadora estar mais tempo com as crianças e o poder ir à sala”.
EI 2	“(…) seria termos a técnica mais tempo, seria os pais poderem, pelo menos 1 vez por semana, vir à sala (…)”.
EI 3	“Reunir mais vezes com os pais (…)”.
EI 4	“Eu acho que o que há a melhorar era nós conseguirmos, semanalmente fazermos aqui um ponto da situação, mas isso é utopia mais uma vez. As famílias não estão disponíveis uma vez por semana para vir ao jardim de infância e falar com todos (...). A educadora não está disponível todas as semanas para fazer uma reunião desse género e até eu não estou disponível todas as semanas (...) E isto não acontecendo, eu acho que o que está a acontecer, para mim é o possível, mas também...pronto, penso que não há necessidade de muito mais para dar apoio à família e à criança”.

As famílias partilham da mesma opinião dos profissionais, que deveria haver “mais acompanhamento” (F 2) e “mais intervenções semanais por parte da Educadora de Intervenção Precoce” (F 3), demonstrando, assim, que também as famílias consideram a periodicidade da intervenção insuficiente (Tabela 3.16).

**Tabela 3.16**

*Opinião das famílias acerca do que deveria ser melhorado para fortalecer a relação entre os intervenientes em IPI.*

Inquiridos	Respostas
F 1	“Ter mais uma sessão com a Educadora de Intervenção Precoce por semana”.
	“Ter médico que dê assistência de acordo com cada caso (...)”.
F 2	“Mais acompanhamento”.
F 3	“Mais intervenções semanais por parte da Educadora de Intervenção Precoce”.
F 4	“Em relação às dificuldades na motricidade fina e grossa que dizem ele ter não sei que exercícios são realizados e com que frequência (...)”.
F 5	“Tem mais dificuldade (...) a nível comportamental, é muito irrequieto, não lida bem com o não”.



## Capítulo 4 – Discussão dos Resultados

Após a apresentação dos resultados, importa analisá-los e interpretá-los da melhor forma, para que seja possível responder aos objetivos propostos inicialmente. Segundo Carmo e Ferreira (2008) “A interpretação de resultados obtidos, feita à luz dos objetivos e do suporte teórico, é fundamental” (p. 276).

Bell (1997) aconselha que “muitas vezes é preferível iniciar esta seção com a reafirmação do problema antes de começar a discutir a forma como os resultados afetam o conhecimento atual do objeto em estudo” (p. 215).

Deste modo, ao iniciar esta investigação, definiu-se o seguinte objetivo geral: conhecer e analisar a articulação entre os intervenientes que desenvolvem a sua atuação na Intervenção Precoce na Infância, e como objetivos específicos:

- Analisar a opinião dos profissionais sobre a importância da Intervenção Precoce e a sua periodicidade;
- Conhecer a opinião das famílias sobre a importância da IPI no desenvolvimento das crianças apoiadas e sobre o seu próprio envolvimento no processo de intervenção;
- Perceber e analisar o tipo de articulação existente entre Educadora de Intervenção Precoce/Educadora de Infância/Família na IPI;
- Compreender e analisar o que poderá ser melhorado para que exista uma articulação positiva entre os intervenientes, de forma, a que a família tenha um papel ativo em todo o processo.

Analisando todos os dados recolhidos, subentende-se que todos os profissionais de educação entrevistados consideram que a Intervenção Precoce na Infância é extremamente importante e uma mais valia na vida das crianças com necessidades específicas e das suas famílias. Como nos relata Carvalho (2011),

(...) nem todas as crianças têm acesso a uma boa nutrição, cuidados de saúde adequados e habitação condigna; nem todas as crianças são criadas por pais que as podem confortar, orientar e estimular adequadamente; nem todas as crianças nascem livres de incapacidades ou outras vulnerabilidades biológicas (p. 45).

É nesta perspectiva que a Intervenção Precoce atua, ajudando as crianças e as suas famílias em diversas áreas.

Percebemos que a IPI pode fazer toda a diferença no percurso pessoal e educativo da criança, desde o início, ajudando-as no seu desenvolvimento.

Para Simeonsson et al. (1996, cit. in Carvalho, 2011) “a principal condição para a eficácia da intervenção assenta no seu grau de individualização” (p. 109). É mesmo a pensar nesta eficácia que é pretendida nesta intervenção, que percebemos que o tempo disponível da Educadora de Intervenção Precoce para estas crianças é insuficiente. A educadora de Intervenção Precoce integra uma Equipa Local de Intervenção (ELI) e dirige-se às Instituições para a intervenção com cada criança, apenas 1 ou 2 vezes por semana, sendo que deverá dividir esse tempo por todas as crianças que usufruem de Intervenção Precoce.

É sabido que a IPI ajuda não só no desenvolvimento da criança, mas também tem um papel fundamental na ajuda para que os pais consigam perceber melhor os problemas dos filhos, assim como na aquisição de estratégias a aplicar com a criança em casa, desenvolvendo uma esperança e confiança dos pais, no futuro dos seus filhos. “As expectativas que os pais têm sobre um programa são determinadas pela sua perceção acerca da necessidade especial da sua criança, pelas suas preocupações e prioridades no que respeita à criança e à família” (McWilliam et al., 2003, p. 26).

Nesta perspectiva, foi possível aferir que a maioria das famílias considera que a Intervenção Precoce é importante nas suas vidas e que são notórias melhorias e progressos nos seus filhos, desde o início da intervenção, o que reforça a ideia da intervenção como um meio de estimulação para o desenvolvimento positivo da criança.

Como nos refere a literatura, é importante “todas as pessoas envolvidas conseguirem estabelecer relações harmoniosas entre si e trabalharem em conjunto no sentido de ir ao encontro dos interesses da criança e respetiva família (...)” (Correia & Serrano, 1998, p. 67), o que coincide com a opinião da maioria dos inquiridos, no que respeita ao trabalho conjunto e apoio mútuo entre profissionais e famílias. Mas, importa assinalar que, na presente investigação, nem todas as famílias sentem um total apoio. Embora lhes tenha sido transmitido e explicado, inicialmente, o funcionamento de todo o processo de Intervenção Precoce, uma das famílias assume não ser convocada para todas as reuniões, acrescentando que não são regularmente informados das conquistas ou dificuldades do seu educando.

As reuniões são fundamentais para a partilha de ideias, orientações e informações de estratégias, onde as famílias deveriam participar, ouvindo as opiniões dos profissionais, mas também apresentando os seus pontos de vista. Para Carvalho (2011) “esta orientação vai além do envolvimento familiar na programação, até a uma aproximação entre os profissionais e os “clientes”, de modo a proporcionar o bem-estar dos pais, que por sua vez é importante para a evolução da própria criança” (p. 105). A autora ao falar da programação, refere-se à possibilidade de as famílias participarem na planificação e construção do plano de intervenção dos próprios filhos. Este aspeto é um dos pontos mais sensíveis e difíceis de concretizar, em todo o processo. Segundo a análise dos resultados, a maioria (n = 3) das famílias inquiridas concorda totalmente em como participam na elaboração do plano. Uma das famílias concorda parcialmente e outra família discorda totalmente desta afirmação, o que pode demonstrar que as famílias ainda não são um interveniente tão ativo, como deveriam ser.

Vários autores defendem que os pais devem ser parte integrante na Intervenção Precoce, intervenientes ativos, pois a participação destes “é uma forma de alargar as interações e de enriquecer o processo educativo” (Silva et al., 2016, p. 17), o que parece não estar de acordo na totalidade dos resultados na presente investigação.

A maioria dos inquiridos assume que se sente integrado e incluído em todo o processo de IPI dos seus filhos. De facto, é de suma importância haver uma relação/articulação positiva entre todos os intervenientes. Esta deve ser uma relação sólida, unida, respeitadora com base na comunicação.

Silva et al., (2016) dizem-nos que “Numa perspetiva sistémica e ecológica, as relações e interações que se estabelecem entre os diferentes intervenientes do processo educativo são essenciais para o desenvolvimento desse processo” (p. 28). No presente estudo, é visível que a articulação entre a educadora de Infância, a Educadora de Intervenção Precoce e as famílias é positiva. As educadoras consideram que têm uma boa relação com a Educadora de IP e, conseqüentemente, com as famílias. Após a análise dos dados percebe-se que na opinião dos profissionais é importante haver um trabalho conjunto, um trabalho de equipa. Este “verifica-se não quando as perspetivas se tornam as mesmas, mas quando cada um compreende a visão do outro e quando desenvolvem o respeito mútuo, a partir de um compromisso comum para o bem-estar da criança” (Carvalho, 2011, p. 121).

Neste caso em estudo, os resultados vão ao encontro do que é defendido na literatura, constatando-se que existe partilha de ideias, opiniões, estratégias entre os

profissionais de educação e, posteriormente, partilha dos mesmos com as famílias. Os educadores tentam promover a participação das famílias no processo, pois, como nos salienta Silva et al., (2016) “Estes devem ser encorajados a participar nas atividades educativas em casa e na escola” (p. 28).

O mesmo autor informa-nos ainda, que “cabe ao/a educador/a criar as condições necessárias para essa participação, encontrando as formas de comunicação e articulação mais adequadas” (Silva et al., 2016, p. 17)

É importante salientar que os pais se sentem mais apoiados, no que à partilha de informações diz respeito, por parte da Educadora de Infância, do que da parte da Educadora de IP. A análise deste resultado poderá ter a ver com o facto de que, não sendo docente da Instituição, a educadora de Intervenção Precoce apenas se desloca à mesma 1 ou 2 vezes por semana, o que poderá justificar este sentimento por parte das famílias. Em nosso entender, por vezes, a Educadora de Infância poderá constituir-se como uma ponte de comunicação entre a Educadora de IP e os pais. Assinale-se, contudo, que de acordo com os dados retirados da literatura e com o nosso entender, seria extremamente importante que a Educadora de Intervenção Precoce fizesse parte da instituição, de forma a poder estar mais presente e ter uma atuação mais alargada e intensiva.

Para que esta articulação decorra da melhor forma, é necessário, que de ambas as partes, profissionais e famílias, exista respeito e harmonia, deixando que cada um interaja, opine e seja motivado a participar no processo. Deste modo, para além das reuniões trimestrais ou semestrais que decorrem ao longo do ano letivo, os profissionais também comunicam com as famílias sempre que seja necessário, havendo um *feedback* regular, onde são transmitidos o decorrer do dia ou alguma outra informação importante, aproveitando também esses momentos para esclarecer ou apoiar os pais em alguma dúvida. Para as educadoras, estes momentos são importantes para fortalecer a relação e confiança dos pais. A literatura diz-nos que:

(...) O papel das famílias e dos pais pode ser valorizado se lhes forem transmitidos os esclarecimentos necessários numa linguagem simples e clara, pelo que responder às necessidades de informação e de treino das suas

capacidades educativas é tarefa de especial importância” (Declaração de Salamanca, 1994, p. 37).

São transmitidas, igualmente, estratégias e métodos funcionais para que as famílias possam aplicar em casa, de modo, a que exista harmonia entre o contexto escolar e o contexto familiar. No entanto, na opinião dos pais, nem todos estão de acordo, aquando do interesse regular por parte dos educadores em saber o comportamento ou a interação dos seus filhos em ambiente familiar, assim, como, acerca da aplicação das estratégias em casa.

Apesar de todos os inquiridos terem uma relação positiva, ainda há melhorias que deveriam acontecer, nomeadamente, a duração da intervenção com a crianças e que a Educadora de Intervenção Precoce pudesse ir trabalhar com as crianças na sala, junto com o grupo, o que neste momento não é possível, devido à pandemia do Covid 19. Para além desta melhoria, os inquiridos sugerem a necessidade de haver mais reuniões entre os profissionais e os pais e assinalam que seria importante que estes pudessem também ir à sala, de modo, a observarem os filhos no contexto educativo e todo o trabalho que está a ser realizado.

Indo ao encontro do objetivo geral deste estudo, é perceptível, pelos testemunhos dos intervenientes, que a relação existente entre todos, é considerada uma relação positiva, onde profissionais e famílias esforçam-se por um trabalho conjunto em prol do bem-estar das crianças.

Foi interessante perceber, que para as educadoras, as famílias são ouvidas, mas não são incluídas no processo como seria de esperar. Diversos autores defendem uma intervenção centrada na família, onde esta seja um elemento participativo e ativo em IPI. Correia e Serrano (1998) realçam que “O atendimento centrado na família assenta numa filosofia de atendimento onde o papel fundamental da família é reconhecido e respeitado nas vidas das crianças com cuidados especiais de saúde” (s/p.). Esta é sem dúvida uma das cruciais problemáticas a serem ainda trabalhadas na Intervenção Precoce na Infância. Os resultados encontrados nesta investigação sugerem que, de facto, ainda há algum caminho a percorrer, pois embora muito já tenha vindo a ser feito, não é fácil ultrapassar as dificuldades que significa trabalhar em conjuntos profissionais e família.



## Considerações Finais

A Intervenção Precoce na Infância é uma intervenção focada na prevenção e ajuda para o desenvolvimento e bem-estar das crianças com dificuldades e suas famílias. Cada vez mais, acresce o número de famílias a usufruírem desta intervenção, sendo fundamental haver um grupo de trabalho coeso e unido em prol da criança. Profissionais e famílias devem remar todos para o mesmo objetivo, respeitando o papel de cada um, de modo, a que haja uma articulação positiva e que todos sejam intervenientes ativos em todo o processo.

Foi neste propósito que nos debruçamos nesta investigação, sendo que para a sua realização se definiu como objetivo principal conhecer e analisar a articulação entre os intervenientes que desenvolvem a sua atuação na Intervenção Precoce na Infância.

Este estudo passou por várias fases, seguindo uma linha orientadora, com base no objetivo definido inicialmente. Ao chegarmos ao final da investigação da investigação, consideramos que foi possível obter as respostas necessárias aos objetivos propostos.

Deste modo, podemos concluir que, na presente investigação, os intervenientes no processo de Intervenção Precoce têm uma boa relação, baseada na comunicação. Assinale-se, no entanto, que estes pais sentem que são mais apoiados pela Educadora de Infância, do que pela Educadora de Intervenção Precoce e nem todas as famílias se sentem incluídas no processo. Existe partilha de atividades, informações e estratégias por parte dos profissionais, mas da parte de alguns pais, consideram que não há interesse das educadoras, posteriormente, em saber quais as estratégias e métodos usados em casa. Concluímos também que, na opinião de alguns pais, as educadoras valorizam mais as dificuldades dos seus filhos do que as potencialidades, sendo este um aspeto extremamente sensível e a ser trabalhado pelas educadoras. Contudo, as famílias consideram a IPI muito importante nas suas vidas e observam melhorias e progressos nos seus filhos desde que usufruem da intervenção, sentindo-se integrados e incluídos no processo de Intervenção Precoce.

Da parte dos profissionais, todos os inquiridos salientam a importância da Intervenção Precoce e tentam sempre que possível comunicar entre os próprios e com as famílias, de modo, a que estas se sintam integradas e incluídas. Também consideram que, no geral, as famílias são ouvidas, embora a sua perceção seja que estas não estão totalmente envolvidas. Este é também um aspeto extremamente importante e que

merece a atenção dos profissionais que trabalham em Intervenção Precoce na Infância de forma a estabelecerem estratégias e metodologias para que possa efetivamente existir um verdadeiro envolvimento das famílias. Realçam que neste último ano e meio tem sido difícil conseguir trabalhar em conjunto, devido à pandemia, a Educadora de IP não pode ir às salas de aula e trabalhar com as crianças no seio do seu grupo.

Na opinião dos participantes deste estudo, deveria haver mais sessões de Intervenção Precoce com as crianças, para que fosse possível um maior acompanhamento por parte da Educadora de IP, assim como, haver mais reuniões com os pais. Esta é também outra área fundamental, para que se produzam melhores resultados, a intervenção deve ser continuada e intensiva, sendo que em nosso entender deveria haver uma participação mais intensiva da parte das Educadoras de Intervenção Precoce que pela sua formação detêm mais conhecimentos e estratégias para trabalhar com as crianças e com as famílias. Pensamos que mais do que apoio pontual seria fundamental um acompanhamento diário na instituição, sendo que estas educadoras deveriam fazer parte dos elementos da instituição.

Consustanciando o que foi explicitado, é nossa constatação que ainda existe algum caminho a percorrer para que esta articulação entre todos seja totalmente realidade e que a intervenção seja centrada na família, para que esta seja um elemento ativo em todo o processo. Muito já foi feito, mas ainda há muito para fazer.

Acreditamos que este estudo possa ser uma rampa de lançamento e contribuir assim para a tomada de uma maior consciência da importância desta temática para o sucesso da Intervenção Precoce na Infância. Entendemos que esta investigação possa ainda contribuir para a melhoria das relações entre os intervenientes envolvidos na Intervenção Precoce, nomeadamente, no que diz respeito à inclusão e participação das famílias e aceitação e valorização, desta, por parte de todos os profissionais. Defendemos ainda a importância e necessidade de haver ainda mais estudos neste sentido, para que a comunidade em geral tome uma maior consciência do que está a ser feito e de como se poderá melhorar as práticas educacionais em Intervenção Precoce na Infância. Para além da literatura científica da área, ouvir a voz dos protagonistas é sempre um importante ponto de partida, pois estes sentem e percebem melhor como se deve agir nestes casos, o que deve ser feito para existir uma articulação positiva entre todos, e essencialmente, o que deve ser feito para melhorar ainda mais esta relação. A Intervenção Precoce necessita deste tipo de investigações para que no futuro, todos (profissionais e famílias) consigam estabelecer o respeito mútuo e a valorização das

suas funções, que é cada vez mais necessário, e conseqüentemente, que a sociedade em geral perceba e se consciencialize melhor do trabalho realizado, da importância desta intervenção e das características e especificidades destas crianças.

Como referido anteriormente, esperamos que esta investigação seja particularmente importante para os profissionais e para as famílias, mas também, acreditamos, que é, igualmente, benéfico para as próprias instituições, para que estas compreendam todo o esforço e dedicação que é feito, assim como, compreendam e reflitam nos recursos humanos que são necessários para a realidade que temos atualmente, percebendo, desta forma, a mais valia de, futuramente, terem técnicas de educação especial da própria instituição a trabalharem e intervirem com as crianças.

Enquanto técnica especial em Educação Especial, ter conhecimento das relações estabelecidas e como deve ser encarado o papel de cada um, constituiu para mim uma importante fonte de conhecimentos e uma mais valia. Através do presente estudo, foi possível compreender, um pouco melhor a realidade vivida, o que poderá ajudar no futuro, a seguir a mesma linha ou mudar algumas atitudes e maneiras de pensar e agir, para com as famílias e os profissionais envolvidos, em prol do desenvolvimento e ajuda prestada às crianças e as suas famílias.

Ao longo deste estudo foram sentidas algumas limitações, nomeadamente, o tempo para a concretização desta investigação, atendendo a que só foi possível iniciar a aplicação dos instrumentos de recolha de dados no mês de março, após o parecer positivo da Comissão de Ética. Este é um aspeto que, quanto a nós deveria ser agilizado da parte da Universidade, pois são processos muito demorados que podem acabar prejudicando a realização destas investigações.

De referir, contudo, que, a maior limitação sentida, se prende com a pandemia Covid 19, pois, aquando da realização das entrevistas e entrega dos inquéritos aos pais, a Instituição estava encerrada, o que originou um atraso na recolha dos dados. Pensamos ainda que outra limitação decorre ainda do contexto de pandemia que vivenciámos, sendo que teria sido proveitoso, a investigadora ter observado as crianças nas suas intervenções e nas salas, assim, como toda a interação entre as educadoras, mas tal não foi totalmente possível, devido ao Covid 19.

Contudo, estas limitações deram ainda mais força para podermos traçar e seguir o caminho possível para chegarmos aos nossos objetivos.

Este estudo poder-nos-ia levar a outras investigações possíveis, nomeadamente:

- Estudo de caso em Intervenção Precoce, onde poderiam ser observadas e estudadas todas as estratégias e métodos utilizados para esse caso específico, quer com a Educadora de Intervenção Precoce, quer com a Educadora de Infância na sala.

- Fazer um estudo do número de Educadoras de Intervenção Precoce existentes numa Equipa Local de Intervenção e o número de crianças e famílias a necessitar de intervenção, atendendo que a falta de recursos humanos e o crécimo de crianças com necessidades específicas, é uma falha apontada constantemente em Intervenção Precoce.

Em suma, acreditamos que este estudo seja benéfico para a compreensão de uma articulação positiva entre todos os intervenientes e esperamos que o conhecimento do olhar dos profissionais e das famílias sobre esta realidade poderão contribuir para promover práticas intervenientes de melhor qualidade.

## Referências Bibliográficas

- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (2014). *Cinco mensagens-chave para a educação inclusiva. Colocar a teoria em prática*. Odense, Dinamarca: Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva. [https://www.european-agency.org/sites/default/files/Five\\_Key\\_Messages\\_for\\_Inclusive\\_Education\\_PT.pdf](https://www.european-agency.org/sites/default/files/Five_Key_Messages_for_Inclusive_Education_PT.pdf)
- Almeida, L. & Freire, T. (2000). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Compolito, Lda.
- Arroz, A. (2015). Práticas de Intervenção Precoce na Infância: quem faz o quê, onde e como? [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Repositório do ISPA. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4496/1/17806.pdf>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um Projeto de Investigação. Trajectos*. Gradiva Publicações, S. A.
- Breia, G., Almeida, I. & Colôa, J. (2004). *Conceitos e Práticas em Intervenção Precoce*. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. <https://1library.org/article/conclus%C3%B5es-recomenda%C3%A7%C3%B5es-modelo-avalia%C3%A7%C3%A3o-programa-comunit%C3%A1rio-interven%C3%A7%C3%A3o-precoce.y8061o2q>
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*. (2ªed.). Universidade Aberta
- Carvalho, J. (2002). *Metodologia do Trabalho Científico. “Saber-Fazer” da Investigação para dissertações e teses*. Escolar Editora.
- Carvalho, O. (2011). *De pequenino se torce o destino. O valor da intervenção precoce*. Livpsic.
- Cavaco, N. (2009). *O Profissional e a Educação Especial. Uma abordagem sobre o autismo*. Editorial Novembro.
- Correia, L. & Serrano, A. (1998). *Envolvimento Parental em Intervenção Precoce. Das Práticas Centradas na Criança às Práticas Centradas na Família*. Porto Editora.
- Costa, V. (2012). *Intervenção Precoce: estudo exploratório sobre a prática de uma equipa disciplinar*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus]. RepositórioComum. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2437/1/TeseVeraCosta.pdf>

- European Agency for Development in Special Needs Education (2005). *Intervenção Precoce na Infância Análise das Situações na Europa Aspectos-Chave e Recomendações*. European Agency for Development in Special Needs Education. [https://www.european-agency.org/sites/default/files/early-childhood-intervention-analysis-of-situations-in-europe-key-aspects-and-recommendations\\_eci\\_pt.pdf](https://www.european-agency.org/sites/default/files/early-childhood-intervention-analysis-of-situations-in-europe-key-aspects-and-recommendations_eci_pt.pdf)
- European Agency for Development in Special Needs Education. (2010). *Intervenção Precoce na Infância – Progressos e Desenvolvimentos 2005-2010*. European Agency for Development in Special Needs Education. [https://www.european-agency.org/sites/default/files/early-childhood-intervention-progress-and-developments\\_ECI-report-PT.pdf](https://www.european-agency.org/sites/default/files/early-childhood-intervention-progress-and-developments_ECI-report-PT.pdf)
- Fajer, R. (2016, Outubro 17 a 21). Importância do diário de campo nas pesquisas qualitativas com metodologia de história oral. XII semana científica UNILASALLE–SEFIC. ISSN 1983-6783.
- Freixo, M. (2009). *Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Instituto Piaget.
- Gronita, J., Pimentel, J., Matos, C., Bernardo, A., & Marques, J. (s/d). *Os nossos filhos são...diferentes. Como podem os pais lidar com uma criança com deficiência*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- McWilliam, P., Winton, P., & Elisabeth, C. (2003). *Estratégias Práticas para a Intervenção Precoce Centrada na Família*. Porto Editora.
- Pimentel, J. (2005). *Intervenção Focada na Família: desejo ou realidade*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Santos, M. (2015). *Problemas de Saúde Mental em Crianças e Adolescente – Identificar, avaliar e intervir*. (2ª ed.). Edições Sílabo.
- Savater, F., Castilho, R., Crato, N., & Damião, H. (2010). *O valor de educar, o valor de instruir*. Porto Editora.
- Serrano, A. (2007). *Redes Sociais de Apoio e Sua Relevância para a Intervenção Precoce*. Porto: Porto Editora.
- Serrano, A., & Abreu, F. (2010). Intervenção Precoce na DREER: Um Projecto de Investigação-Ação. *Revista Diversidades*, 27, 1-40. [http://www02.madeira-edu.pt/Portals/5/documentos/PublicacoesDRE/Revista\\_Diversidades/dwn\\_pdf\\_Acrescer\\_27.pdf](http://www02.madeira-edu.pt/Portals/5/documentos/PublicacoesDRE/Revista_Diversidades/dwn_pdf_Acrescer_27.pdf)
- Sim-Sim, I., Silva, A., & Nunes, C. (2008). *Linguagem e comunicação no Jardim-de-Infância. Textos de apoio para educadores de infância*. Ministério da Educação.
- Silva, I. (coord.); Marques, L.; Mata, L. & Rosa, M. (2006). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação (DGE).

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Instituto de Inovação Educacional.

Vilhena, G., & Silva, M. (2002). *Organização da Componente de Apoio à Família*. Ministério da Educação.

## **Bibliografia eletrónica**

Serviço Nacional de Saúde. *Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância*.  
<https://www.dgs.pt/sistema-nacional-de-intervencao-precoce-nainfancia.aspx>

Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Fafe, CRL. *O que é a Intervenção Precoce?*

<https://www.cercifaf.pt/index.php/noticias/intervencao-precoce/110-o-que-e-a-intervencao-precoce>

## **Legislação**

Decreto Lei nº 241/2001 do Ministério da Educação. (2001). Diário da República: 1.<sup>a</sup> série-A, nº 201.

Decreto Lei nº 15/2007 Ministério da Educação. (2007). Diário da República: 1.<sup>a</sup> série, nº 14.

Decreto Lei nº 3/2008 Ministério da Educação. (2008). Diário da República: 1.<sup>a</sup> série, nº 4.

Decreto Lei n.º 281/2009 do Ministério da Educação. (2009). Diário da República: 1.<sup>a</sup> série, nº 193.



---

## **Apêndices**



# **Apêndice 1**



Exmo. Sr. Provedor

Sou aluna do Mestrado em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Este ano irei realizar a minha dissertação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena Martins, que terá como objetivo analisar as relações entre a Educadora de Intervenção Precoce (ELI), as Educadoras de Infância e as Famílias com crianças em Intervenção Precoce. Com este estudo, pretende-se conhecer como é feita a articulação entre os intervenientes em Intervenção Precoce, as suas implicações para o desenvolvimento das crianças, pretendendo-se contribuir para otimizar as intervenções.

Neste âmbito, venho solicitar a V. Ex<sup>a</sup>, a autorização para a realização deste estudo no \_\_\_\_\_, assim, como a autorização para a recolha de dados junto das educadoras da instituição, da educadora de ensino especial e dos pais das crianças, abrangidas pela Intervenção Precoce. Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas ou inquéritos por questionário aos intervenientes, de acordo com as disponibilidades dos participantes a convidar e ainda face às limitações advindas da pandemia que estamos a vivenciar. Mais se informa que será solicitado a cada participante convidado o seu Consentimento Informado, que todos os dados recolhidos serão confidenciais, sendo que será mantida em anonimato a instituição onde o estudo será realizado.

Acredito que este estudo, para além de ser benéfico para mim, quer pessoal, quer profissionalmente, poderá representar uma contribuição inestimável para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e das suas famílias, bem como para otimizar o trabalho dos educadores.

Agradeço a atenção e a disponibilidade, sendo que, caso exista alguma questão me encontro totalmente ao dispor para eventuais esclarecimentos.

Com os meus melhores cumprimentos.

Sandra Nunes

**Termo de receção de informação e confirmação de consentimento para participação em estudo**

O titular dos dados e subscritor da presente ficha declara que

autoriza a realização do estudo nesta instituição e a participação voluntária dos participantes da instituição no estudo conforme a informação prestada, e que lhe foram prestadas as necessárias informações relativamente aos objetivos, termos e condições, ao carácter confidencial do tratamento dos dados, e que as compreendeu, disponibilizando voluntariamente todos os dados necessários solicitados pelo investigador;

não autoriza a realização do estudo nesta instituição e a participação voluntária dos participantes no estudo.

**Responsável da Instituição**

Assinatura:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

## **Apêndice 2**



Exma. Sr<sup>a</sup> Educadora de Infância

Sou aluna do Mestrado em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Este ano irei realizar a minha dissertação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena Martins, que terá como objetivo analisar as relações entre a Equipa Local de Intervenção (ELI), as Educadoras de Infância e as Famílias com crianças em Intervenção Precoce. Com este estudo, pretende-se conhecer como é feita a articulação entre os intervenientes em Intervenção Precoce, as suas implicações para o desenvolvimento das crianças, pretendendo-se contribuir para otimizar as intervenções.

Neste âmbito, venho solicitar a sua colaboração neste estudo, participando numa entrevista ou inquérito por questionário, visto na sua sala existirem crianças que usufruem de Intervenção Precoce. Esta recolha de dados realizar-se-á de acordo com a sua disponibilidade e ainda face às limitações advindas da pandemia que estamos a vivenciar. Informo, que todos os dados recolhidos serão confidenciais, sendo que será mantida em anonimato a sua identificação e a instituição em causa.

Realço que a sua participação é muito importante, no entanto, é voluntária.

Acredito que este estudo, para além de ser benéfico para mim, quer pessoal, quer profissionalmente, poderá representar uma contribuição inestimável para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e das suas famílias, bem como para otimizar o trabalho de todos os educadores.

Agradeço a atenção e a disponibilidade, sendo que, caso exista alguma questão me encontro totalmente ao dispor para eventuais esclarecimentos.

Com os meus melhores cumprimentos.

Sandra Nunes

**Termo de receção de informação e confirmação de consentimento para participação em estudo**

O titular dos dados e subscritor da presente ficha declara que

- aceita participar voluntariamente no estudo conforme a informação prestada, e que lhe foram prestadas as necessárias informações relativamente aos objetivos, termos e condições, ao carácter confidencial do tratamento dos dados, e que as compreendeu, disponibilizando voluntariamente todos os dados necessários solicitados pelo investigador;
- não aceita participar no estudo.

**Educadora de Infância**

Assinatura:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

## **Apêndice 3**



Ex. Sr<sup>a</sup> Educadora do Intervenção Precoce

Sou aluna do Mestrado em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Este ano irei realizar a minha dissertação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena Martins, que terá como objetivo analisar as relações entre a Equipa Local de Intervenção (ELI), as Educadoras de Infância e as Famílias com crianças em Intervenção Precoce. Com este estudo, pretende-se conhecer como é feita a articulação entre os intervenientes em Intervenção Precoce, as suas implicações para o desenvolvimento das crianças, pretendendo-se contribuir para otimizar as intervenções.

Neste âmbito, venho solicitar a sua colaboração neste estudo, participando numa entrevista ou inquérito por questionário, visto acompanhar as crianças em Intervenção Precoce. Esta recolha de dados realizar-se-á de acordo com a sua disponibilidade e ainda face às limitações advindas da pandemia que estamos a vivenciar. Informo, que todos os dados recolhidos serão confidenciais, sendo que será mantida em anonimato a sua identificação e a instituição em causa.

Realço que a sua participação é muito importante, no entanto, é voluntária.

Acredito que este estudo, para além de ser benéfico para mim, quer pessoal, quer profissionalmente, poderá representar uma contribuição inestimável para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e das suas famílias, bem como para otimizar o trabalho de todos os educadores.

Agradeço a atenção e a disponibilidade, sendo que, caso exista alguma questão me encontro totalmente ao dispor para eventuais esclarecimentos.

Com os meus melhores cumprimentos.

Sandra Nunes

**Termo de receção de informação e confirmação de consentimento para participação em estudo**

O titular dos dados e subscritor da presente ficha declara que

- aceita participar voluntariamente no estudo conforme a informação prestada, e que lhe foram prestadas as necessárias informações relativamente aos objetivos, termos e condições, ao carácter confidencial do tratamento dos dados, e que as compreendeu, disponibilizando voluntariamente todos os dados necessários solicitados pelo investigador;
- não aceita participar no estudo.

**Educadora de Intervenção Precoce**

Assinatura:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

## **Apêndice 4**



## **Consentimento Informado**

Ex. Sr<sup>a</sup> Encarregado de Educação

Sou aluna do Mestrado em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Este ano irei realizar a minha dissertação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Helena Martins, que terá como objetivo analisar as relações entre a Equipa Local de Intervenção (ELI), as Educadoras de Infância e as Famílias com crianças em Intervenção Precoce. Com este estudo, pretende-se conhecer como é feita a articulação entre os intervenientes em Intervenção Precoce, as suas implicações para o desenvolvimento das crianças, pretendendo-se contribuir para otimizar as intervenções.

Neste âmbito, venho solicitar a sua colaboração neste estudo, participando num inquérito por questionário, visto que o seu educando usufrui de Intervenção Precoce. Esta recolha de dados realizar-se-á de acordo com a sua disponibilidade e ainda face às limitações advindas da pandemia que estamos a vivenciar. Informo, que todos os dados recolhidos serão confidenciais, sendo que será mantida em anonimato a sua identificação, assim, como a do seu educando.

Realço que a sua participação é muito importante, no entanto, é voluntária.

Acredito que este estudo, para além de ser benéfico para mim, quer pessoal, quer profissionalmente, poderá representar uma contribuição inestimável para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e das suas famílias, bem como para otimizar o trabalho de todos os educadores.

Agradeço a atenção e a disponibilidade, sendo que, caso exista alguma questão me encontro totalmente ao dispor para eventuais esclarecimentos.

Com os meus melhores cumprimentos.

Sandra Nunes

**Termo de receção de informação e confirmação de consentimento para participação em estudo**

O titular dos dados e subscritor da presente ficha declara que

- aceita participar voluntariamente no estudo conforme a informação prestada, e que lhe foram prestadas as necessárias informações relativamente aos objetivos, termos e condições, ao carácter confidencial do tratamento dos dados, e que as compreendeu, disponibilizando voluntariamente todos os dados necessários solicitados pelo investigador;
- não aceita participar no estudo.

**Encarregado de Educação**

Assinatura:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2021

## **Apêndice 5**



## Guião da Entrevista às Educadoras de Infância

**Tema:** A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce na Infância – o olhar dos profissionais e as famílias

**Objetivo:** Compreender e analisar a relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce na Infância

**Participante:** Educadora de Infância do ensino regular

Blocos	Objetivos específicos	Formulário para questões
BLOCO A Legitimação da entrevista.	Legitimar a entrevista  Informar a entrevistada	- O tema e objetivos gerais da entrevista;  - Confidencialidade das declarações prestadas;  - Garantia do anonimato da entrevista.
	Motivar a entrevistada	- Referir a importância da entrevista;  - Pedir para gravar em áudio;  - Informar sobre a intenção de partilhar as conclusões.
BLOCO B  Relação entre os intervenientes	Inquirir a entrevistado sobre dados de carácter biográfico	- Qual é a sua formação profissional?  - Há quanto tempo trabalha em educação de infância?  - Costuma assistir a palestras, formações ou

		congressos sobre a Intervenção Precoce?
	<p>Perceber qual a importância atribuída à Intervenção Precoce</p> <p>Analisar as adaptações realizadas por parte da educadora de infância na sua prática</p>	<p>- Na sua opinião, qual a importância da Intervenção Precoce na vida destas crianças e da família?</p> <p>- Quantas crianças tem na sua sala de aula a usufruir de Intervenção Precoce?</p> <p>- Com que periodicidade a educadora de Intervenção Precoce apoia estas crianças? Considera suficiente?</p> <p>- Quais são as maiores dificuldades sentidas ao trabalhar com estas crianças na sala de aula?</p> <p>- Como adapta a sua prática, os materiais e os espaços às necessidades destas crianças no grupo?</p>
	<p>Compreender como é a relação com a família das crianças</p>	<p>- No que se refere às famílias destas crianças, como é a sua relação com as mesmas?</p> <p>- Com que frequência se reúne com a família destas crianças?</p> <p>- Os pais também costumam solicitar apoio e atendimento? Se sim, quais as principais questões que lhe colocam?</p> <p>- Que tipo de apoio e orientação é dada à família?</p> <p>- Costuma falar com a família da criança sobre as preocupações, angústias e medos sentidos de ambas as partes?</p> <p>- Costuma transmitir com regularidade as conquistas e avanços da criança à família, assim</p>

		<p>como a família lhe transmite a si?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na sua prática, partilha atividades e ideias com a família, para que possam aplicar em casa com a criança?</li> <li>- Costuma integrar na sua prática as necessidades e preocupações da família?</li> <li>- Como procede quando uma família não está de acordo consigo no que se refere ao trabalho a realizar com a criança?</li> <li>- Considera importante haver uma boa comunicação entre a educadora de infância e a família?</li> <li>- Na sua opinião, acha que as famílias se sentem totalmente ouvidas, integradas e apoiadas em todo o processo?</li> </ul>
	<p>Compreender como é a relação com a educadora de Intervenção Precoce</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com que frequência se reúne com a educadora de Intervenção Precoce para falarem sobre a criança a usufruir de Intervenção Precoce?</li> <li>- É frequente planear e realizar atividades juntamente com a educadora de Intervenção Precoce?</li> <li>- Costumam partilhar atividades e ideias e objetivos a trabalhar com a criança?</li> <li>- Sente que a educadora de Intervenção Precoce aceita e coloca em prática as suas orientações na intervenção com a criança?</li> <li>- Na sua opinião como pode colaborar com a educadora de Intervenção Precoce, de modo, a articular a sua prática com a dela?</li> <li>- Como descreve a sua relação com a educadora</li> </ul>

		<p>de Intervenção Precoce?</p> <p>- Recorre muitas vezes à educadora de Intervenção Precoce, para que, a ajude a saber lidar com a criança em sala de aula?</p>
	<p>Compreender e analisar como é a relação entre os intervenientes e o que poderá ser melhorado.</p>	<p>- No geral, como considera a relação existente entre si, a educadora de infância e as famílias?</p> <p>- Na sua opinião acha que ainda há algo a melhorar nesta relação? Se sim, o quê?</p>
<p>BLOCO C</p> <p>Agradecimento</p>	<p>Agradecer a disponibilidade e colaboração</p>	<p>Obrigada pela colaboração!</p>

## **Apêndice 6**



## Guião da Entrevista à Educadora de Intervenção Precoce

**Tema:** A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce na Infância – o olhar dos profissionais e as famílias

**Objetivo:** Analisar e compreender as relações entre os intervenientes em Intervenção Precoce na Infância

**Participante:** Educadora de Intervenção Precoce

Blocos	Objetivos específicos	Formulário para questões
BLOCO A Legitimação da entrevista.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legitimar a entrevista</li> <li>- Informar a entrevistada sobre o estudo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tema e objetivos gerais da entrevista</li> <li>- Confidencialidade das declarações prestadas;</li> <li>- Garantia do anonimato da entrevista.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Motivar a entrevistada:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Referir a importância da entrevista;</li> <li>- Pedir para gravar em áudio;</li> <li>- Informar sobre a intenção de partilhar as conclusões.</li> </ul>
BLOCO B Relação entre os intervenientes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inquirir a entrevistada sobre dados de carácter biográfico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual é a sua formação profissional?</li> <li>- Há quanto tempo trabalha em Intervenção Precoce?</li> </ul>

	<p>- Perceber qual a importância atribuída à Intervenção Precoce</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a importância da Intervenção Precoce na vida destas crianças e da família?</li> <li>- Considera que a Intervenção Precoce ajuda os pais a perceberem e aceitarem melhor o problema do(a) filho(a)?</li> <li>- Qual é a periodicidade das sessões de Intervenção Precoce com estas crianças? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Considera suficiente?</li> </ul> </li> </ul>
	<p>-Compreender como é a relação com a família das crianças</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com que frequência se reúne com a família destas crianças?</li> <li>- Os pais também costumam solicitar apoio e atendimento? Se sim, quais as principais questões que lhe colocam?</li> <li>- Que tipo de apoio e orientação é dada à família?</li> <li>- Costuma falar com a família da criança sobre as preocupações, angústias e medos que esta sente em relação ao processo? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Costuma transmitir com regularidade as conquistas e avanços da criança à família, assim como a família lhe transmite a si?</li> </ul> </li> <li>- Na sua prática, partilha atividades e ideias com a família, para que possam aplicar em casa com a criança?</li> <li>- Considera que a sua intervenção ajuda estes pais na preparação do futuro do(a) seu(sua) filho(a)? <ul style="list-style-type: none"> <li>- Considera importante haver uma boa comunicação entre a educadora de Intervenção</li> </ul> </li> </ul>

		<p>Precoce e a família?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Costuma integrar na sua intervenção as necessidades e preocupações da família?</li> <li>- Como procede quando uma família não está de acordo consigo no que se refere ao trabalho a realizar com a criança?</li> <li>- Na sua opinião, acha que as famílias se sentem totalmente ouvidas, integradas e apoiadas em todo o processo?</li> </ul>
	<p>- Compreender como é a relação com a educadora de infância do ensino regular</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com que frequência se reúne com a educadora de infância para falarem sobre a criança a usufruir de Intervenção Precoce?</li> <li>- É frequente planear e realizar atividades juntamente com a educadora de infância?</li> <li>- Costumam partilhar atividades, ideias e objetivos a trabalhar com a criança?</li> <li>- Sente que a educadora aceita e coloca em prática as suas orientações na sala de aula?</li> <li>- Como descreve a sua relação com a educadora de infância?</li> <li>- A educadora de infância recorre muitas vezes a si, para que, a ajude a saber lidar com a criança em sala de aula?</li> </ul>
	<p>Compreender e analisar como é a relação entre os intervenientes e o que poderá ser melhorado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quem recorre mais às suas orientações e apoio: a educadora de infância ou a família?</li> <li>- No geral, como considera a relação existente entre si, a educadora de infância e as famílias?</li> </ul>

		- Na sua opinião acha que ainda há algo a melhorar nesta relação? Se sim, o quê?
BLOCO C Agradecimento	Agradecer a participação e a colaboração	Obrigada pela colaboração!

## **Apêndice 7**



### Inquérito por Questionário aos Encarregados de Educação

Este inquérito realiza-se no âmbito de um estudo académico, integrado no 2º ano do Mestrado em Educação Especial- Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve.

Pretende-se compreender e analisar as relações entre a Educadora de Ensino Especial (ELI), as Educadoras de Infância e as Famílias com crianças em Intervenção Precoce, de modo, a compreender como é feita a articulação entre os intervenientes e as suas implicações para o desenvolvimento das crianças e o bem-estar das famílias. Espera-se que o presente estudo contribua para otimizar as intervenções que se desenvolvem na Intervenção Precoce na Infância.

Os dados recolhidos são anónimos e serão utilizados, exclusivamente, nesta investigação académica, assegurando sempre, a sua confidencialidade.

Muito obrigado pela sua colaboração.

#### I - Caracterização da família

1. Idade da mãe: _____	2. Idade do pai: _____
<b>3. Habilitações académicas da mãe:</b> <input type="checkbox"/> Ensino Básico <input type="checkbox"/> Ensino Secundário <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Outro: _____	<b>4. Habilitações académicas do pai:</b> <input type="checkbox"/> Ensino Básico <input type="checkbox"/> Ensino Secundário <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Outro: _____
<b>5. Situação profissional da mãe:</b> <input type="checkbox"/> Trabalhadora por conta de outrem <input type="checkbox"/> Trabalhadora por conta própria <input type="checkbox"/> Desempregada <input type="checkbox"/> Outra: _____	<b>6. Situação profissional do pai:</b> <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria <input type="checkbox"/> Desempregado <input type="checkbox"/> Outra: _____

## II – Caraterização da criança

<b>1. Género</b> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>	<b>2. Idade:</b> _____
<b>3. Constituição do agregado familiar:</b> <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Irmãos <input type="checkbox"/> número de irmãos _____ Outros <input type="checkbox"/> Quem? _____	
<b>4. Diagnóstico da criança/tipo de dificuldades que apresenta:</b> _____	<b>5. Há quanto tempo é acompanhada em Intervenção Precoce:</b> _____

## III – Importância da Intervenção Precoce

		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1.	Considera que a Intervenção precoce é importante para o desenvolvimento do(a) seu(sua) filho(a)?					
2.	Percebe melhorias no(a) seu(sua) filho(a), desde que é acompanhado em Intervenção Precoce?	○	○		○	
3.	Sente-se satisfeito com todo o trabalho realizado em Intervenção Precoce?					
4.	Sente que a Intervenção Precoce é um meio de estimulação para o desenvolvimento do(a) seu(sua) filho(a)?					
5.	Considera que a Intervenção Precoce deve ter em consideração as necessidades e o contexto da criança e da sua família?					
6.	Considera que a Intervenção Precoce os ajuda a lidar melhor com os problemas ou dificuldades do(a) vosso(a) educando(a)?					

**IV – Articulação entre a Educadora de Intervenção Precoce, a Educadora de Infância e as famílias**

		Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	Inicialmente, foi-lhes explicado como seria realizado o processo em Intervenção Precoce?					
2	São convocados para todas as reuniões a realizar?					
3	São regularmente informados sobre as conquistas, comportamentos ou dificuldades do vosso educando?					
4	Costumam receber os relatórios ou avaliações do(a) vosso(a) filho(a) ao longo do ano?					
5	Costumam participar na planificação/construção do plano de intervenção do(a) vosso(a) filho(a)?					
6	Costumam discutir convosco as propostas de intervenção a realizar com o vosso educando?					
7	A educadora de intervenção precoce partilha convosco estratégias para aplicar em casa com o(a) vosso(a) filho(a)?					
8	A educadora de infância partilha convosco estratégias para aplicar em casa com o (a) vosso(a) filho(a)?					
9	A educadora de Intervenção Precoce ou a educadora de infância sugerem/facultam livros ou folhetos que vos ajudem no desenvolvimento do vosso educando?					
10	Costumam perguntar-lhes como é o comportamento ou a interação no contexto familiar?					
11	A educadora de infância e a educadora de intervenção precoce demonstram um interesse regular em saber sobre as estratégias utilizadas em casa?					
12	Sentem que os intervenientes neste processo, valorizam mais as competências do(a) seu(sua) filho(a) do que as suas dificuldades?					
13	Sentem que a educadora de intervenção precoce e a educadora de infância estão em sintonia no que respeita à intervenção e atividades executados com o vosso educando?					
14	Sentem-se apoiados por parte dos outros intervenientes em Intervenção Precoce?					
15	Sentem que a educadora de intervenção precoce e a educadora de infância ouvem as vossas sugestões, dúvidas e frustrações?					

16	Sentem que a educadora de intervenção precoce e a educadora de infância aceitam as vossas sugestões e ideias?					
17	As vossas sugestões e ideias são utilizadas e aplicadas, pelas restantes intervenientes, na intervenção com o vosso educando?					
18	Sentem-se integrados e incluídos em todo o processo de Intervenção Precoce do(a) vosso(a) filho(a)?					
19	Costumam ser elogiados por parte da educadora de intervenção precoce e a educadora de infância, no que respeita à vossa participação e motivação em todo o processo?					
20	Consideram importante haver uma boa comunicação entre todos os intervenientes (educadora de intervenção precoce, educadora de infância e família) em Intervenção Precoce?					
21	Consideram que existe uma boa articulação/comunicação entre vós, a educadora de intervenção precoce e a educadora de infância?					

22	<p>Quando não estão de acordo com os profissionais de educação, relativamente ao trabalho que deve ser realizado com o(a) vosso(a) filho(a), como resolvem a situação?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
----	--

23	<p>Na sua opinião quais os aspetos que poderiam ser melhorados no processo de Intervenção Precoce?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
----	--

## **Apêndice 8**



## Transcrição das Entrevistas às Educadoras de Infância

Investigador	Sandra Nunes (I)
Entrevistado	Educadora de Infância (EI1)
Entrevista	Videochamada
Duração da entrevista	16:24mn

**I** - Qual é a sua formação profissional?

**EI1** - Licenciatura em educadora de infância

**I**. Há quanto tempo trabalha em educação de infância?

**EI1** - 15 anos

**I**. Costuma assistir a palestras, formações ou congressos sobre a Intervenção Precoce?

**EI1** - Sim.

**I**. Na sua opinião, qual a importância da Intervenção Precoce na vida destas crianças e da família?

**EI1** - Essencial, fundamental, porque é desde o início do percurso da criança que se pode fazer a diferença, se atuar, no imediato.

**I**. Quantas crianças tem na sua sala de aula a usufruir de Intervenção Precoce?

**EI1** - Duas

**I.** Com que periodicidade a educadora de Intervenção Precoce apoia estas crianças? Considera suficiente?

**EII** - 1 vez por semana. E considero insuficiente.

**I-** Quais são as maiores dificuldades sentidas ao trabalhar com estas crianças na sala de aula?

**EII** - A maior dificuldade é justamente não ter tempo de lhes dar mais apoio, visto que, na minha condição de trabalho estou muitas horas sozinha e são muitas crianças e não consigo apoiar o que gostaria e que cada uma das crianças precisaria.

**I.** Como adapta a sua prática, os materiais e os espaços às necessidades destas crianças no grupo?

**EII** - Estas crianças não era preciso uma grande adaptação, só ajudo no que eles precisarem. No dia-a-dia tento reforçar mais as regras, tanto como uma como com outra criança, apesar de serem diferentes. Acho que passa mais pelo reforço das regras. Não propriamente a nível de sala, não precisei de adaptar nada e no dia-a-dia também não é preciso muita coisa. É mais o reforço, o reforço das regras. Acho que acaba por ser o que é comum a ambos os casos.

**I.** No que se refere às famílias destas crianças, como é a sua relação com as mesmas?

**EII** - Eu considero que é uma boa relação. Nós falamos por mensagens, por emails, telefonicamente, quando é possível, pessoalmente e vamos trocando muitas ideias e mesmo agora em confinamento, também já falei telefonicamente com ambas as famílias. Portanto acho que é uma boa relação. Existe comunicação.

**I.** Com que frequência se reúne com a família destas crianças?

**EII** - Em acompanhamento com o PIIP criado pela educadora de Intervenção Precoce é de 6 em 6 meses. Depois de acordo com a minha avaliação é de 3 em 3 meses. Devido à pandemia, não temos estado tantas vezes juntos. A avaliação agora do 1º período não foi uma avaliação presencial. Mas são também às vezes que faz falta, quando existem situações, dúvidas ou quando existem novas consultas, novas terapias, quando existem novidades ou preocupações, conversamos.

**I.** Os pais também costumam solicitar apoio e atendimento? Se sim, quais as principais questões que lhe colocam?

**EII** - Também, sim. Quando têm... uma das crianças às vezes faz muitas birras, a mãe tenta perceber o que poderá ter levado a essa birra ou comportamento dele e então questiona-me certas situações ou pede-me conselhos. E a outra mão também, há certas coisas que ela procura saber, compreender melhor o filho e perceber a minha perspectiva enquanto educadora e como é que eu o observo na escola. Portanto, eles também acabam por solicitar o apoio.

**I.** Que tipo de apoio e orientação é dada à família?

**EII** - É mais a nível de criar metodologias funcionais, de estratégias, pronto, arranjar..., que sejam consensuais, em casa e na escola, que haja harmonia. Passa mais por aí.

**I.** Costuma falar com a família da criança sobre as preocupações, angústias e medos sentidos de ambas as partes?

**EII** - Sim, sim.

**I.** Costuma transmitir com regularidade as conquistas e avanços da criança à família, assim como a família lhe transmite a si?

**EII**- Sim, sim. Nós comunicamos nesse sentido também.

**I.** Na sua prática, partilha atividades e ideias com a família, para que possam aplicar em casa com a criança?

**EII-** Sim.

**I.** Pergunta extra (e eles costumam aderir? Se a família costuma por em pratica as suas ideias?)

**EII -** Sim. Se for algo que eles precisem para o dia-a-dia. Agora estou-me a lembrar, as sugestões que dou de atividades no geral para as crianças, a realidade destas 2 famílias, não permitem que façam tão assiduamente, mas fazem o que conseguem. Isto a nível...pronto...neste sentido, mas no geral, no específico para cada criança, sim, tendem a fazer, tendem a fazer e tendem a fazer o que sugiro.

**I.** Costuma integrar na sua prática as necessidades e preocupações da família?

**EII-** Claro. Sim, sim.

**I.** Como procede quando uma família não está de acordo consigo no que se refere ao trabalho a realizar com a criança?

**EII-** Pois, do que eu faço, pois eu vou aos poucos tentando experimentar e dar provas que realmente funciona. Pronto, tenho sempre o cuidado de não invadir as suas crenças, nem os valores de cada família. Tenho em conta isso. Mas se for algo que realmente ache, vou trilhar caminho para ir nesse sentido. Quando acho, acho.

**I.** Considera importante haver uma boa comunicação entre a educadora de infância e a família?

**EII-** Claro que sim.

**I.** Na sua opinião, acha que as famílias se sentem totalmente ouvidas, integradas e apoiadas em todo o processo?

**EII-** Eu acho que na parte de educadora e famílias, sim. Agora na outra parte, da Intervenção Precoce, na parte... para já a educadora de apoio só vai 1 horinha por semana a cada criança, que eu já referi que acho insuficiente e atualmente, com a grande desculpa da pandemia não estão a usufruir de mais nenhum tipo de apoio, nem terapia, nem psicologia, nem, pronto... a terapia ocupacional não existe, nem da fala, psicologia. Realmente também são as que têm, sim.

**I.** Com que frequência se reúne com a educadora de Intervenção Precoce para falarem sobre a criança a usufruir de Intervenção Precoce?

**EII-** Semanalmente. Não é uma reunião formal, mas informal, sim, todas as semanas trocamos algumas impressões. Conto situações, aprendizagens de cada criança, dou-he um *feedback* e ela o mesmo da parte das crianças.

**I.** - É frequente planear e realizar atividades juntamente com a educadora de Intervenção Precoce?

**EII** - Este ano, devido à pandemia nem por isso, mas, existem algumas em que, pronto, já tenho sugerido. A educadora faz individualmente, com estas 2 crianças o trabalho que eu faço na sala e às vezes a educadora de apoio começa um trabalho que eu termino na sala. Normalmente, trabalhávamos mais noutros anos, em sintonia, éramos mais cooperantes, uma com a outra. Este ano, devido às limitações da educadora não puder entrar na sala de atividades, ter que ser 1 criança de cada vez, tem essas limitações. Mas sempre que é possível, tentamos coordenar trabalho.

**I.** Costumam partilhar atividades e ideias e objetivos a trabalhar com a criança?

**EII-** Sim.

**I.** Sente que a educadora de Intervenção Precoce aceita e coloca em prática as suas orientações na intervenção com a criança?

**EII** - Sim.

**I.** Na sua opinião como pode colaborar com a educadora de Intervenção Precoce, de modo, a articular a sua prática com a dela?

**EII** - Através da conversa e da partilha das observações, de tudo, ao fim ao cabo, é através do diálogo, conseguimos preparar atividades conjuntas e apoiar-se uma à outra.

**I.** Como descreve a sua relação com a educadora de Intervenção Precoce?

**EII**- Boa. É uma boa relação, facilmente dialogamos, trocamos ideias e opiniões, impressões. Às vezes, não é, porque isto de apoiar crianças com necessidades educativas específicas, há muitos detalhes a explorar e a gente troca muitas impressões. Por isso, acho que é uma boa relação.

**I.** Recorre muitas vezes à educadora de Intervenção Precoce, para que, a ajude a saber lidar com a criança em sala de aula?

**EII**- Às vezes, recorro, porque uma pessoa, chega-se a um ponto, que, às vezes pomonos em causa, se é a forma de agir que não está bem ou se são os nossos olhos que vêm aquela situação daquela maneira. Se há outra perspetiva de olhar para a situação em si, Pronto, numa busca de se fazer sempre mais e melhor, recorro um pouco.

**I.** No geral, como considera a relação existente entre si, a educadora de infância e as famílias?

**EII**- Acho que é boa. Acho que nesse sentido é boa. Mesmo agora, na situação de confinamento, já falei 2 vezes com a educadora de Intervenção Precoce, já trocamos mensagens, emails. Já, ela própria também tem indicações no trabalho dela para fazer, também relação com as famílias e sei que já o tem feito. E eu tenho falado com as famílias, portanto, mesmo nesta situação, fora do normal em que cada um está na sua casa, continua a haver ligação/relação. E em contexto normal, também acho que é boa, porque trocamos sempre umas impressões e vemos algumas questões do PIIP e depois

em conjunto analisamos com a família, o PIIP e trocamos ideias e damos sugestões. Os pais dizem as suas dificuldades. Eu acho que é uma boa relação, eu acho que funciona.

**I.** Na sua opinião acha que ainda há algo a melhorar nesta relação? Se sim, o quê?

**EII-** Acho que o que seria melhor, mas que não é possível, era a educadora estar mais tempo com as crianças e o poder ir à sala, que este ano não é possível. E então, pronto, do que está ao alcance não se consegue fazer melhor. Mas o que seria melhor era a educadora poder disponibilizar mais tempo para estar com as crianças em questão e poder ir à sala de atividades para ajudar também na parte da inclusão. Pode ser que ainda seja possível, lá para o final do ano.

**I -** Muito obrigada pela disponibilidade!



## Transcrição da Entrevista à Educadora de Infância

Investigador	Sandra Nunes (I)
Entrevistado	Educadora de Infância (EI2)
Entrevista	Presencial
Duração da entrevista	16:59mn

**I** - Qual é a sua formação profissional?

**EI2** - Educação de Infância, licenciatura.

**I**. Há quanto tempo trabalha em educação de infância?

**EI2** - 15 anos

**I**. Costuma assistir a palestras, formações ou congressos sobre a Intervenção Precoce?

**EI2** - Não.

**I**. Na sua opinião, qual a importância da Intervenção Precoce na vida destas crianças e da família?

**EI2** - É de extrema importância, porque faz a ponte entre a família e a educadora titular de sala e ajuda a adotar as atividades diárias àquela criança, específicas àquela criança e dá o apoio necessário quando é possível estar em sala.

**I**. Quantas crianças tem na sua sala de aula a usufruir de Intervenção Precoce?

**EI2** - Duas.

**I** - Com que periodicidade a educadora de Intervenção Precoce apoia estas crianças?

**EI2** - Duas vezes por semana, 1 hora em cada uma.

**I** - Considera suficiente?

**EI2** - Não, de todo.

**I** - Quais são as maiores dificuldades sentidas ao trabalhar com estas crianças na sala de aula?

**EI2** - Arranjar uma atividade que seja do seu interesse, mantê-las sentadas com motivação e concentração. Basicamente, é isso, sim, é ter uma atividade que seja direcionada para aquela criança e ao mesmo tempo mantê-las sentadas e concentradas, que não dispersem.

**I** - Como adapta a sua prática, os materiais e os espaços às necessidades destas crianças no grupo?

**EI2** - Manter sempre as mesmas rotinas, estabelecer limites, sentar a criança mais perto do educador e agora por último construímos o quadro com os cartões, que têm uma imagem que corresponde a uma acção e a criança tira o cartão de acordo com a acção que quer. Isto é para uma destas crianças que tenho em sala, porque a outra verbaliza tudo, esta não. Portanto em vez de verbalizar, tira o cartão. É importante fazer isso porque ele depois vai entrar no ensino estruturado e no ensino estruturado trabalha-se dessa forma. Portanto, se fizermos logo aqui é mais fácil e os pais em casa também. Acho que eles estão a fazer.

**I** – Também fazem em casa?

**EI2** – Sim.

**I** – É uma boa adaptação.

**I** - No que se refere às famílias destas crianças, como é a sua relação com as mesmas?

**EI2** – Sim, é uma relação praticamente... espera, deixa-me pensar bem no tema. A relação é boa, portanto, tudo aquilo que é pedido, as famílias tentam cumprir em casa. Sempre que é preciso algum material mais específico para uma atividade ou não, também colaboram. Se há dúvidas, ligam ou mandam mensagem. Portanto, a interação é quase diária, sim.

**I** - Com que frequência se reúne com a família destas crianças?

**EI2** - Portanto, reúno-me três vezes... isto com a técnica de Intervenção Precoce, o acolhimento em Setembro, depois à uma avaliação que é o PIIP aí em Janeiro e depois outra no final do ano. Portanto, só para a Intervenção Precoce temos 3 reuniões. Depois mais 3 reuniões minhas, enquanto titular de sala. Portanto, são 6, no mínimo 6. E sempre que exista algum assunto pertinente, há essa reunião, também.

**I** – Os pais também costumam solicitar apoio e atendimento? Se sim, quais as principais questões que lhe colocam?

**EI2** – Numa primeira fase as questões e dúvidas dos pais tem sempre haver com rotinas, com o desfralde, rotinas, cumprir regras, tem mais a ver com a funcionalidade. A partir do momento em que a criança atinge os 5/6 anos, a preocupação deles é sempre a ida para o 1º ciclo, as dificuldades que intervêm daí, se depois existe alguém que os ajude numa escola.

**I** – Que tipo de apoio e orientação é dada à família?

**EI2** – Tentamos que, tentamos passar para os pais todas as rotinas que são feitas em sala, em contexto sala, para que possam dar continuidade e possam fazer as mesmas coisas com a criança em casa, para que haja continuidade. Sempre que há necessidade de adaptar alguma regra... por exemplo, pensando agora aqui no “João”, não é, ele ao início ele era pequeno, não é. Brincava livremente, mas a partir do momento em que ele começou...desde que veio para aqui para os “amarelinhos”, lá em baixo é o crescer, aprender a andar, aprender a falar e quando veio cá para cima, ele não comunicava. Era

dificuldade para ele comunicar, o percebermos para tentar que ele dissesse qualquer coisa...aqui é que é o entreve. Qual é que era a pergunta mesmo?

**I** – Que tipo de apoio e orientação é dada à família?

**EI2** - Sim, a gente tenta esclarecer os pais em todas as dúvidas que eles tenham. Primeiro, é o desmistificar do problema que a criança tem. Qual é o nome, que dificuldades é que podem surgir, normalmente, o que difere essas crianças das outras no seu dia a dia. Primeiro é explicar isso. Depois de isso estar explicado é explicar as rotinas e as regras na sala e tentar que eles façam o mesmo em casa para que surta efeito. E vamos adaptando sempre que surja uma dificuldade nova.

**I** - Costuma falar com a família da criança sobre as preocupações, angustias e medos sentidos de ambas as partes?

**EI2** - Não, nós normalmente não falamos de medos e os receios e os anseios. Nós o que falamos com a família é estratégias e objetivos. Portanto, damos aos pais as estratégias que podem ser implementadas em casa de forma a combater aquela dificuldade sentida pela criança. Os medos e os anseios ficam para nós. Até porque os pais têm que sentir é tranquilidade da nossa parte e não dúvidas e medos e receios. Portanto, isso, os pais é que têm. Nós temos de tentar transmitir é o oposto: segurança.

**I** - Mas da parte dos pais, costumam falar consigo sobre as preocupações deles e os medos?

**EI2** - Os pais, sim. Os pais mostram as dúvidas e os medos e os anseios e as dificuldades sentidas em casa e falam conosco sobre isso. Nós, algumas dessas também temos, mas não lhes transmitimos, porque o que nós temos de transmitir aos pais é segurança.

**I** - Costuma transmitir com regularidade as conquistas e avanços da criança à família, assim como a família lhe transmite a si?

**EI2** - Sim, sim, sempre que existe e já sabemos as conquistas, os avanços e as competências que estas crianças vão adquirindo, são a longo prazo, são ali muito demarcadas umas das outras. Hoje consegue uma coisa, daqui a 2 ou 3 meses alcança outra. Portanto, como os objetivos são muito espaçados entre eles, o que nós fazemos é isso, sim, mesmo quando notamos que houve ali uma competência ganha, ok, vamos informar a família, vamos dar os parabéns aquela criança e informar a família de que estamos num bom caminho.

**I** - Na sua prática, partilha atividades e ideias com a família, para que possam aplicar em casa com a criança?

**EI2** - Sim, sim, sempre. E esse trabalho é feito em cooperação com a educadora de Intervenção Precoce. Reunimo-nos, ok, a planificação é esta, nós temos este seguimento para o grupo, mas para esta criança em particular vamos adaptar, ok, um grau de dificuldade menor, de forma, a que ele consiga alcançar e depois dizemos à família as ideias, em casa podem fazer assim ou nas rotinas do dia-a-dia podem distribuir as tarefas desta forma para que ele consiga sucesso.

**I** - Costuma integrar na sua prática as necessidades e preocupações da família?

**EI2** – Sim.

**I** - Como procede quando uma família não está de acordo consigo no que se refere ao trabalho a realizar com a criança?

**EI2** - Nunca me aconteceu. Nunca aconteceu, até agora. Eu acho que também tem haver com a forma como se pede aos pais ou a forma como se aborda os pais e aqui é que é a grande diferença. Se nós soubermos chegar aos pais da melhor forma, eles sim, acatam e cumprem. Nunca me aconteceu o contrário.

**I** - Considera importante haver uma boa comunicação entre a educadora de infância e a família?

**EI2** - Sim, sim, de extrema importância, sim.

**I** - Na sua opinião, acha que as famílias se sentem totalmente ouvidas, integradas e apoiadas em todo o processo?

**EI2** - Ouvidas sim, integradas sim, envolvidas não. Agora a pandemia também não ajuda, mas antes da pandemia também não estavam envolvidas. Portanto, elas estão informadas, estão integradas, mas existe uma envolvimento na escola e existe a envolvimento no contexto casa. As duas não coabitam.

**I** - Com que frequência se reúne com a educadora de Intervenção Precoce para falarem sobre a criança a usufruir de Intervenção Precoce?

**EI2** - Todas as semanas.

**I** - É frequente planejar e realizar atividades juntamente com a educadora de Intervenção Precoce?

**EI2** - Sim, é o que fazemos e tentamos fazer todas as semanas, sim.

**I** - Costumam partilhar atividades e ideias e objetivos a trabalhar com a criança?

**EI2** - Sim, quando achamos atividades interessantes para uma determinada criança, normalmente, partilhamos, sim. Pode não ser para a minha em específico, mas eu partilho com a educadora e às vezes o contrário, também.

**I** - Sente que a educadora de Intervenção Precoce aceita e coloca em prática as suas orientações na intervenção com a criança?

**EI2** - Sim, totalmente.

**I** - Na sua opinião como pode colaborar com a educadora de Intervenção Precoce, de modo, a articular a sua prática com a dela?

**EI2** - Não é passível, não se consegue, porque eu em sala precisava de ter mais uma auxiliar e a técnica de Intervenção Precoce quando vem à escola precisava de mais horas e não só de uma. Portanto, aqui é a grande lacuna e é a impossibilidade de esta junção ter mais frutos é essa mesmo, é ela permanecer cá pouco tempo e é eu em sala ter apenas uma auxiliar, se tivesse duas era mais fácil.

**I** - Como descreve a sua relação com a educadora de Intervenção Precoce?

**EI2** - É uma relação de respeito, de amizade, portanto, falamos abertamente sobre as questões e dizemos o que pensamos. É uma relação aberta, onde há compreensão entre ambas as partes.

**I**. Recorre muitas vezes à educadora de Intervenção Precoce, para que, a ajude a saber lidar com a criança em sala de aula?

**EI2** – Sim, recorro, porque ela é que...normalmente, ela tem estratégias... porque a Educadora de Intervenção Precoce tem estratégias e de intervenção que são mais fáceis de pôr em prática. Tem de ser muito individualizadas, não podem ser em grupo, têm de ser muito individualizadas e com características específicas àquela criança, tem de ser do interesse dela e ser apelativas com coisas que a criança goste, o que resulta para uma depois não resulta para outra. Tem de ser dar muito...é isso.

**I** - No geral, como considera a relação existente entre si, a educadora de infância e as famílias?

**EI2** - É uma relação cordial. Portanto, existe respeito, existe o tentar cumprir o que lhes é pedido, existe aceitação de que aquela criança tem aquela dificuldade e que é preciso fazer qualquer coisa para minimizar e por outro lado temos a técnica de Intervenção Precoce que faz aqui a ponte família e educação porque agiliza os materiais e as atividades. É uma relação cordial, flui naturalmente.

**I** - Na sua opinião acha que ainda há algo a melhorar nesta relação? Se sim, o quê?

**EI2** - Há sempre qualquer coisa a melhorar. O ideal seria termos a técnica mais tempo, seria os pais poderem, pelo menos 1 vez por semana, vir à sala, perceberem o contexto de sala e o comportamento do filho em contexto de sala que não tem nada a ver com o contexto familiar. Portanto, havia aqui, sei lá, havia tanta coisa por fazer. Mas estas duas, sim.

**I** – Muito obrigada pela disponibilidade!

## Transcrição da Entrevista à Educadora de Infância

Investigador	Sandra Nunes (I)
Entrevistado	Educadora de Infância (EI 3)
Entrevista	Presencial
Duração da entrevista	11:15mn

**I** - Qual é a sua formação profissional?

**EI3** - Educadora de Infância

**I** - Há quanto tempo trabalha em educação de infância?

**EI3** - 10 anos. Não, 12 anos.

**I** - Costuma assistir a palestras, formações ou congressos sobre a Intervenção Precoce?

**EI3** - Sim.

**I** - Na sua opinião, qual a importância da Intervenção Precoce na vida destas crianças e da família?

**EI3** - Se forem detetadas a tempo pode ajudá-las bastante, a sua qualidade de vida. E nas famílias é preciso que elas aceitem também.

**I** - Quantas crianças tem na sua sala de aula a usufruir de Intervenção Precoce?

**EI3** - Uma.

**I** - Com que periodicidade a educadora de Intervenção Precoce apoia estas crianças?

**EI3** - 1 vez por semana.

**I** - E considera suficiente?

**EI3** - Não.

**I** - Quais são as maiores dificuldades sentidas ao trabalhar com estas crianças na sala de aula?

**EI3** - O tempo.

**I** - O tempo disponível para a criança?

**EI3** - Sim, porque existem outras crianças.

**I** - Como adapta a sua prática, os materiais e os espaços às necessidades destas crianças no grupo?

**EI3** - Como é que eu adapto? Ele não necessita de grandes adaptações. Não foram necessárias grandes adaptações.

**I** - E em termos de material, usa os mesmos materiais que as outras crianças?

**EI3** - Sim, porque ele também não é nada, ele é... ele está diagnosticado com uma hiperatividade, acho que é isso que estava lá.

**I** - No que se refere às famílias destas crianças, como é a sua relação com as mesmas?

**EI3** - Boa. É uma relação profissional e não só. Não acaba por ser só profissional. É profissional, acima de tudo, mas também é...acaba por haver uma amizade, acho eu.

**I** - Com que frequência se reúne com a família destas crianças?

**EI3** - Duas vezes por ano, depende do que seja necessário. Porque também há muito *feedback* no dia-a-dia, falamos todos os dias, diariamente.

**I** - Os pais também costumam solicitar apoio e atendimento? Se sim, quais as principais questões que lhe colocam?

**EI3** – Os pais não costumam solicitar atendimento, mas... normalmente, o atendimento é feito quando é as avaliações do final de cada semestre ou então quando é entregue a criança ou rececionar a criança, é quando eles perguntam algumas coisas sobre a criança.

**I** – Que tipo de apoio e orientação é dada à família?

**EI3** – Apoio psicológico, apoio de estratégias, também. É mais por aí.

**I** - Costuma falar com a família da criança sobre as preocupações, angustias e medos sentidos de ambas as partes?

**EI3** - Sim.

**I** - Costuma transmitir com regularidade as conquistas e avanços da criança à família, assim como a família lhe transmite a si?

**EI3** - Sim.

**I** - Na sua prática, partilha atividades e ideias com a família, para que possam aplicar em casa com a criança?

**EI3** - Sim.

**I** - Como procede quando uma família não está de acordo consigo no que se refere ao trabalho a realizar com a criança?

**EI3** - Temos de tentar comunicar para arranjar uma solução. (...) Que seja para arranjar um consenso para tentar...para tentar que seja o melhor para a criança. Mas, tentar ver à

família as coisas como são. Depende também das pessoas, neste caso desta criança os pais são muito recetivos e normalmente estamos de acordo, nesta situação.

**I** - Considera importante haver uma boa comunicação entre a educadora de infância e a família?

**EI3** - Sim, claro.

**I** - Na sua opinião, acha que as famílias se sentem totalmente ouvidas, integradas e apoiadas em todo o processo?

**EI3** - No caso desta, certo?

**I** - Sim, pode falar desta, mas também o que sente, no geral..

**EI3** - No caso desta, a família acaba por ser ouvida, sim. Mas acho que no geral, não é bem assim, as famílias não são, não se ouve. Podem também não querer desabafar o que sentem ou os receios, não é, e o aceitar. E aceitar as vezes também é o principal, as dificuldades que a criança tem.

**I** - Com que frequência se reúne com a educadora de Intervenção Precoce para falarem sobre a criança a usufruir de Intervenção Precoce?

**EI3** - Uma vez por semana. Dá-se um feedback. Não é uma reunião como é quando é a entrega da avaliação, dita, mas há sempre um *feedback* depois das sessões.

**I** - É frequente planear e realizar atividades juntamente com a educadora de Intervenção Precoce?

**EI3** – Sim

**I** - Costumam partilhar atividades e ideias e objetivos a trabalhar com a criança?

**EI3** - Sim

**I** - Sente que a educadora de Intervenção Precoce aceita e coloca em prática as suas orientações na intervenção com a criança?

**EI3** - Sim, se bem que ela é que tem mais ideias do que eu. Ela está mais dentro da área do que eu.

**I** - Na sua opinião como pode colaborar com a educadora de Intervenção Precoce, de modo, a articular a sua prática com a dela?

**EI3** - Para além das reuniões, não é, tentamos arranjar esquemas.

Acho que é mais é isso, tentar falar com a educadora para vermos como faço certas e determinadas... primeiro vermos quais são as dificuldades realmente que a criança tem e depois tentarmos ajustar, vermos, olha eu faço isto. Se calhar a educadora pode dizer que faz de outra maneira e se calhar é isso, é conversar e se calhar fazer um plano ou atividades em conjunto. Porque de outra forma...também posso lhe dar sugestões, mas acabam sempre por ser sugestões. Primeiro tens de fazer um plano, acho eu.

**I** - Como descreve a sua relação com a educadora de Intervenção Precoce?

**EI3** - A relação é profissional. Eu estou a perceber o que queres perguntar. Acho que, as dificuldades que eu sinto, consigo transmitir e ela aceita e a mesma coisa, que ela deteta algumas dificuldades, que até posso não detetar logo, mas normalmente estamos sempre de acordo com as dificuldades que a criança tem.

**I** - Recorre muitas vezes à educadora de Intervenção Precoce, para que, a ajude a saber lidar com a criança em sala de aula?

**EI3** – Sim, quando existe alguma dificuldade que eu não consiga lidar com alguma frustração, por exemplo, quando acaba a terapia com a educadora, normalmente, fazemos sempre um feedback para saber como correu a terapia ou que estratégias é que serão usadas, algumas dificuldades que eu tenho, que a criança não consiga atingir determinados objetivo, também costumo solicitar a ajuda da técnica, a educadora de apoio.

**I** - Há uma boa interação entre ambas as educadoras?

**EI3** - Sim.

**I** - No geral, como considera a relação existente entre si, a educadora de infância e as famílias?

**EI3** - Eu acho que é uma boa relação. Acho que conseguimos o triângulo, esse triângulo, funciona bem. No geral, é assim, no meu caso, sim. No geral, depende das situações, porque eu também não tenho outra realidade, só tenho esta realidade.

**I** - Na sua opinião acha que ainda há algo a melhorar nesta relação? Se sim, o quê?

**EI3** - Há sempre, há sempre.

**I** - Quer dar alguns exemplos?

**EI3** - Exemplo...se calhar, em vez de fazer 2 vezes por semestre, reunir mais vezes com os pais, porque se calhar, se nos reuníssemos mais vezes, se calhar detetávamos mais dificuldades e se calhar era mais fácil a criança ultrapassar essas dificuldades que tem, por exemplo.

**I** - Muito obrigada!

## **Apêndice 9**



## Transcrição da Entrevista à Educadora de Intervenção Precoce

Investigador	Sandra Nunes (I)
Entrevistado	Educadora de Intervenção Precoce (EI 4)
Entrevista	Presencial
Duração da entrevista	43:58mn

I – Qual é a sua formação profissional?

EI4 – A minha formação profissional é o curso de bacharelato em educação de infância pela Universidade do Algarve e depois posteriormente tirei a licenciatura também em educação de infância, claro, num complemento de formação artístico científico-natural, também da Universidade do Algarve, da Ualg.

I - Há quanto tempo trabalha em Intervenção Precoce?

EI4 – Em Intervenção Precoce, trabalho há 6 anos.

I – Qual a importância da Intervenção Precoce na vida destas crianças e da família?

EI4 - Olha, a Intervenção Precoce é mesmo direcionada para a família. Ah, portanto Não é um apoio educativo, não é um apoio só à criança, é um apoio a toda a família, na ajuda em dificuldades que eles tenham que podem ser sociais, podem ser da sua vida do dia a dia. A importância, estás-me a perguntar a importância...a importância é muito grande e é...para já é uma intervenção precoce, como o nome indica, muito virada, não é, para detetar algumas dificuldades logo a partir de tenra idade. Portanto, nós a partir dos 6 meses, sensivelmente, se houver referências, não é, da criança para nós, nós podemos fazer logo algum tipo de intervenção e aí essa intervenção está muito focada na família. Quando as crianças vão depois ficando mais velhinhas, ah, por vezes a família já está apoiada, já foi ajudando nas suas grandes dificuldades, muitas vezes são económicas, outras vezes são de organização. Há muitas famílias que precisam de estratégias para se organizarem, não é, que economicamente, quer a nível de estratégias

a aplicar com os seus filhos, apoios sociais e muitas vezes encaminhar a criança que tem dificuldades a terapias. Quando eles são mais velhinhos, pois aí, já fazemos um apoio mais individualizado, não é, mais centrado na criança, mas a família é sempre muito importante. A relação com a família é realmente muito importante, e é o dar estratégias para que os pais apliquem.

**I** – Considera que a Intervenção Precoce ajuda os pais a perceberem e aceitarem melhor o problema do(a) filho(a)?

**EI4** – Eu penso que sim. Penso que nós começamos sempre... para já, nós começamos logo no momento em que os pais vão ao acolhimento, que é, o primeiro contato que nós temos com a família e também com a criança. Nós aí, pronto, somos, de uma forma muito meiga, muito...tentamos ser muito assertivos também e explicar logo à família que se calhar temos que trabalhar mais numa área ou mais noutra área. Claro que nesse primeiro encontro, nós tentamos perceber logo quais são as grandes dificuldades e quais são as grandes preocupações da família. Depois, quando realmente a equipa decide, toma a decisão, ver quais são os critérios que aquela criança tem e toma a decisão de ele ser apoiado logo a nível terapêutico, ou a nível médico ou a nível da parte social ou em educação, não é... e falando da educação, que no fundo é o que eu também...embora que eu tenha muita noção o que a nível terapêutico nós fazemos, porque nós temos reuniões todas as semanas. Desculpa, temos de 15 em 15 dias. Trabalhamos com a APPC, no caso a nossa ELI trabalha com a APPC e com o centro de saúde, conseguimos logo, ah... agora perdi-me um bocadinho...ah, desculpa lá...isso, conseguimos logo perceber o que é que as famílias necessitam e depois pouco a pouco, dia após dia, conversa após conversa. Agora na situação em que estamos, estamos a ter telefonema após telefonema, não é... vamos, no fundo mostrando aos pais, não somos médicos, não dizemos, não fazemos diagnósticos, mas vamos dizendo aos pais que os filhos têm dificuldades mais numa determinada área, temos de trabalhar mais naquela área. Às vezes nem chegamos a dizer quais são os problemas nem o..., nem que tipo de dificuldades é que eles têm. Falamos sempre na positiva, é o que é que podemos fazer para ajudar, não é, que estratégia é que os pais devem aplicar para ajudar os seus filhos. Nós estamos constantemente a falar no problema, não é, estamos sempre a dizer o que fazer para solucionar aquela situação específica.

I – Qual é a periodicidade das sessões de Intervenção Precoce com estas crianças?

EI4 – aqui neste jardim de infância, a periodicidade é uma vez por semana. Olha, eu sou sincera, penso que é bastante, é, pouco, é pouco.

I – Era a pergunta que eu iria fazer a seguir: considera suficiente?

EI4 – Não, não considero suficiente, no entanto, infelizmente, temos realmente muitas crianças na nossa equipa, que é a equipa Faro/S. Brás. Apoio crianças no concelho de Faro, mas também no concelho de S. Brás. O concelho de Faro é um concelho muito grande. O concelho de S. Brás não é tão grande, mas neste momento em S. Brás também já há um grande número de crianças com necessidade desta intervenção. Ah, a verdade é que, como educadora tenho de me repartir aqui por todos os jardins de infância. Neste momento, todos os jardins de infância, quer públicos, quer IPSS, quer creches e que municípios, porque também, a Intervenção Precoce também...até um dos primeiros critérios é mesmo o domicílio, são crianças que não têm apoio educativo ou que não estão integradas num contexto educativo, que são as nossas primordiais, pronto, são as que têm mais necessidade, não estão integradas, não têm, pronto, contato com outras crianças, não há uma educadora a ajudar ou que possa orientar os pais, porque no fundo, tem tudo a ver com uma orientação, não é. Nós não conseguimos fazer com que uma família mude as suas rotinas, os seus hábitos, de um momento para o outro. Não pode haver exigências, nós não podemos, quer...para já não podemos mudar o outro assim, não é. A educação é isso mesmo, é não tentar mudar o outro, se virmos que eles têm algumas dificuldades. Neste caso as famílias, é ir-lhes dando estratégias, é apoiar, é valorizar o que eles fazem de bem, não é. Ah, e eu penso que essa é uma das grandes riquezas da Intervenção Precoce, é todos os técnicos estão, portanto, conscientes de que temos que apoiar a família, temos que as ouvir, temos de ver quais são as suas dificuldades e também quais são as suas expetativas para o seu filho, não é, e depois ver até que ponto podemos interferir. E às vezes, há coisas que nós achávamos que poderíamos fazer já, mas, porque sentimos que a família ainda não está preparada, vamos adiando um pouco, não é. E depois mais tarde iremos falar sobre aquela mudança que deveria acontecer, não é. Não sei se respondi.

I – Sim, sim, claro que sim.

I - Com que frequência se reúne com a família destas crianças?

EI4 – olha, com a família desta criança de 6 em 6 meses nós fazemos a avaliação do plano de Intervenção Precoce, que nos chamamos de PIIP – Plano Individual de Intervenção Precoce e fazemos avaliação de 6 em 6 meses. No entanto, sempre que há necessidades de vária ordem, os pais ligam, pedem-me ajuda, pedem-me conselhos, pedem-me orientação para qualquer coisa que precisem, sei lá... estou a lembrar-me agora, no ato da matrícula, situações de necessidade de apoio social, necessidades, por exemplo, de terapias, coisa que acontecem nas terapias ou às vezes, quando não têm terapia pela Intervenção Precoce e os pais sentem necessidade de ir, pronto, procurar ajuda no privado, não é...imensas coisas. Mas também sou eu, periodicamente, nos jardins de infância, nem sempre estou com eles, não é, quando eu chego já algumas crianças já foram entregues no contexto educativo logo pela manhã e eu não consigo estar com os pais. Falo normalmente com eles de 15 em 15 dias. Neste momento de quarentena, não é, foi quase semanalmente. Até posso dizer que a nível da linguagem com a família, este apoio digital, podemos dizer, não são aulas, de maneira nenhuma, para nós é um apoio. Este apoio digital até foi muito mais regular, não é, mas pronto. Sem ser em tempos de pandemia, não estou todas as semanas a falar com os pais. No entanto, qualquer coisa que tenho necessidade falo com eles e eles também sabem que estou disponível para ajudar no que aparecer. E também temos muita ligação com a educadora. A educadora também fala com os pais e às vezes, dá-me o recado a mim. Portanto, a ligação entre, no fundo este triângulo, a educadora do centro de Intervenção Precoce ou educadora de Intervenção Precoce e família está sempre a acontecer.

I – Os pais também costumam solicitar apoio e atendimento? Se sim, quais as principais questões que lhe colocam? No fundo já falou um pouquinho disso...

EI4 – Já falei um pouquinho disso, não é. Pronto, que me colocam, sim. Eles ligam-me e por vezes falamos até podemos não ter que falar, não é obrigatório falar aqui na escola, podemos falar noutros lados, já tem acontecido até as vezes, bebermos um cafezinho, beber um cafezinho com a mãe, ou porque sentem que há qualquer coisa que eles não conseguem realizar, ou porque sentem que os filhos estão a regredir no seu desenvolvimento, ou até, estão já numa fase de progressão e sentem que já têm de

trabalhar mais em determinadas áreas. Sim, os pais entram em contato comigo por muitas razões, por isto que já referi, porque, ah...o que já tinha referido anteriormente, pedem-nos muito apoio no ato das matrículas, nos relatórios que muitas vezes acompanham a criança na entrada no 1º ciclo, ou até, na transição para outros contextos. Ah, quando há necessidade do subsídio de educação especial ou do subsídio de deficiência. Quando, por exemplo, estão no desfralde, pedem-me muitas estratégias, como se faz, como é que devem trabalhar, ah... agora já não tenho sentido tanto isso, porque eu também, por vezes, tiro fotografias ou filmo aquilo que faço com as crianças e acabo por enviar para os pais e eles vão vendo. Também tive essas formas de trabalhar com o jogo. O jogo tem sempre muitas variedades de ser utilizado, não é, e brincado, por assim dizer. Ah, mas pronto, os pais procuram, porque precisam de novas estratégias, têm necessidades de informações e porque precisam, às vezes, é só porque precisam de falar, de trocar impressões.

**I** – Então, Costuma falar com a família da criança sobre as preocupações, angústias e medos que esta sente em relação ao processo?

**EI4** – Sim, sim. Claro que os pais não me telefonam e não me dizem: “olhe, estou com medo disto ou estou com preocupação disto”. Não, dizem: “olhe educadora, pode-me ajudar nisto?”. Sim, isso é uma das mais valias da Intervenção Precoce é essa mesmo, é podermos apoiar, orientar, ouvir e aprender com as próprias famílias, porque isto é uma aprendizagem constante.

**I** – Costuma transmitir com regularidade as conquistas e avanços da criança à família, assim como a família lhe transmite a si?

**EI4** – sim, podemos dizer com regularidade, sim. Foi como já disse anteriormente, não há uma obrigatoriedade de todas as semanas falar com as famílias, não há uma...mas quer uma parte, quer a outra, sabem que... pronto, qualquer coisa que acontece. E sim, as famílias também me telefonam muitas vezes para me dizerem que conseguiram, conquistaram isto, porque quando nós nos propomos, por exemplo, imagine que nos propusemos no PIIP, não é, na reunião do PIIP em que a família, a educadora e eu, nos propusemos a um objetivo que por exemplo, o desfralde, não é. Os pais ao começarem a

fazê-lo e quando conseguem, depois telefonam “olhe educadora, cá em casa já vai acontecendo” ou então, deixam recado à educadora titular e dizem “olhe, diga à educadora Maria João que já vamos conseguindo”. Pronto, portanto, há aqui essa grande possibilidade de troca de, de troca e partilha de informações e de conquistas, não é, que uma criança com necessidades educativas especiais, a sua evolução por vezes é lenta e por vezes as conquistas fazem-se com... de uma conquista até à outra conquista há um grande fosso e os pais em cada conquista dos seus filhos é para eles um grande prazer, assim como para nós também. Quer a educadora titular, quer eu, não é, cada vez que há uma conquista... ainda hoje que eu estive a partilhar com elas, as conquistas de um, por exemplo, de uma criança que nos parecia que não ia conseguir atingir aquela competência e neste momento consegue essa e mais uma ou duas. Portanto, é uma alegria, quer dizer, é uma satisfação, sentir isso. Como educadora isso é uma satisfação sentir isso num grupo de crianças e todas as crianças individualmente, mas numa criança com necessidades educativas específicas, qualquer conquista é um motivo de quase fazer uma festa. É um motivo de festa, não é.

**I** – No fundo também já respondeu a esta pergunta: Na sua prática, partilha atividades e ideias com a família, para que possam aplicar em casa com a criança? já me disse que envia vídeos, filmes...

**EI4** – sim, é assim, eu no início, gosto mais de falar com os pais, não, porque é assim, se nós começamos com uma criança de 3 aninhos, 2 aninhos, há... eu já tenho crianças neste momento, acompanhava-as na creche ou acompanhava-as no jardim de infância e depois fomos, fomos, fomos até elas terem... portanto, eu já estou cá há 6 anos, já tive famílias e crianças que consegui apoiá-las durante quase 5 anos, não é. E isto, é tudo uma questão, quando nos sentimos que vai acontecer, não é, se a criança começou com 3 anos, nos estamos a estimular competências de 3 anos e depois de 4 e depois de 5. E conforme vou tendo confiança com as famílias vou fazendo mais. Mas inicialmente, gosto mais das conversas, de me juntar com os pais, de aproveitar o momento do PIIP para fazer, pronto, uma avaliação mais concreta e depois de vez em quando telefonar e falar dessas tais conquistas e até mesmo pela dificuldade. Agora por exemplo, até já estou numa fase em que até já tenho confiança com as famílias e já filmo o que faço, não é, e envio. Mas, pronto, amanhã, pode passar esta fase de fazer os vídeos e pronto, e outra estratégia. Nos estamos sempre a evoluir, não é, e a dinamizar.

I – Considera que a sua intervenção ajuda estes pais na preparação do futuro do(a) seu(sua) filho(a)?

EI4 – Sim, eu penso que sim. Penso que para além da tomada de consciência das competências dos seus filhos, eu penso que, ajuda muito a aprenderem a partilhar com os, com os técnicos, neste caso, com terapeutas da fala, com todos os terapeutas ocupacionais e também com a educadora, a partilhar os seus anseios. Era aquilo que eu dizia, as suas expectativas perante o seu filho e também as suas preocupações. E isso vai fazer que quando eles entrarem no 1º ciclo, não é, no pré-escolar, o ciclo a seguinte é o 1º ciclo, ele tenham já a noção do que têm de partilhar tudo isto com a professora, com uma psicóloga do agrupamento, com até com terapeutas do agrupamento e até mesmo com os médicos, não é, com o médico de família. Portanto, sentem-se muito mais à vontade, porque, percebem que realmente há necessidade de... à realmente a necessidade de trocar impressões. Eu digo isto porquê? Porque muitas vezes, os pais custa a aceitar as diferenças dos filhos e num primeiro momento, os pais não falam, até mesmo, das suas preocupações e nem sempre a necessidade de partilhar estratégias, porque os pais sentem que os filhos não conseguem fazer determinadas coisas e têm sempre aquele medo, digamos, não é, de “eu vou partilhar, dizer que vou fazer isto e depois o meu filho não consegue fazer isto”, não é. Mas com o tempo eles vão partilhando e eu acho que a Intervenção Precoce nesse aspeto é quase um organismo, por assim dizer, que isto não é um organismo, é uma intervenção, não é. É quase um único organismo estatal que faz isto tudo, portanto, estas três valências, estas três entidades envolvidas, a saúde, a segurança social e a educação, criam uma equipa multidisciplinar que, não é, que partilhando informações sobre a acriança, vai fazer com que depois ao falar com os pais, não é, os pais vão tomando consciência do que a educadora diz, do que os terapeutas dizem e mesmo do que o médico diz. E no futuro, claro que eles vão estar muito mais aptos a partilhar as dificuldades e a partilhar as conquistas que os filhos fizeram com todos os professores, auxiliares e até outros técnicos que eles tenham que vir a ter e outros médicos que tenham que ter, não é.

**I** – Considera importante haver uma boa comunicação entre a educadora de Intervenção Precoce e a família?

**EI4** – claro que sim, pois evidentemente que sim.

**I** – Costuma integrar na sua intervenção as necessidades e preocupações da família?

**EI4** – Sim, tenho sempre essa preocupação, claro, porque... as preocupações da família podem não ser logo detetadas, ou seja, podem não ir ao encontro da dificuldade da criança nos primeiros momentos, mas depois vai, não é. E os primeiros momentos é ali no momento em que começamos a intervenção, mas depois quando nós vamos fazer o PIIP passado um mês, dois meses, que os pais já têm um pouquinho mais de confiança connosco, porque nos primeiros momentos é quando nos fazemos mais interação, não é, para que os pais se sintam confiantes, se sintam à vontade, consigam partilhar esses tais medos e essas angústias e as tristezas, porque por vezes, há pais que até estão tristes, não é, porque se aperceberam que os filhos têm dificuldades e portanto, ninguém fica indiferente ao ter um filho com uma necessidade educativa especial. E portanto, depois os pais vão tendo essa confiança connosco e vão partilhando connosco todas essas angústias. Eu peno que sim, eu penso que sim.

**I** – Como procede quando uma família não está de acordo consigo no que se refere ao trabalho a realizar com a criança?

**EI4** – Olha, é assim, não acontece muito, por norma, porque realmente a ideia é ir sempre tendo em conta aquilo que os pais querem, a ideia... em relação ainda à pergunta anterior, acaba por ser isso, os pais no início podem não ter a noção do que a criança, mas depois têm e depois nós se os pais sentem essa necessidade, nós também sentimos que há essa necessidade de trabalhar, não é. Claro que os pais... nós vamos trabalhar isso mesmo. E portanto... mas já tem acontecido. Já tive uma ou duas situações em que os pais não estavam de acordo com aquilo que nós dizíamos e aí é sempre a perspectiva da família que conta, não é a minha, não é a minha perspectiva ou a minha estratégia a aplicar que conta ou aquilo que eu disse que a criança conseguia ou não conseguia, é a da família. Ah, vou dar um exemplo, por exemplo, há pais que no final do pré-escolar, há pais, que por exemplo, acham que a criança deve ir para o 1º ciclo e nós achamos que era benéfico que a criança continuasse no pré escolar, porque

são condicionais ou porque podíamos pedir adiamento, não é, pronto. Mas se o pai acha que é bom para eles, para a sua família, para as suas dinâmicas familiares, para aplicação de estratégias e tudo, ir para o 1º ciclo é o mais importante... mas quem diz isso, diz noutras coisas. Nós, às vezes, tentamos que a família faça determinada...mas a família não tem, não sente essa necessidade. Então, se a família não sente, também não podemos ser nós a obrigar. Agora, claro que quando são coisas muito graves que nós sentimos que a família tem mesmo de fazer aquilo para conseguirmos ter um sucesso, um desenvolvimento na criança, temos de tentar com todo o caminho, com toda a firmeza e com todas as explicações, não é, evidências, explicar que é assim que o pai deve fazer. Mas há outras situações que a família não sente umas preocupações, inclusive, se a família não tem... não sente as mesmas preocupações que a educadora titular e que a educadora de Intervenção Precoce, então a Intervenção Precoce não tem sentido e aí, se a família não sente preocupações em relação ao seu filho, nós não podemos ajudá-los, não é. Claro que isto nunca aconteceu, no geral, não é. Só tive neste momento, nestes 65 anos, só tive 1 criança que a família não sentia essa preocupação e eu arqueei, quase de imediato, passado uns meses. Mas foi um caso, era um caso de uma necessidade específica, nem sequer uma criança com necessidades educativas essenciais, era uma necessidade específica, que deixou para os pais de ser uma preocupação e então não havia necessidade de eu estar a intervir com os pais.

**I** – Na sua opinião, acha que as famílias se sentem totalmente ouvidas, integradas e apoiadas em todo o processo?

**EI4** – Eu penso que sim, penso que sim. O que acontece muitas vezes é que as famílias também não... mas eu penso que sim, respondendo à pergunta diretamente, eu penso que sim, penso que na Intervenção Precoce as famílias têm facilidade de serem ouvidas inicialmente e depois em todo o processo e de serem apoiadas em todo o processo, o que acontece depois é que no final quando já atingiram o limite de idade e vão integrar noutra ciclo, que é os 6 anos, não é, e vão integrar o 1º ciclo, às vezes, ainda não se conseguiram todas aquelas conquistas que os pais ou todas aquelas expectativas que os pais tinham, nem todas foram atingidas, mas isto não tem nada a ver com o que me estava a perguntar. Eu acho que sim, acho que os pais são ouvidos. Por vezes, acho que os pais também necessitam, não...os pais por vezes também acham que o mais importante é ter a terapia A ou terapia D ou terapia C, e, e que a educadora viesse mais

vezes por semana, mas aí não há nada a fazer, porque quando não há técnicos suficientes, não é. e a Intervenção Precoce está neste momento a sofrer muita falta de técnicos, porque cada vez há mais crianças que são identificadas precocemente, depois estão durante muito tempo a ser apoiadas pela Intervenção Precoce e os técnicos que são os mesmos, ou o número de técnicos que é o mesmo e cada vez há mais crianças. E para conseguirmos dar um bocadinho a todos, não é, por vezes, a intervenção que é necessária, realmente, não é, porque, o que a criança necessitava era de...isto é, um exemplo que vou dar, 1 hora de terapia da fala, 1 hora de terapia ocupacional, pronto, ou outras. Nós também temos fisioterapeuta, também temos fisiatras, não é, pronto. Isto é mais da área da saúde, mas pronto. Vou dar um exemplo, de uma criança com necessidades educativas específicas que precisava de terapia da fala, terapia ocupacional e também precisava de apoio educacional, pois claro que, precisam de uma ou duas horas por semana de terapia da fala, 1 ou 2 horas por semana de terapia ocupacional e 1 ou 2 horas de educação, não é, mas isso é impossível. E até porque também não podemos entupir a criança com tanta terapia e também porque temos que perceber que os pais trabalham, os pais não podem deixar de trabalhar para ir levar o filho num dia a terapia da fala, outro dia à terapia...pronto, a educação sempre é um contexto educativo e portanto é mais fácil, mas a verdade é que... eu acho que eu falei que os pais às vezes sentem que alguma coisa na Intervenção Precoce falhou, ou foi o tempo, mas nós também tentamos dividir o mal pelas aldeias, como se costuma dizer, não é, e se a criança tem uma necessidade mas não é possível ser apoiada nessa necessidade, é comum outro técnico que também está vocacionado para essa área.

**I** – Com que frequência se reúne com a educadora de infância para falarem sobre a criança a usufruir de Intervenção Precoce?

**EI4** – olha, antes da pandemia eu ia à sala, inclusive. Portanto, era em contexto de sala, em contexto natural da criança, em contexto, mesmo ali de grupo que eu intervia. Neste momento, com a pandemia as coisas mudaram um pouco. Eu acabo por não ir às salas, não estou em contexto com o grupo todo, estou só em contacto com aquela criança, o que significa que aquela hora e meia que tenho para cada criança é feita num espaço, portanto, separado do grupo. No entanto, fala todas as semanas com a educadora e partilhamos. Elas dizem-me coisas que eles fizeram durante a semana, dificuldades, evoluções que a criança fez e eu também partilho. Inclusive, o que eu partilho com os

pais, das gravações ou de uma fotografia ou disto ou daquilo, também partilho para a educadora, mas falo com as educadoras todas as semanas, sim.

**I** – É frequente planear e realizar atividades juntamente com a educadora de infância? Pronto, neste momento não realiza...

**EI4** – Neste momento as coisas estão mais complicadas, mas tento ir ao encontro do que as educadoras estão a fazer, não é. Se elas estão a trabalhar, estão com um projeto... olha, como por exemplo, agora, por exemplo, uma educadora está com o projeto da horta, não é. É claro que eu vou tentar trazer atividades que tenham a ver com legumes, com frutas, com alimentos, não é, que são produzidos por uma horta, não é. E posso fazer uma quantidade de atividades plásticas, da área da matemática, da área da linguagem e escrita e também das ciências que tenham a ver com tudo isso, não é. Porque assim, eu tento não fazer o mesmo que a educadora faz, ou seja, se a educadora é uma educadora que por norma desenvolve muitas atividades de expressão plástica, e quando digo expressão plástica, digo pintura, recorte e colagem, eu não faço tantas atividades nesta área, não é. Trabalho se calhar mais a parte da perspicácia. Até porque estamos a falar de crianças que por vezes estão muito aquém da sua faixa etária, não é, que necessitam que competências de uma faixa etária muito anterior, não é. Vou dar exemplo, há crianças com 4 anos que temos de trabalhar como se eles tivessem 8 meses, como se elas tivessem 1 ano. Há competências que ficaram por realizar, que se a criança está integrada numa sala de 4 anos, ela não vai conseguir realizar algumas atividades que estão destinadas, estão programadas e planificadas para o grupo de 4 anos, para os seus colegas de 4 anos. Então eu tenho de ver, mas ele ainda não consegue fazer, ainda não atingiu aquela determinada competência, então eu tenho atividades nessa, que desenvolva essa competência, de forma, a que ele quando vai para o grupo já vá um pouco mais preparado para desenvolver essas atividades da sua idade, com crianças da sua idade, não é.

**I** – Costumam partilhar atividades, ideias e objetivos a trabalhar com a criança?

**EI4** – Sim. É, isso, sim.

**I** – Sente que a educadora aceita e coloca em prática as suas orientações na sala de aula?

**EI4** – sim, sem duvida que sim. Sei que por vezes é difícil porque, uma coisa é nos detetarmos uma dificuldade numa criança num ambiente individualizado e depois pôr em prática a continuação de estratégias para desenvolver essa atividade num contexto de sala de aula, de grupo, não é, num contexto de grupo, é muito difícil. Porque o contexto jardim de infância é um contexto muito dinâmico, é um contexto com rotinas que são bem delineadas, mas por vezes, mudam por variadíssimas razões, mudam. O contexto de jardim de infância são grupos grandes, normalmente 25 crianças e cada criança está na sua, não é, cada criança está ali no seu ritmo e é muito difícil hoje conseguir pôr em prática coisas tão específicas para estas crianças, atividades que são rotinas têm de ser desenvolvidas individualmente com cada criança. Claro que isto também esta a auxiliar, a auxiliar de ação educativa, não é. Também temos de trabalhar com elas um bocadinho, porque, muitas vezes é a auxiliar que acaba por ser o apoio individualizado daquela determinada criança, não é. Porque se a educadora está só com aquela criança todos os outros 24 vão estar... então, entre a educadora e a auxiliar tem de haver uma grande, tem de haver uma grande partilha de estratégias na aplicação, não é. Na aplicação e no apoio a estas crianças, sim, sim. E eu por vezes também falo mesmo com as auxiliares e peço-lhes “olhe, temos de fazer assim, porque isto vai estimular, assim, assim, assim, assim. “ Sim, isso é uma coisa que tem de acontecer mesmo.

**I** – A educadora de infância recorre muitas vezes a si, para que, a ajude a saber lidar com a criança em sala de aula?

**EI4** – Claro que sim, claro que sim. Eu acho que, eu acho que, quanto mais idade tem a criança, não é, quanto mais tempo nós estamos com aquela criança, claro, que menos as educadoras vão recorrendo, não é, porque, eu comecei com... tivemos nos 3 anos, outros 4 anos, claro que às vezes aos 5 anos a educadora até já sabe muito bem o que fazer e as estratégias foram todas partilhadas, mas há sempre, há sempre coisas novas que me perguntam “oh, João, devo fazer assim? Agora vamos começar e o que é que se deve fazer?”. Há sempre, não é. Mas, é assim, uma educadora que começa com uma criança com necessidades educativas muito novinhos, pois ela própria vai também conseguindo, não é, ter a noção de como lidar com a família, de como lidar com a criança, sabe muito bem o que é que ela consegue ou não consegue fazer, não é.

**I** – Quem recorre mais às suas orientações e apoio: a educadora de infância ou a família?

**EI4** – Eu acho que é a educadora de infância, porque a educadora de infância estamos, todas as semanas, nós estamos juntas, não é. Todas as semanas nós conseguimos partilhar essas tais informações que estávamos a dizer, não é. As famílias sentem sempre que deve, que só nos telefonam quando há já assim uma grande dificuldade, não é. Mas é como vos disse, durante este confinamento, estas dois confinamentos que já tivemos de longa duração, como eu falava com a família regularmente, fazíamos videochamadas, porque fazia contatos telefónicos, não é, aí a família, aí sim, a família me perguntava, pedia-me sempre opinião sobre isto e sobre aquilo. Às vezes era eu que dava logo intuitivamente, outras vezes era mesmo a família que dizia logo “educadora e então se ele não conseguir fazer assim, como é que eu...”, assim. Quando há um contato muito a miúdo...muito...como é que eu hei-de dizer...pronto, quase semanalmente ou quase diário, eu penso que a família também iria fazer muitas perguntas. Agora é assim, nos também não podemos estar todos os dias a falar com as famílias, não é. É muito diferente, a Intervenção Precoce é muito diferente do que ter um grupo de crianças, porque num grupo de crianças os pais vão buscá-los aquela hora, a educadora está, partilham. Aqui é um bocadinho diferente, não é, porque nós andamos de jardim de infância em jardim de infância, domicílio em domicílio. Agora é assim, se falamos... eu também estou a falar de todo isto porque estou a espelhar esta instituição, não é, e o apoio que eu dou nesta instituição. Há outras instituições em que eu faço de outra maneira e quando vou aos domicílios, claro que tudo acontece de outra forma, não é. Estou a responder tendo em conta os espaços físicos, a nível humano, esta instituição.

**I** – No geral, como considera a relação existente entre si, a educadora de infância e as famílias?

**EI4** – Acho que se não houver isto, se este triângulo não acontecer, nada acontece. Porque, é assim, a educadora de Intervenção Precoce e estamos a falar de mim como educadora, mas isto também acontece, também tem que acontecer um bocadinho com os técnicos. Claro que os técnicos e eu quando digo técnicos, acho que já esclareci, os técnicos é terapeuta ocupacional, terapeuta da fala, psicólogo, o pediatra da equipa,

pronto. Com estes técnicos a ligação faz-se muito mais com a família, mas os técnicos também por vezes falam com as educadoras e as educadoras também por vezes falam com os técnicos, pronto., não regularmente, mas sempre que há uma criança que tem realmente uma necessidade de que haja uma partilha de informação, informações, isso acontece. E até sou eu do centro que faço um bocadinho, aqui, um bocadinho de pombo correio, por vezes, não é, levo a informação de um lado para o outro ou então que faço com que esta ligação aconteça té de forma presencial, os terapeutas virem às salas e a as educadoras irem ver, isto não é fácil, era bom que assim acontecesse, era bom que os técnicos viessem às, à sala observar a criança, trabalhar com a criança, isso era, mas é o tópico, é o tópico porque até as próprias educadoras de infância, por vezes têm muita vontade de ir assistir a terapias, de telefonar aos técnicos regularmente, mas depois, isto com o ritmo do dia-a-dia as coisas nem sempre acontecem. Agora quando há, crianças com necessidades mesmo muito específicas e que a educadora sente que não consegue estar conhecedora de estratégias para aplicar, a educadora fala com o técnico, e por vzes até só eu que faço aqui esta ponte.

**I** - Na sua opinião acha que ainda há algo a melhorar nesta relação? Se sim, o quê?

**EI4** – Olha, querida, eu acho que o que há a melhorar era nós conseguirmos, semanalmente fazermos aqui um ponto da situação, mas isso é utopia mais uma vez. Não vale a pena pensarmos que fazemos isso, porque não podemos. As famílias não estão disponíveis uma vez por semana para vir ao jardim de infância e falar com todos. A educadora não está disponível todas as semanas para fazer uma reunião desse género e até eu não estou disponível todas as semanas, porque...só se realmente...o ideal era, na sessão que eu venho cá, na hora que eu venho ao jardim de infância, a educadora e os pais puderem estar presentes, isso era o ideal. Mas isso não pode acontecer, ou seja, é impossível isso acontecer, é impossível isso acontecer, porque os pais não podem vir todas as semanas dispor de uma hora e meia para vir cá. E isto não acontecendo, eu acho que o que está a acontecer, para mim é o possível, mas também...pronto, penso que não há necessidade de muito mais para dar apoio à família e à criança.

**I** – Muito obrigada pela disponibilidade!

## **Apêndice 10**



## Diário de Campo

27/05/2021

Educadora de Infância - os momentos de conversa diária sem hora marcada servem também para aproximar os pais da escola e terem confiança em nós.

07/04/2021

Pai – Explicou um pouco a história do filho. Iniciou numa ama, não era estimulada à aprendizagem, nem realizava qualquer tipo de atividades educativas. Era apenas auxiliado nas tarefas básicas: alimentação, higiene, descanso. Quando entrou no jardim de infância a educadora sugeriu ter apoio, pois apresentava algumas dificuldades para a idade dele e desde que usufrui de Intervenção Precoce, está muito melhor ao nível da socialização, cognitivo e fala.

13/05/2021

Educadora de Intervenção Precoce – o que é importante na Intervenção Precoce é a empatia que se cria entre todas as partes. A empatia leva à confiança, ao respeito e à vontade de querer fazer mais.



---

## **Anexos**



# **Anexo 1**



## **Declaração de Conformidade**

### **Relativa ao estudo**

A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce

O olhar dos profissionais e da família.

Vimos por este meio assegurar que, em todas as etapas do desenvolvimento do estudo suprarreferido, se respeitam os princípios e valores do Código de Ética da Universidade do Algarve, nomeadamente o progresso e valorizaçãodo conhecimento, a qualidade da investigação e a verdade científica, respeitando os valores da honestidade intelectual, da autenticidade, da objetividade, do respeito pela propriedade intelectual e do rigor metodológico e experimental.

Faro, 31 / 12 / 2020

O/A Investigador/a responsável pelo projeto

Sandra Nunes



## **Anexo 2**



## **Carta de compromisso**

### **Relativa ao estudo**

A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce  
O olhar dos profissionais e da família.

Vimos por este meio assegurar que, em todas as etapas do desenvolvimento do estudo suprarreferido, se respeitam todos os pressupostos decorrentes da declaração do estado de calamidade, e legislação decorrente, bem como todas as orientações da Direção Geral da Saúde, emanadas no contexto da Pandemia COVID-19.

Faro, 31/12/2020

O/A Investigador/a responsável pelo projeto

Sandra Nunes



## **Anexo 3**



# INFORMAÇÃO DE REQUISITOS DE PRIVACIDADE DE DADOS

## Termos e Condições Gerais de Privacidade de Dados

O/A "Escola Superior de Educação e Comunicação" (ESEC) da Universidade do Algarve, com sede em Campus da Penha, 8005 139, Faro, Portugal, telefone +351289800100, está a realizar a "Entrevista às Educadoras de Infância e Entrevista à Educadora de Intervenção Precoce" no âmbito do estudo "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família", no período de "1º trimestre de 2021", e tem como responsável pelo estudo "Sandra Nunes".

*O principal objetivo do estudo é "compreender como é feita a articulação entre os intervenientes no processo de intervenção precoce e qual a importância dessa articulação". Esta entrevista é realizada presencial, respeitando as normas da DGS.*

Os dados pessoais previstos a tratamento no âmbito do estudo "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família" são: "formação profissional, tempo de trabalho em Intervenção Precoce", sendo que a categoria dos titulares a recolher os dados serão "educadoras de infância e educadora de Intervenção Precoce".

*Todos os dados são recolhidos apenas para efeitos da dissertação "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família", estando garantida a confidencialidade do seu tratamento e a exclusiva utilização pela Universidade do Algarve, com um período de retenção dos dados sendo o mínimo necessário para a realização do estudo, e sendo o seu tratamento realizado nos termos e condições da Política de Proteção de Dados que se encontra acessível em [www.ualg.pt](http://www.ualg.pt).*

*Se necessitar de algum esclarecimento adicional em relação à participação ou ao preenchimento da entrevista, é favor contactar pelos "... " ou pelos emails "...".*

*Eu aceito os termos e as condições acima descritos. Da mesma forma, como titular de dados, aceito as condições gerais e os termos das Políticas de Proteção de Dados do Universidade do Algarve.*

Assinatura \_\_\_\_\_ Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

## Consentimento para Tratamento de Dados

*Autorizo expressamente o tratamento dos dados pessoais pela Universidade do Algarve, para efeitos de estudo realizado na investigação "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família", de acordo com os termos*

*de informação sobre tratamento de dados e a Política de Proteção de Dados que se encontram disponíveis em [www.ualg.pt](http://www.ualg.pt). Estou consciente de que posso retirar o consentimento ou exercer os direitos de proteção de dados, designadamente os direitos de reclamação, acesso, retificação, oposição, limitação do tratamento ou apagamento, através de contacto com o Encarregado da Proteção de Dados da Universidade do Algarve pelo correio eletrónico [rgpd@ualg.pt](mailto:rgpd@ualg.pt), e caso assim o considere necessário, apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, através dos contatos disponíveis em [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt).*

Assinatura \_\_\_\_\_ Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

## **Anexo 4**



# INFORMAÇÃO DE REQUISITOS DE PRIVACIDADE DE DADOS

## Termos e Condições Gerais de Privacidade de Dados

O/A "Escola Superior de Educação e Comunicação" (ESEC) da Universidade do Algarve, com sede em Campus da Penha, 8005 139, Faro, Portugal, telefone +351289800100, está a realizar o "Inquérito por questionário aos pais" no âmbito do estudo "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família", no período de "1º trimestre de 2021", e tem como responsável pelo estudo "Sandra Nunes".

O principal objetivo do estudo é "compreender como é feita a articulação entre os intervenientes no processo de intervenção precoce e qual a importância dessa articulação.". Este questionário/inquérito é realizado através do suporte "de papel".

Os dados pessoais previstos a tratamento no âmbito do estudo "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família" são: "idade, habilitações académicas e situação profissional dos pais, constituição do agregado familiar e género e dados de saúde das crianças", sendo que a categoria dos titulares a recolher os dados será "pais de crianças que usufruem da Intervenção Precoce".

Todos os dados são recolhidos apenas para efeitos da dissertação "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família", estando garantida a confidencialidade do seu tratamento e a exclusiva utilização pela Universidade do Algarve, com um período de retenção dos dados sendo o mínimo necessário para a realização do estudo, e sendo o seu tratamento realizado nos termos e condições da Política de Proteção de Dados que se encontra acessível em [www.ualg.pt](http://www.ualg.pt).

Se necessitar de algum esclarecimento adicional em relação à participação ou ao preenchimento do questionário, é favor contactar pelos "... " ou pelos emails "...".

Eu aceito os termos e as condições acima descritos. Da mesma forma, como titular de dados, aceito as condições gerais e os termos das Políticas de Proteção de Dados da Universidade do Algarve.

Assinatura \_\_\_\_\_ Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

## Consentimento para Tratamento de Dados

Autorizo expressamente o tratamento dos dados pessoais pela Universidade do Algarve, para efeitos de estudo realizado na investigação "A relação entre os intervenientes em Intervenção Precoce - O olhar dos profissionais e da família", de acordo com os termos

*de informação sobre tratamento de dados e a Política de Proteção de Dados que se encontram disponíveis em [www.ualg.pt](http://www.ualg.pt). Estou consciente de que posso retirar o consentimento ou exercer os direitos de proteção de dados, designadamente os direitos de reclamação, acesso, retificação, oposição, limitação do tratamento ou apagamento, através de contacto com o Encarregado da Proteção de Dados da Universidade do Algarve pelo correio eletrónico [rgpd@ualg.pt](mailto:rgpd@ualg.pt), e caso assim o considere necessário, apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, através dos contatos disponíveis em [www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt).*

Assinatura \_\_\_\_\_ Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_